1. Responsáveis pelo formulário	
1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4
2. Auditores independentes	
2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev Auditores	
3. Informações financ. selecionadas	
3.1 - Informações financeiras	
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	10
3.4 - Política destinação de resultados	
3.5 - Distribuição de dividendos	13
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras inf. relev Inf. Financeiras	17
4. Fatores de risco	
4.1 - Descrição - Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	22
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	24
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	26
4.5 - Processos sigilosos relevantes	27
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	28
4.7 - Outras contingências relevantes	29
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	30
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	31
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	33
5.3 - Descrição - Controles Internos	34

5.4 - Programa de Integridade	39
5.5 - Alterações significativas	42
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	43
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	44
6.3 - Breve histórico	45
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	47
6.6 - Outras inf. relev Histórico	48
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	49
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	51
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	52
7.3 - Produção/comercialização/mercados	54
7.4 - Principais clientes	62
7.5 - Efeitos da regulação estatal	63
7.6 - Receitas relevantes no exterior	65
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	66
7.8 - Políticas socioambientais	67
7.9 - Outras inf. relev Atividades	68
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	69
8.2 - Alterações na condução de negócios	70
8.3 - Contratos relevantes	71
8.4 - Outras inf. Relev Negócios extraord.	72
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	73
9.1.a - Ativos imobilizados	74
9.1.b - Ativos Intangíveis	75
9.1.c - Participação em sociedades	76
9.2 - Outras inf. relev Ativos Relev.	79
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	80

10.2 - Resultado operacional e financeiro	87
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	88
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	88
10.5 - Políticas contábeis críticas	91
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	105
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	106
10.8 - Plano de Negócios	107
10.9 - Outros fatores com influência relevante	108
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	109
11.2 - Acompanhamento das projeções	110
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	111
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	118
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	125
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	126
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	127
12.7/8 - Composição dos comitês	135
12.9 - Relações familiares	144
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	150
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	158
12.12 - Outras inf. relev Assemb. e Adm	159
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	160
13.2 - Remuneração total por órgão	162
13.3 - Remuneração variável	166
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	167
13.5 - Remuneração baseada em ações	168
13.6 - Opções em aberto	169
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	170
13.8 - Precificação das ações/opções	171

13.9 - Participações detidas por órgão	172
13.10 - Planos de previdência	173
13.11 - Remuneração máx, mín e média	174
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	175
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	176
13.14 - Remuneração - outras funções	177
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	178
13.16 - Outras inf. relev Remuneração	179
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	180
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	181
14.3 - Política remuneração dos empregados	182
14.4 - Relações emissor / sindicatos	184
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	185
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	186
15.3 - Distribuição de capital	200
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	201
15.5 - Acordo de Acionistas	202
15.6 - Alterações rel. particip controle e Adm	236
15.7 - Principais operações societárias	237
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	238
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	239
16.2 - Transações com partes relacionadas	240
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	241
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	242
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	243
17.2 - Aumentos do capital social	244
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	245
17.4 - Redução do capital social	246

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	247
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	248
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	249
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	252
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	253
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	254
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	255
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	256
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	257
18.8 - Títulos emitidos no exterior	258
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	259
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	260
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	261
18.12 - Outras inf. Relev Val. Mobiliários	262
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	263
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	264
19.3 - Outras inf. relev recompra/tesouraria	265
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	266
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	267
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	268
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	269
21.3 - Responsáveis pela política	270
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	271

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Cargo do responsável

Fábio Barbanti Taiar

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Cargo do responsável

Luis Cassiano Rando Rosolen

Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente





Indústrias Romi S.A.

Rod. SP 304, Km 141,5 Santa Bárbara d'Oeste SP 13459 057 Brasil Fone +55 (19) 3455 9000 www.romi.com dri@romi.com

DECLARAÇÃO

LUIZ CASSIANO RANDO ROSOLEN, portador da carteira de identidade RG nº 14.645.330-X, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF nº 171.588.618-64, na qualidade de Diretor Presidente de **INDÚSTRIAS ROMI S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda — CNPJ/MF nº 56.720.428/0014-88 (Sede), com Inscrição Estadual nº 606.014.560.113, localizada na Rodovia Luís de Queiroz (SP 304), Km 141— Distrito Industrial Norte, CEP 13459-057, Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, declara para os devidos fins, que:

- a) Reviu o Formulário de Referência ano-calendário de 2019;
- b) As informações contidas no documento atendem ao disposto na instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido, é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Indústrias Romi S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Santa Bárbara d' Oeste, 29 de maio de 2020

Luiz Cassiano Rando Rosolen Diretor-Presidente

PÁGINA: 2 de 271

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores





Indústrias Romi S.A.

Rod. SP 304, Km 141,5 Santa Bárbara d'Oeste SP 13459 057 Brasil Fone +55 (19) 3455 9000 www.romi.com dri@romi.com

DECLARAÇÃO

FÁBIO BARBANTI TAIAR, portador da carteira de identidade RG nº 26.427.997-9, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF nº 275.907.618-00 na qualidade de Diretor de Relações com Investidores de INDÚSTRIAS ROMI S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda — CNPJ/MF nº 56.720.428/0014-88 (Sede), com Inscrição Estadual nº 606.014.560.113, localizada na Rodovia Luís de Queiroz (SP 304), Km 141— Distrito Industrial Norte, CEP 13459-057, Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, declara para os devidos fins, que:

- a) Reviu o Formulário de Referência ano-calendário de 2019;
- b) As informações contidas no documento atendem ao disposto na instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido, é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Indústrias Romi S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Santa Bárbara d' Oeste, 29 de maio de 2020

Fábio Barbanti Taiar

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas nos itens anteriores.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores In	dependentes S.S.	
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Período de prestação de serviço	01/01/2017		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e de 2019 e revisão especial das informações financeiras intermediárias para os trimestres findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017, 2018 e de 2019, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 430.000 (2017) R\$ 554.000 (2018) R\$ 588.000 (2019)		
Justificativa da substituição	Cumprimento da Instrução CVM nº 308 - rodízio dos auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Alexandre Marini	01/01/2017 a 24/07/2018	078.662.708-56	AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS, Ed.Trade Tower, NOVA CAMPINAS, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33230553, e-mail: luis.marini@br.ey.com
José Antonio de Andrade Navarrete	25/07/2018	120.817.178-08	AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS, Ed.Trade Tower, NOVA CAMPINAS, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33230553, e-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu	Auditores Independen	tes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	01/01/2020		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e de 2022 e revisão especial das informações financeiras intermediárias para os trimestres findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, 2021 e de 2022, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço			
Justificativa da substituição	Substituição em decorrênci	ia de condições come	rciais.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Paulo de Tarso Pereira Jr.	01/01/2020	212.515.168-58	AV. John Dalton, 301 -, ED 2; BL B; 1º andar, Techno Plaza Corpora, Campinas, SP, Brasil, CEP 13069-330, Telefone (19) 37073010, e-mail: ptarso@deloitte.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Conforme comunicado ao mercado em 22 de outubro de 2019, a Companhia assinou contrato de revisão das informações financeiras com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Com responsabilidade técnica desde 1º de janeiro de 2020, ao qual o primeiro objeto de analise foram as demonstrações financeiras intermediárias do 1T20.

A alteração dos novos Auditores atende ao disposto na ICVM nº 308/99 e foi motivada pela melhor proposta comercial.

A Companhia informa que obteve anuência prévia dos atuais auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, em relação à substituição.

PÁGINA: 7 de 271

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	758.882.000,00	697.603.000,00	643.500.000,00
Ativo Total	1.367.241.000,00	1.242.087.000,00	1.075.423.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	765.506.000,00	743.462.000,00	672.873.000,00
Resultado Bruto	208.698.000,00	206.379.000,00	189.637.000,00
Resultado Líquido	129.910.000,00	84.250.000,00	37.954.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	62.857.647	62.857.647	62.857.647
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	12,073026	11,098141	10,237418
Resultado Básico por Ação	2,066733	1,340330	0,603809

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA					
Valores em R\$ mil	2019	2018	2017		
Resultado Líquido	129.910	84.250	37.954		
Imposto de Renda e Contribuição Social	36.183	2.919	17.139		
Resultado Financeiro Líquido	(61.600)	(41.121)	(3.828)		
Depreciação e Amortização	33.548	33.286	30.255		
EBITDA	138.041	79.334	81.519		
Margem EBITDA	18,0%	10,7%	12,1%		
EBITDA - ajustado (*)	63.720	80.957	81.519		
Margem EBITDA - ajustada (*)	8,3%	10,9%	12,1%		

(*)

2018: refere-se aos efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), cujo objeto era o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor. Impacto no EBTIDA: reduzido em R\$1.623 mil, referente aos honorários advocatícios registrados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais liquidas".

2019: Conforme descrito na seção "Êxito em Processo Judicial" desse relatório, a Companhia reconheceu, nas demonstrações financeiras de 2019, os efeitos do êxito no processo fiscal (processo judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS). Impacto no EBTIDA: acrescido em R\$74.321 mil, referente ao reconhecimento do valor original da causa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Não aplicável à Companhia para os exercícios apresentados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Do lucro líquido apurado após as deduções previstas no Estatuto Social da Companhia (artigos 43, 44 e 45), por proposta do Conselho de Administração, é retido 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal até que esse fundo atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

O Estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. Apesar disso, a política da Companhia é propor a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JSCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da Companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Respeitada a legislação e o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JSCP em montante inferior a 33% (trinta e três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A Política de Dividendos foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de agosto de 2006 e pode ser consultada no link abaixo:

https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-dividendos/

O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembleia Geral, será efetuado no prazo máximo de 60 dias a partir da data da publicação da respectiva ata, nos termos do art. 54 do Estatuto da Companhia.

Em Junho de 2013 foi autorizada a Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ mil 27.762 dividido em quatro subcréditos, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos, produção de protótipos nacionais, aquisição de maquinário nacional e expansão da capacidade produtiva das plantas de usinagem, com taxas variando de 3,0%, 3,5% e TJLP + 3,77%, com carência de 18 à 24 meses e prazo de pagamento de 6 à 60 meses. Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere a constituição dos seguintes covenants:

- (i) Índice de Capitalização: (Patrimônio Líquido Consolidado / Ativo Total Consolidado) maior ou igual a 0,30; e
- (ii) Índice de Distribuição de Resultados: (dividendos + JSCP / Lucro Líquido do Exercício) limitado a 0,25.

A Companhia liquidou a integralidade do contrato em 19 de dezembro de 2018. Até a data de liquidação a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2019e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não havia contratos com cláusulas restritivas à distribuição de resultados ativas.

A seguir os valores de retenção e distribuição do resultado nos últimos três exercícios (em reais):

	2019	2018	2017
Dividendo total distribuído (1)	70.400.564,64	42.743.199,96	8.944.839,68
Retenção de lucros para a reserva legal	6.483.201,69	4.200.055,47	1.883.124,14

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Retenção de lucros para a reserva de lucros	52.780.267,37	37.057.853,99	26.834.519,05	
	<u> </u>			

⁽¹⁾ As informações de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio podem ser consultadas no site da Companhia, na sessão de Relação com Investidores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado		123.180.832,02	79.801.053,95	35.779.358,73
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		57,152207	53,562187	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		16,266134	11,466048	5,573378
Dividendo distribuído total		70.400.564,54	42.743.189,94	8.944.839,68
Lucro líquido retido		52.780.267,38	41.257.919,48	28.717.643,19
Data da aprovação da retenção		17/03/2020	19/03/2019	13/03/2018

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio									
Ordinária				29.543.094,09	31/03/2020	27.028.788,21	29/03/2019	3.916.227,92	23/03/2018
Ordinária				25.143.058,70	29/11/2019				
Ordinária				15.714.411,75	10/01/2020				
Ordinária						15.714.401,73	30/11/2018		
Ordinária								5.028.611,76	16/01/2018

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 foram distribuídos juros sobre o capital próprio, representando 57,2%, 53,6% e 25,0%, respectivamente, do lucro líquido passível de distribuição, pagos entre 2018 e 2020.

	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	129.664.033,70	84.001.109,42	37.662.482,87
(-) Constituição de reserva legal	(6.483.201,69)	(4.200.055,47)	(1.883.124,14)
Lucro passível de distribuição	123.180.832,02	79.801.053,95	35.779.358,73
Dividendos/Juros sobre capital próprio referente ao lucro líquido do exercício	70.400.564,64	42.743.199,96	8.944.839,68
Constituição de reserva de lucros	52.780.267,38	41.257.909,46	28.717.643,19
Data de aprovação da retenção dos lucros	17/03/2020	19/03/2019	13/03/2018
Dividendos/Juros sobre capital próprio referente ao lucro líquido do exercício			
corrente - Mínimo da Companhia	70.400.564,64	42.743.199,96	8.944.839,68
% distribuído do lucro passível de distribuição	57,2%	53,6%	25,0%

Nos três últimos exercícios sociais apresentados acima não foram declarados dividendos de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice en	Índice de dividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	608.359.000,00	Índice de Endividamento 0,80165	164	
	0,00	Outros índices 0,492034	133	O método utilizado para calcular o endividamento financeiro da Companhia será a divisão da soma dos financiamentos com os provedores de capital, deduzidos os valores referentes ao "Financiamento - Finame Fabricante", pelo patrimônio líquido total.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	•	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		91.649.000,00	14.284.000,00	8.582.000,00	0,00	114.515.000,00
Total			91.649.000,00	14.284.000,00	8.582.000,00	0,00	114.515.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

Descrição dos fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

(a) Ao emissor

Defasagem tecnológica

Para garantir a manutenção do negócio é necessário não somente expandir a base de clientes, mas também fornecer soluções de tecnologia aderentes às demandas do mercado. A estratégia da Companhia depende da capacidade em atender clientes antes e depois da venda do produto, oferecendo custos e tecnologia competitivos.

Um fator de risco é não haver sucesso na expansão das linhas de produtos, e consequentemente na incapacidade de manter os atuais clientes e / ou atrair novos clientes. Também não é possível garantir que os clientes migrem para concorrentes com soluções mais competitivas.

O negócio da Companhia é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento ou aplicação de tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores poderia causar atraso no desenvolvimento, ou abandono de nova tecnologia ou de novos produtos. Não há garantia que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) irão atingir os preços ou desempenhos desejados, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto produtos desenvolvidos com outras tecnologias.

Interrupção da Linha de financiamento – FINAME pode impactar o volume de vendas.

A Companhia é habilitada a utilizar a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame (ao Fabricante e ao Comprador), que permite conceder linhas de crédito em condições financeiras geralmente mais vantajosas do que as oferecidas pelas demais instituições financeiras do mercado aos clientes.

Nesse sentido, a modificação desse programa ou determinada situação que torne a Companhia inelegível a tal linha de crédito podem onerar os financiamentos concedidos aos clientes, podendo resultar na diminuição do volume de vendas.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Fabricante, a Companhia figura como devedora e repassa integralmente aos clientes os termos negociados, devendo o cliente declarar conhecer as condições contratadas, ficando as máquinas vendidas como garantia real. De acordo com essa modalidade de financiamento, no caso de inadimplência dos clientes, a Companhia arca com as obrigações do respectivo financiamento Finame Fabricante perante o BNDES. Vendas sob tal modalidade de financiamento são um componente importante à receita da Companhia. Dessa forma, os resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso não haja capacidade dos clientes em honrar suas obrigações com relação ao crédito.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Comprador, o risco na tomada do recurso é do próprio cliente junto ao agente financeiro.

Falha de produtos ou produtos que não estejam adequados às especificações podem impactar a imagem da Companhia por responsabilidade civil.

A operação normal da Companhia a expõe a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes de falha dos produtos. Além de despesas, que são naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa. Existe a possibilidade de propaganda negativa, que é gerada em face de ações por responsabilidade civil.

O lançamento de novos produtos que não estejam adequados com as especificações previamente aprovadas podem levar à necessidade de reparo em campo ou um recall, ocasionando potencial perda de receita, custos para correção e possível publicidade negativa. Não há histórico de ocorrências relevantes dessa natureza na Companhia.

Indenização de seguro para situações extremas podem não ser suficientes para cobrir as perdas.

As atividades da Companhia, de um modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos operacionais, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças na legislação e regulamentação ambiental, riscos relacionados ao meio ambiente, fatores climáticos e outros fenômenos naturais.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela Administração para cobertura de eventuais perdas. No entanto, em situações extremas essas coberturas podem não ser suficientes.

Sucessão da Alta Administração pode ter impactos negativos nos negócios.

A adequada sucessão na Administração da Companhia é um possível fator de risco, a Companhia atua em um mercado específico e que demanda conhecimento dos executivos na condução dos negócios, se a sucessão da Alta Administração não for realizada criteriosamente, a Companhia poderá ser impactada negativamente pelos resultados não alcançados. Atualmente a maioria dos contratos firmados na contratação dos executivos incluem cláusulas de pacto de não concorrência.

Adicionalmente a Companhia mantem um processo de sucessão da Alta Administração, conduzido pelo Conselho de Administração, que é avaliado de maneira tempestiva.

(b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo controlador

Não há outro fator de risco com relação ao controlador.

(c) A seus acionistas

Não há outro fator de risco em relação aos acionistas da Companhia.

(d) A suas controladas e coligadas

Não há outro fator de risco em relação a suas controladas.

PÁGINA: 19 de 271

(e) A seus fornecedores

Não há outro fator de risco em relação aos fornecedores da Companhia.

(f) A seus clientes

Não há outro fator de risco em relação aos clientes da Companhia.

(g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

O aumento da concorrência no setor de atuação pode reduzir a competitividade da Companhia.

O mercado dos produtos Romi é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. A habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso se apoia no desenvolvimento de produtos, investimento em inovação, adaptação às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, além de atuação contínua na eficiência operacional com foco na gestão orçamentária.

O aumento da concorrência pode ocorrer através do aumento da capacidade produtiva de concorrentes e do surgimento de outros players no mercado, além do desenvolvimento de tecnologias ou produtos por esses competidores. Como forma de mitigar esses aspectos de risco, a Companhia investe de maneira consistente em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo que aproximadamente 4% da Receita Operacional Líquida é destinada anualmente para projetos de inovação tecnológica.

Adicionalmente, o posicionamento de concorrentes estrangeiros no Brasil é diretamente influenciado pela cotação do dólar versus o Real, assim como pelos impostos incidentes sobre as suas atividades no Brasil. Dessa forma, uma eventual valorização do real frente ao dólar, ou a redução das alíquotas dos tributos incidentes sobre as atividades de nossos concorrentes estrangeiros poderão tornar tais concorrentes mais competitivos, impactando os preços praticados e consequentemente as margens operacionais.

Mudanças no cenário econômico do país podem afetar significativamente as operações. Buscando reduzir a dependência do mercado interno, a Companhia tem investido no crescimento sustentável e gradual das suas exportações. Em 2019, 44% da receita consolidada da Companhia foram provenientes de vendas realizadas no mercado externo (43% em 2018 e 41% em 2017).

Fatores macroeconômicos influenciam no crescimento industrial brasileiro e, consequentemente, nas estratégias de crescimento da Companhia.

Grande parte da carteira de clientes atual é composta por fabricantes de bens de capital e bens de consumo de itens duráveis. Assim, a expansão das atividades e a implementação dos planos de negócios é influenciada, em grande parte, pela demanda por bens de capital no mercado brasileiro. Cenários onde a economia brasileira deixe de crescer ou mantenha um crescimento pouco expressivo afetariam substancialmente o desempenho da Companhia.

O desempenho do setor de bens de capital em geral, e o de máquinas e equipamentos pesados em particular, é influenciado de forma significativa pelo nível de investimentos realizados no País, tanto pelo setor privado quanto

pelo público. Por envolver bens de alto valor agregado, o setor também depende da existência de acesso a crédito de longo prazo a custos atrativos por parte de instituições financeiras privadas e públicas, nacionais e internacionais, e por entidades multilaterais. A indústria de bens de capital é geralmente uma das primeiras a serem afetadas por crises econômicas e uma das últimas a reagir com a retomada do crescimento econômico. A diminuição dos investimentos realizados no País e a inexistência de crédito de longo prazo em montantes suficientes a custos atrativos poderão afetar adversamente a economia nacional, prejudicando o resultado operacional e condição financeira da Companhia.

Concentração das fontes de receita em um segmento de negócios pode afetar os resultados da companhia.

A Companhia está dividida em três unidades de negócio, são elas: Máquinas Romi, Máquinas B+W e Fundidos e Usinados. A receita da Companhia, dentre suas unidades de negócio são analisadas pelo segmento de atuação de seus clientes. A Companhia entende que a concentração de receita em determinado segmento ou cliente pode afetar seus resultados.

A Companhia atua no mercado de bens de capital e de peças fundidas e usinadas, atuando nos segmentos de mercado automotivo, agrícola, bens e equipamentos, eólico, entre outros. A concentração de receitas em um determinado segmento de mercado pode afetar os resultados da Companhia caso este segmento seja afetado pela defasagem de tecnologia, crises macroeconômicas ou sanções do governo.

(h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Não há outro fator de risco em relação aos setores em que a Companhia atua.

(i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não há outro fator de risco em relação aos países em que a Companhia atua.

(j) A questões socioambientais

Legislação ambiental, trabalhista e responsabilidades socioambientais

Todos os estabelecimentos da Companhia estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam da proteção da saúde do trabalhador e do meio ambiente. A Companhia efetua investimentos significativos para atender as disposições legais. Alterações significativas nessas legislações podem aumentar os custos do cumprimento e consequentemente provocar reduções em outros investimentos estratégicos.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Descrição dos fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

(a) Risco de taxa de câmbio:

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos e financiamentos de exportação.

(b) Risco de crédito:

Advém da possibilidade da Companhia e as suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia e as suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de Finame fabricante é exigida garantia real dos clientes.

Existem indicadores monitorados pelo Conselho de Administração de modo a acompanhar o nível de inadimplência da carteira e constituição das estimativas de perdas contábeis.

(c) Risco relacionado às operações de Finame fabricante:

Os passivos relacionados às operações de Finame fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse Finame fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Existe uma dependência significativa da linha de financiamento FINAME (Fabricante e Comprador) no processo de comercialização. Na eventualidade da extinção dessa linha, o financiamento passaria a ser efetuado através de bancos privados, à taxa de mercado e a Companhia deixaria de usufruir desse diferencial competitivo.

(d) Risco de gerenciamento de capital:

Advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração. Tais Limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A boa avaliação de crédito da Romi junto aos bancos também é necessária para financiamento de projetos de investimento, do capital de giro e outros.

(e) Risco de liquidez:

A política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

R\$ mil	Consolidado							
	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos				
Em 31 de dezembro de 2019		_						
Financiamentos	91.649	14.284	8.582	-				
Fornecedores	51.451							
Em 31 de dezembro de 2018								
Financiamentos	102.547	18.229	9.491	3.718				
Fornecedores	44.261							
Em 31 de dezembro de 2017								
Financiamentos	74.170	33.578	12.543	945				
Fornecedores	33.802							

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processos não sigilosos relevantes

Somos parte em ações judiciais nas áreas trabalhista, cível e tributária:

Processos Trabalhistas:

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nos processos trabalhistas com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 642.

Os processos trabalhistas em que figura a Companhia como reclamada, têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (iv) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

Processos Cíveis:

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nos processos cíveis com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 8.014.

Os processos cíveis em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações por mal funcionamento da máquina, (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos e (iv) multa por rescisão antecipada de contrato, dentre outros.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

Processos Tributários:

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nos processos tributários com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 73.511 e R\$ mil 52, respectivamente.

Os processos tributários em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes objetos: (i) Compensação com Saldo negativo de IRPJ; (ii) Crédito de IPI; (iii) Contribuição Previdenciária sobre pagamento de lucros aos administradores; (iv) ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, entre outras.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 2019, nota 14 (a), em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questionava a constitucionalidade da inclusão do ICMS

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a repetição de tal indébito retroativamente por 5 (cinco) anos.

Tal matéria foi submetida ao rito da repercussão geral em 15 de março de 2017, onde ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acórdão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) a modulação dos efeitos do julgamento; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser excluído (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como no procedimento de exclusão futura; e (iii) erro material quanto à análise dos conceitos de receita bruta e receita líquida trazidos pela Lei nº 6.404/76, sendo certo que os referidos embargos de declaração pendem de apreciação pelo STF, motivo pelo qual a Administração decidiu manter a obrigação presente decorrente de eventos passados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 13 de março de 2019 a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável proferida na sua ação ordinária individual sobre o tema. Como consequência do trânsito em julgado da sua ação individual, a então obrigação presente oriunda de um evento passado deixou de ser considerada uma obrigação e, portanto, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 1º Trimestre de 2019 os efeitos do êxito nesse processo judicial, que totalizaram R\$138.008, antes dos impostos, sendo R\$74.321 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" e R\$63.686 na rubrica de "Receitas financeiras". O impacto no lucro líquido do período foi de R\$105.564, já considerando os efeitos de imposto de renda e da contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, declarados em março de 2019, no montante de R\$29.542, conforme Aviso aos Acionistas datado de 26 de março de 2019. Em 20 de setembro de 2019, os depósitos judiciais no montante de R\$88.456 foram liberados e integrados às disponibilidades (caixa) da Companhia.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

Atualmente a Companhia não possui processos relevantes para o seu negócio ou das suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos - Adm/Contr/Invest

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. Estes valores estão provisionados na contabilidade nos montantes de R\$ mil 604, R\$ mil 3.039 e R\$ mil 3.383, 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, nos montantes de R\$ mil 38, R\$ mil 3.349 e R\$ mil 3.302, 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Já os processos cíveis em que figura a Companhia como ré tem como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações por mal funcionamento da máquina e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. Estes valores estão provisionados na contabilidade nos montantes de R\$ mil 604, R\$ mil 332 e R\$ mil 1.986, 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, nos montantes de R\$ mil 7.410, R\$ mil 6.806 e R\$ mil 3.270, 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

E, quanto aos processos tributários em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes objetos: (i) Compensação com Saldo negativo de IRPJ; (ii) Crédito de IPI; (iii) Contribuição Previdenciária sobre pagamento de lucros aos administradores; (iv) ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS. Estes valores estavam provisionados na contabilidade nos montantes de R\$ mil 52, R\$ mil 57.916 e R\$ mil 54.598, 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A variação nas contingências está apresentada na nota explicativa 15 (a) — Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, das demonstrações financeiras padronizadas, divulgadas em 22 de fevereiro de 2020, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas tributárias, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, nos montantes de R\$ mil 73.511, R\$ mil 62.060 e R\$ mil 54.224, 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

A Companhia foi constituída de acordo com a legislação brasileira e possui os seus valores mobiliários listados na bolsa de seu país de origem.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

 a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-gerenciamento-de-riscos/) que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2019, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. A Política estabelece as diretrizes, princípios e responsabilidades para o Gerenciamento de Riscos Corporativos nas Indústrias Romi S.A., bem como conceitua, define e formaliza as atividades dos responsáveis por esta política.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

I. Os riscos para os quais se busca proteção

O processo de gestão de riscos na companhia abrange todos os riscos que possam impactar os ativos e patrimônio da empresa, antecipando-se às ameaças que podem afetar os objetivos estratégicos, financeiros, operacionais ou de conformidade tendo como princípio:

- 1. Preservar o valor perante os acionistas;
- 2. Promover a transparência e comunicação; e
- 3. Auxiliar o desenvolvimento contínuo dos padrões de governança corporativa.

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A estrutura de gerenciamento de riscos busca estabelecer a gestão de riscos como parte da cultura empresarial das Indústrias Romi S.A., associando a gestão de riscos com o plano estratégico. Visando a garantia de autonomia e de segregação de função no gerenciamento de riscos, distingue-se os tomadores de riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento, a Auditoria Interna e Riscos Corporativos como membro independente deste processo, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, reporta os riscos ao Comitê de Auditoria e Riscos e endereça aos Gestores de cada área de negócio, conforme a relevância dos riscos identificados buscando o gerenciamento a um nível aceitável.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

0 Comitê de Auditoria e Riscos, qual possui Regimento Interno próprio (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-deauditoria-e-riscos/), através de seus membros independentes de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, assessora o conselho de administração na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos garantindo que as diretrizes sejam seguidas. A Diretoria Executiva se compromete com a gestão dos riscos, alocando os recursos necessários ao processo e aprova as normas específicas para o cumprimento das diretrizes e do processo de gestão de riscos. A auditoria interna fornece ao Comitê e a Diretoria Executiva avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos as operações da companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nas Indústrias Romi S.A. a gestão de riscos aplica-se a todos os níveis organizacionais que participam do processo de gestão de riscos, direta ou indiretamente. Cabe os gestores de cada processo garantir a confiabilidade de seus controles e processos, adotando politicas específicas como forma de mitigar os riscos inerentes ao processo, bem como, a Auditoria Interna e Riscos Corporativos validar de forma independente, a efetividade das políticas e dos controles. A Companhia entende que a estrutura, seus controles e suas atividades estão aderentes na avaliação das políticas e dos procedimentos, mitigando e se prevenindo na detecção de fraudes e erros, bem como, se esforça para aprimorar continuamente seus processos e controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As informações desse item estão comtempladas no item 5.1 deste documento.

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A companhia acredita que os controles relacionados à preparação das demonstrações financeiras possuem níveis aceitáveis de qualidade e confiabilidade para divulgação externa, de acordo com os princípios contábeis aplicados ao negócio. Para avaliação desses controles, a companhia possui o Departamento de Auditoria Interna e também utiliza o "Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos" elaborado pelo auditor independente, em conexão com o exame de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, foi emitido sem apontar deficiências significativas.

Com base nos controles mapeados pela Auditoria Interna, levando-se em conta as práticas de mercado, percepções da alta administração e da revisão do Plano de Auditoria com foco em riscos foram estabelecidos ciclos de processos a serem controlados e auditados internamente.

De maneira geral, os ciclos de processos auditados obedecem a seguinte ordem:

<u>Objetivo</u>: O enfoque das análises é verificar a conformidade dos procedimentos e controles internos aos normativos definidos pela administração;

<u>Análise dos Processos</u>: Utilização de técnicas de análise, melhoria de processos e obtenção de evidenciar para obter um detalhado entendimento dos controles;

<u>Identificação dos Riscos e Controle</u>: Identificação dos riscos e controles internos existentes, observando as políticas, normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia;

Análise do desenho e testes dos controles internos: Realização de teste de desenho dos controles, verificando se estão projetados adequadamente para prevenir e detectar ocorrências de riscos adversos e verificar se os controles desenhados estão efetivamente aplicados nas operações e transações, através de testes documentais, análise de dados e controles informatizados.

<u>Discussão dos pontos</u>: Apresentação dos pontos aos gestores durante a realização das análises e ao final do trabalho;

Reporte dos Resultados: Formalizar os resultados em relatório baseado em evidências orientado ao negócio promovendo recomendações efetivas e baseadas em riscos, ao conselho de Administração e ao comitê de auditoria e diretoria de forma clara e assertiva.

<u>Follow-up</u>: Acompanhamento da realização dos planos de ação definidos pelos gestores para mitigar os riscos descritos nos relatórios de auditoria.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O modelo utilizado para o gerenciamento de riscos e controles das Indústrias Romi S.A. se baseia nas três linhas de defesa, onde o controle da gerência que tem propriedade sobre os riscos é a primeira linha de defesa, as diversas funções de controles internos e riscos e supervisão de conformidade são a segunda linha de defesa e a avaliação independente realizada pela Auditoria Interna é a terceira. Os órgãos de governança (Comitês) e a alta administração são as principais partes interessadas e devem suportar as três linhas de defesa para que seja aplicado o gerenciamento dos riscos e controles da organização.

Adicionalmente, a Companhia possui os seguintes órgãos e estruturas de controle de gerenciamento de fatores de risco:

1. Órgãos:

Conselho de Administração - promover a consecução do objeto social da Companhia, zelar pela implementação e manutenção das boas práticas de governança corporativa, proteger e valorizar o patrimônio da Companhia e maximizar o retorno do investimento para o acionista. Este órgão possui Regimento Interno próprio (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-conselho-de-administracao/)

Conselho Fiscal – fiscalização de atos administrativos sob aspectos legais e estatutários, incluindo fraudes, erros, crimes; exame e manifestação sobre DFs e certas operações financeiras e societárias. O Conselho Fiscal possui Regimento próprio (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-conselho-fiscal/)

Auditoria Independente Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL") – exame das demonstrações financeiras da Companhia e subsidiárias de acordo com as regras contábeis nacionais e internacionais

Auditoria Interna e Riscos Corporativos — A missão da Auditoria Interna e Ricos Corporativos é contribuir, de forma independente, para a avaliação e controle dos riscos corporativos que a Companhia está exposta, agregando valor às práticas administrativas e produtivas, contribuindo para o cumprimento das normas de procedimento, auxiliando a companhia a alcançar seus objetivos mediante a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle interno e governança da organização. Conta com uma equipe mista PwC (co-sourcing) e Romi engloba o plano de auditoria com base em risco corporativos, mas não se limita somente à avaliação da adequação e da eficácia da governança, gerenciamento de riscos e dos processos internos da organização, bem como, da qualidade do desempenho de cumprir com as responsabilidades determinadas para alcançar as metas e objetivos declarados da organização. Isso inclui: Reportar

periodicamente o propósito, a autoridade, a responsabilidade e o desempenho da atividade de auditoria interna em relação ao seu plano; Reportar exposições significativas a riscos e questões de controle, incluindo riscos de fraude, questões de governança e outros assuntos necessários ou solicitados pelo Conselho; Avaliar operações específicas a pedido do Conselho ou da gerência, conforme apropriado; Avaliar a confiabilidade e a integridade das informações e os meios usados para identificar, mensurar, classificar e reportar tais informações; Avaliar os sistemas estabelecidos para garantir a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos que poderiam ter impacto significativo na organização; Avaliar os meios de salvaguardar os ativos e, conforme apropriado, verificar a existência de tais ativos; Prestar serviços de consultoria e aconselhamento relacionados à governança, gerenciamento de riscos e controle conforme apropriado para a organização. Este departamento possui suas atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração e se reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos, possuindo Regimento Interno próprio (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimentointerno-da-auditoria-interna/). O orçamento da área de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é avaliado anualmente pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

Comitê de Auditoria e Riscos não estatutário – constituído nos termos do Regulamento do Novo Mercado, composto por Conselheiros Independentes, tem como atribuições e responsabilidades:

- 1. Acompanhar as atividades dos auditores internos e independentes;
- 2. Avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras trimestrais e anuais;
- 3. Assegurar aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias
- 4. Acompanhar as atividades de Controles Internos e avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia;

O funcionamento, composição e atividades do Comitê de Auditoria é definido conforme o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-de-auditoria-e-riscos/)

O calendário de reuniões dos Comitês será aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, podendo ainda o Comitê reunir-se em caráter extraordinário a qualquer tempo, por convocação de seu Coordenador.

Na impossibilidade do comparecimento de um membro a determinada reunião ou atividade promovida por um dos Comitês, poderá, pontualmente, participar via teleconferência, videoconferência, telegrama, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação disponível, desde que permita a correta identificação do participante remoto.

As reuniões de cada Comitê, ordinárias e extraordinárias, somente se instalarão com a presença da maioria dos membros e as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes e se constituirão em recomendações ao Conselho.

O Comitê, através de seu Coordenador, poderá convidar para participar de suas reuniões membros da administração da Companhia, bem como colaboradores internos e externos ou ainda auditores internos ou independentes que detenham informações relevantes relacionadas a assuntos que constem da ordem do dia e que sejam pertinentes às matérias de sua responsabilidade.

O Comitê poderá solicitar à Companhia a contratação de serviços de consultoria ou assessoria mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

O Comitê participará das reuniões do Conselho de Administração que deliberam sobre as Informações Financeiras Trimestrais nas quais suas atividades serão informadas, sendo que a ata da reunião do Conselho de Administração deverá ser divulgada, indicando o mencionado reporte.

Todos os atos e decisões do Comitê serão registrados em Ata, a qual será elaborada e assinada no final de cada reunião por todos os membros presentes.

As manifestações do Comitê são proferidas preferencialmente por consenso; caso isso não seja possível em algum tema, será precedida de votação com maioria simples, com registro em Ata da contagem dos votos a favor, dos votos contra e das abstenções, tendo o Coordenador o direito ao voto de qualidade, em caso de empate nas votações.

Deverão constar nas atas:

- a) a lista dos membros presentes, devidamente assinada;
- b) pontos relevantes das discussões;
- c) recomendações feitas pelo Comitê para o Conselho e Diretoria;
- O Comitê se reporta ao Conselho de Administração.

Comitê Executivo de Ética - promover o cumprimento do Programa de Compliance, do Código de Ética e de Conduta Empresarial ROMI, do Estatuto Social e da Legislação em geral, com relação aos seus aspectos éticos, nos termos de seu Regimento Interno (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-executivo-de-etica/). Este órgão se reporta ao Conselho de Administração.

Departamento Jurídico e Compliance – responsável pelo Programa de Compliance (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/) e pelas boas práticas de governança corporativa.

Atividades de Compliance desenvolvidas pelo Departamento Jurídico e Compliance:

(i) Identificar as obrigações legais e regulatórias aplicáveis à Companhia e traduzi-las em políticas, normas e demais dispositivos da Companhia ("Programa de

Compliance").

- (ii) Implementar o Programa de Compliance e assegurar que seja periodicamente revisado.
- (iii) Fornecer aconselhamento para os departamentos da Companhia e Administração sobre assuntos relacionados a Compliance, bem como treinamentos objetivando contribuir para que todos os colaboradores e a Administração sejam aptos em matéria de Compliance.
- (iv) Fornecer suporte na identificação de riscos de Compliance relacionados à Companhia e recomendar as ações necessárias para mitiga-los, bem como no monitoramento e medição de desempenho em Compliance da Companhia, identificando a necessidade de ações corretivas.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria de Relação com Investidores é a área responsável pelas demonstrações financeiras, tendo como suporte direto o Departamento de Controladoria na elaboração, em concordância com as normas contábeis aplicáveis, garantindo o funcionamento dos controles para a divulgação externa dos resultados. Adicionalmente, a Companhia possui os seguintes órgãos que servem para apoiar seu processo de controle: (i) Comitê de Auditoria e Riscos, (ii) Conselho Fiscal, e (iii) Conselho de Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Diretoria de Relação com Investidores, junto ao Departamento de Controladoria recebem anualmente o "Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos" elaborado pelo auditor independente, e em conexão com o exame de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, foi emitido sem apontar deficiências significativas.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O relatório de recomendações para aprimoramento dos controles internos é avaliado pelo Diretor de Relação com Investidores que define quais ações serão tomadas para a implementação das recomendações da auditoria independente. Posteriormente, a auditoria interna toma conhecimento das recomendações e em seguida, este relatório é submetido a validação do Comitê de Auditoria e Riscos, que dá o parecer a respeito das ações a serem executadas, bem como, sobre as recomendações realizadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 10 de dezembro de 2019 o Programa de Compliance de Indústrias Romi S.A. e subsidiárias (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/), o qual estabelece diretrizes para prevenção, detecção e correção de práticas inadequadas ou divergentes das Leis, Normas e Regulamentos externos e internos, incentivando a denúncia de irregularidades, bem como orientando e exigindo conduta ética e responsável de seus integrantes, ganhando relevância como instrumento de governança corporativa.

O Programa de Compliance da Companhia possui os seguintes objetivos:

- (i) Buscar continuamente cumprir Leis e Regulamentações, bem como as normas internas da Companhia;
- (ii) Aumentar e facilitar o monitoramento das obrigações e riscos para atuar preventivamente;
- (iii) Contribuir para a disseminação dos Princípios e Valores fundamentais da Companhia, contidos no Código de Ética e Conduta Empresarial;
- (iv) Esclarecer os papéis e as responsabilidades a respeito das diferentes atividades de Compliance e disseminar a sua cultura;
- (v) Zelar pela existência e eficácia do Canal de Denúncia;
- (vi) Oferecer subsídios para que a liderança aplique os princípios de Compliance; e
- (vii) Proteger a reputação e a imagem da Companhia.

São os pilares e principais mecanismos de Compliance da Companhia:

- (i) <u>Comprometimento da alta administração</u> Atuação direta e incondicional da Administração, incluindo Diretoria e Conselho de Administração.
- (ii) <u>Risk Assessment</u> Avaliação de riscos envolve, dentre outras medidas, entrevistas com empregados, análise de documentos, levando em consideração as características especiais do negócio da Companhia, inclusive se há transações com a administração pública e terceirização;
- (iii) Código de Ética, Políticas e Regimentos Documentos contendo o alicerce principal do Programa de Compliance, incluindo as práticas éticas e legais que todos os Empregados, Membros da Administração, de Comitês e do Conselho Fiscal, Estagiários, Menores Aprendizes, Fornecedores, Prestadores de Serviços e Acionistas, bem como qualquer terceiro que atue em nome da Romi ("Colaboradores") devem cumprir.
- (iv) <u>Controles internos</u> Mecanismos e procedimentos de efetivação do Código de Ética, Políticas e Regimentos, de forma a assegurar, dentre outras coisas, que registros e controles contábeis e fiscais estejam em conformidade com os negócios da Companhia e com a legislação;
- (v) <u>Treinamento e comunicação</u> Devem incluir todos os Colaboradores, devem ser realizados constantemente, de forma a assegurar a aplicação e sucesso do Programa de Compliance;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (vi) <u>Canal de Denúncia</u> Mecanismo objetivando a comunicação (inclusive de forma anônima) de suspeita de condutas inadequadas, ilegais e antiéticas;
- (vii) <u>Investigações internas</u> Averiguações de atos ou fatos a fim de determinar se houve condutas impróprias e seus aspectos correlatos;
- (viii) <u>Due Diligence</u> Averiguação, sob o ponto de vista do Programa de Compliance, de parceiros da empresa, que podem ser terceiros contratados para prestar serviços ou fornecer produtos; e
- (ix) <u>Auditoria e monitoramento</u> Contínua verificação e certificação de cumprimento do Programa de Compliance, ou seja, se todas as atividades da empresa encontram-se em conformidade com a Legislação, o Estatuto Social, o Código de Ética, Políticas, Regimentos e procedimentos de Compliance.
 - O Programa é voltado a todos os Colaboradores. Aplica-se também às subsidiárias localizadas no exterior, observadas as respectivas legislações locais e as boas práticas internacionais.
 - O Programa consolida os seguintes: Código, Políticas e Regimentos:
- (i) Código de Ética e Conduta Empresarial;
- (ii) Política de Combate a Corrupção e Suborno;
- (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas;
- (iv) Política de Indicação;
- (v) Política de Remuneração;
- (vi) Política de Gerenciamento de Riscos;
- (vii) Política de Divulgação;
- (viii) Política de Dividendos;
- (ix) Política de Negociação;
- (x) Política de Investimento Social;
- (xi) Regimento Interno do Conselho de Administração;
- (xii) Regimento Interno do Conselho Fiscal;
- (xiii) Regimento Interno da Diretoria Executiva;
- (xiv) Regimento Interno dos Comitês;
- (xv) Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos;
- (xvi) Regimento Interno do Comitê Executivo de Ética;
- (xvii) Regimento Interno da Auditoria Interna.

Qualquer violação ao disposto neste Programa será submetida ao Comitê Executivo de Ética da Companhia ((https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-executivo-de-etica) ou, conforme disposto no Código de Ética e Conduta Empresarial, Políticas e Regimentos, ao Conselho de Administração, devendo ser adotadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo das penas previstas na legislação vigente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Departamento Jurídico e Compliance será responsável por propor, juntamente com a Auditoria Interna, ao Comitê Executivo de Ética, recomendações para aperfeiçoamentos do Programa de Compliance, visando a sua permanente atualização. O Comitê, por sua vez, poderá submeter tais alterações à deliberação do Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê, com imparcialidade, estabelecer critérios para o tratamento de situações não previstas no Programa, dirimir situações controversas, equacionar dilemas éticos e garantir uniformidade dos critérios usados na resolução de casos similares.

Esporadicamente os colaboradores da companhia são treinados em relação ao Programa de Compliance.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos que a Companhia está exposta, em relação aos exercícios apresentados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia emprega continuamente esforços para o aprimoramento das funções de Compliance, Controles Internos e Gestão de riscos. A companhia não possui outras informações que julgue relevantes.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor 19/04/1938

Forma de Constituição do Emissor Sociedade por ações, de capital aberto.

País de Constituição Brasil

Prazo de Duração Indeterminado

Data de Registro CVM 20/07/1977

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Indústrias Romi S.A., empresa constituída em abril de 1938, sucessora de Máquinas Agrícolas Romi Ltda., que nasceu com a fundação de uma pequena oficina mecânica em 1930, localiza-se a 130 km da capital paulista, no município de Santa Bárbara d'Oeste.

A fabricação de máquinas-ferramenta iniciou-se em 1941 com o lançamento de tornos universais, comercializados inicialmente com a marca "IMOR" e posteriormente, também com a marca "ROMI". Em 1944 começou a exportá-los, e hoje as máquinas-ferramenta ROMI são conhecidas em mais de 60 países, distribuídas por todos os continentes, alcançando o expressivo número de cerca de 160 mil unidades produzidas e comercializadas ao longo de sua história, tendo exportado aproximadamente 30 mil máquinas.

Foi significativa também a participação da Romi na implantação da indústria automobilística no país, tendo fabricado o primeiro automóvel nacional, o ROMI-ISETTA, de 1956 a 1961.

Em 1957 o fundador da Empresa, Sr. Américo Emílio Romi e sua esposa Dona Olímpia Gelli Romi instituíram a Fundação Romi, instituição sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência médica hospitalar, educação e lazer aos funcionários e seus dependentes.

Em 1972, a Empresa tornou-se uma sociedade anônima de capital aberto, tendo atualmente cerca de 10.500 acionistas.

A excelente reputação e a invejável posição que os produtos Romi ocupam na maioria dos países industrializados, devem-se à concepção avançada e especializada, resultado de constantes pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos, aliados a um parque fabril dos mais modernos.

Com uma capacidade de produção anual de 2.900 máquinas, a linha de produtos da Romi constitui-se de tornos universais, tornos CNC, centros de torneamento, centros de usinagem, tornos pesados e extrapesados, injetoras e sopradoras para plásticos, peças, acessórios e equipamentos para atender sua linha de máquinas.

Além da fabricação de máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e demais produtos, cuja manufatura representa a principal ocupação da sua capacidade instalada, a Companhia possui ainda fundição de peças em ferro cinzento e nodular, para atender o consumo interno, bem como, o mercado nacional e externo, com capacidade de fundir aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil, composta por escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Companhia possui treze unidades fabris, sendo onze em Santa Bárbara d'Oeste-SP e duas na Alemanha. Possui 7 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, México e duas subsidiárias indiretas, uma na China e uma nos EUA, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.

Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9001, atualmente na revisão 2015, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001,

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

atualmente na revisão 2015. Em setembro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação IATF 16949, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

Em março de 2007, conforme as práticas de governança corporativa, a Companhia passou a ter suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo –B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 11 de abril de 2007, a Companhia concluiu a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, num total de 27.971.459 ações ordinárias, sendo 12.000.000 de novas ações emitidas e 15.971.459 em oferta secundária, num montante global de 419.572 milhões de reais. A emissão de novas ações resultou numa captação bruta para a Companhia de 180 milhões de reais. Os recursos captados foram utilizados para a realização de investimentos voltados ao aumento da eficiência da Companhia, beneficiando os seus acionistas, parceiros, colaboradores e a comunidade.

Em abril de 2009, deu início às atividades da nova fundição, destinada para produção de peças de grande porte destinadas especialmente ao setor de energia (eólica).

Em junho de 2010, a Romi atingiu a marca de 150 mil máquinas produzidas, e também comemorou seus 80 anos de atuação, pioneirismo e inovação.

Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta. A aquisição, concluída em 31 de janeiro de 2012, está em linha com o plano estratégico da Romi, de ampliar o seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e expandir globalmente suas bases de operações e de mercados. A Romi tem adicionado produtos B+W ao seu portfólio de máquinas-ferramenta, aumentando assim sua capacidade de oferecer para seus clientes da América do Sul e do Norte máquinas premium, com maior precisão, produzidas na Alemanha. Em 2017, a B+W lançou a linha de centros de usinagem horizontal MCC, primeiro projeto desenvolvido em conjunto com a Romi.

Desde 2014, a Romi tem investido em tecnologias alinhadas com as perspectivas da Indústria 4.0, seja na aquisição de tecnologias para o seu processo produtivo, como o Sistema Flexível de Manufatura (FMS) composto por 3 centros de usinagem B+W e o estoque automatizado de peças (MINI LOAD), ou no desenvolvimento de novos produtos, como as novas gerações das Linhas ROMI D e GL, e a Linha Hybrid, que combina as operações de usinagem e manufatura aditiva (impressão 3D metálica), além do desenvolvimento de soluções de conectividade em todos seus equipamentos, proporcionando relevante aumento de produtividade ao cliente final.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

A Companhia não tem ciência de nenhum pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Romi é empresa líder entre os fabricantes nacionais de Máquinas-Ferramenta e para Processamento de Plástico. Detém, também, participação importante no mercado de Fundidos e Usinados. Os principais segmentos industriais que utilizam produtos da empresa são o automotivo (leves e pesados), de máquinas agrícolas, de bens de capital, de bens de consumo, de ferramentaria, de equipamentos hidráulicos, energia eólica, entre muitos outros.

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio, a saber:

A Unidade de Negócio Máquinas Romi, que congrega as linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 2.000 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros). Em 2019 essa unidade foi responsável por 51% do faturamento consolidado da Companhia.

A Unidade de Máquinas Burkhardt + Weber, cujos produtos são fabricados na subsidiária alemã, destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Em 2019 essa unidade foi responsável por 29% da receita consolidada da Companhia.

A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg, tendo contribuído com 20% da Receita Operacional Líquida Consolidada de 2019.

Além da Controladora (Indústrias Romi SA), o grupo Romi é composto por mais 13 empresas:

A Romi Machine Tools Ltd. comercializa máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.

A Romi Europa GmbH, empresa constituída na Alemanha, é responsável pela comercialização de máquinas ferramenta, peças de reposição e assistência técnica em parte do mercado europeu, além de deter a totalidade do capital social da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"). A B+W produz e comercializa centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.

A Romi Itália S.r.l, junto com suas subsidiárias situadas no Reino Unido, Espanha e França, comercializa máquinas ferramenta e máquinas para processamento de plástico, peças de reposição e assistência técnica no mercado europeu.

A Romi A.L. S.A. é uma subsidiária constituída no Uruguai para representação comercial na América Latina, e em especial para custear participação em exposições e feiras.

A Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. é uma subsidiária registrada no Brasil possui e administra imóveis e outros recursos próprios.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Rominor Empreendimentos, subsidiária também registrada no Brasil, é uma sociedade para participação em empreendimentos imobiliários.

A IRSA Máquinas México é uma subsidiária constituída no México para a comercialização de máquinas para plástico e máquinas ferramenta, peças de reposição e assistência técnica no mercado mexicano.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento.

a - Produtos e serviços comercializados

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócios:

<u>Máquinas Romi</u>: Composta pelas linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 2.000 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros).

<u>Máquinas Burkhardt + Weber</u>: Produtos fabricados na subsidiária alemã, onde se destacam os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros.

<u>Fundidos e Usinados</u>: Capaz de produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg.

b - Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela a seguir demonstra a receita operacional líquida por unidade de negócio e sua respectiva participação percentual.

			R\$ mil
Unidade de Negócio	2.019	2.018	2.017
Máquinas Romi	390.794	366.017	292.633
% participação na ROL	51,1%	49,2%	43,5%
Máquinas Burkhardt + Weber	223.438	200.832	165.980
% participação na ROL	29,2%	27,0%	24,7%
Fundição e Usinados	151.274	176.613	214.260
% participação na ROL	19,8%	23,8%	31,8%
Receita Operacional Líquida	765.506	743.462	672.873

c - Lucro ou prejuízo operacional resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

A Companhia não apura atualmente o resultado líquido por segmento operacional. Essa apuração é realizada somente até o resultado operacional e está demonstrada a seguir:

				R\$ mil	
Lucro (Prejuízo) Operacional	Máquinas Romi	Máquinas B+W	Fundidos e Usinados	Total	
2019	93.527	(1.810)	12.776	104.493	
2018	48.281	(4.532)	2.300	46.048	
2017	19.925	8.024	23.318	51.267	

(a) Características do processo de produção

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três unidades de negócios. A unidade de negócios de Máquinas Romi, a de Máquinas Burkhardt+Weber e a de Fundidos e Usinados, distribuídas em treze unidades fabris, sendo onze em Santa Bárbara d'Oeste - SP e duas na Alemanha na cidade de Reutlingen.

Os processos básicos de fabricação são fundição, usinagem, chaparia, montagem eletroeletrônica e montagem final.

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de Máquinas Romi e Máquinas B+W, o desenvolvimento do produto é realizado por equipes próprias a partir de tecnologia desenvolvida internamente e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado também por equipes próprias e os componentes "mecânicos" são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes "não mecânicos" são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle CNC, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, são realizados (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de subsistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade são realizadas ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. A Companhia recebe o desenho e especificações suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça e toda produção de peças fundidas a partir de ferro fundido são desenvolvidos internamente. Os ferramentais para fundição e usinagem, processos de acabamento, processos de usinagem e processos de pintura são realizados internamente ou realizados no mercado local.

A fundição conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 450 kg e alta produção, e linhas semi-automáticas e manuais, para lotes menores e peças de até 15 toneladas de peso. A fundição também conta com uma linha de moldagem, para peças de até 40 toneladas.

O processo de desenvolvimento tecnológico é responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos. Conseguindo, com isso, melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico própria, baseada nos setores de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio na Romi, voltado a seus produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de diversas patentes em inúmeros países na América, Europa e Ásia ao longo de sua existência. Além do desenvolvimento próprio, a Romi tem complementado seu acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global, tendo vigente atualmente contrato de transferência de tecnologia relacionado à Mandrilhadoras.

Os conceitos de qualidade fazem parte das estratégias de produção da Companhia. Desde 1994 a Romi está certificada na norma ISO 9001 de Sistema de Gestão da Qualidade, cujo escopo contempla todas as unidades fabris. O certificado foi mantido desde então e atualizado para nova versão da norma (ISO 9001:2015). Em agosto de 2005, a Companhia foi certificada pela norma internacional ISO 14001. O certificado foi mantido e atualmente está na mais recente versão: ISO 14001:2015. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões. Em 2018 foi concluída a migração para IATF 16949, que substituiu a ISO/TS. Desde então a Romi possui a certificação na versão atualizada da norma de Sistema de Gestão da Qualidade para as Organizações de Produção Automotiva e de Peças de Reposição (IATF 16949:2016).

A Companhia pratica uma consistente gestão de riscos e possui apólices de seguros nacionais e internacionais, com cobertura suficiente para mitigação de riscos inerentes aos negócios.

(b) Características do processo de comercialização

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Romi, na década de 1960, sentindo a necessidade de maior proximidade e interação com seus clientes, passou do sistema de venda através de revendedores para o sistema de "vendas diretas", sistema este que recebe uma série de melhorias contínuas, e permanece até hoje como o melhor sistema de comercialização de máquinas no Brasil. O objetivo principal da venda direta é oferecer o produto certo para a necessidade especifica de cada cliente. Mais do que a simples venda de um produto, a Romi vende uma solução completa para os clientes. O sucesso desse sistema decorre da seguinte forma de atuação:

- i. Cobertura em todo o território nacional, seja por filial de vendas ou vendedores e técnicos de serviços residentes, todos empregados da Companhia.
- ii. Departamento de engenharia de vendas e marketing para analisar as necessidades técnicas dos clientes, com indicação de máquinas, estudos de processos, treinamento de operação/programação. E em muitos casos, a venda da solução segue o sistema turn key, ou seja, com o fornecimento completo, desde a escolha das máquinas, processo, lay out da planta fabril até o programa de produção e treinamento de mão de obra aplicada.
- iii. Departamento de serviço pós-venda com técnicos de serviço altamente treinados, não só para atendimento no campo, mas também através da RAI Romi Assistência Integral para dar assessoria ao cliente, via telefone e/ou através de acesso remoto a máquina do cliente. Existe também uma equipe, não só para o treinamento dos os técnicos de serviço, mas também dos técnicos de nossos clientes.
- iv. Departamento financeiro com uma equipe para dar apoio total aos clientes, principalmente pelo sistema Finame.

Em termos promocionais dos produtos, a Companhia participa anualmente das principais feiras do Brasil, incluindo a FEIMEC, PLÁSTICO BRASIL E EXPOMAFE. Estes três eventos, conhecidos mundialmente, ocorrem no São Paulo Expo Exhibition and Convention Center, na cidade de São Paulo. Estas feiras ocorrem sempre no primeiro semestre, alternando a cada dois anos (FEIMEC anos pares e PLÁSTICOS BRASIL/EXPOMAFE anos ímpares). Além disso a Companhia está presente nas principais feiras internacionais, incluindo as feiras AMB, EMO e FEIRA K, que ocorrem na Europa e a IMTS que ocorre no EUA.

A empresa conta com treze unidades fabris, sendo quatro de montagem final de máquinas industriais, duas fundições, quatro de usinagem de componentes mecânicos, duas para fabricação de componentes de chapas de aço e uma planta para montagem de painéis eletrônicos. Dessas, onze estão localizadas no Brasil e duas na Alemanha. A capacidade instalada de produção de máquinas industriais e de fundidos é de, respectivamente, cerca de 2.900 unidades e 50.000 toneladas por ano. Além das duas unidades fabris na Alemanha, possui 9 subsidiárias de vendas, localizadas nos EUA, Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Espanha, México e 2 controladas indiretas, uma na China e outra nos EUA, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.



Disponível em http://www.romi.com/romi-no-mundo/

(c) Características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Mercado Interno:

A Companhia realiza suas vendas e presta assistência técnica aos seus produtos, com abrangência em todo o território nacional.

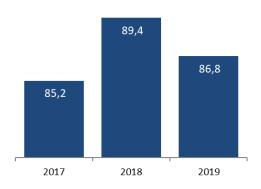
Mercado Externo:

Para a unidade de negócios Máquinas Romi, a Companhia exporta seus produtos a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, através de exportação direta, subsidiárias de vendas, revendedores e trading companies. Na América do Norte a Companhia possui uma subsidiária nos EUA, a Romi Machine Tools e no México (IRSA Máquinas México). Para o continente europeu, a Companhia tem uma subsidiária integral na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH, com o objetivo de vendas e distribuição dos produtos, além de subsidiárias de vendas na Itália, Espanha, França e Reino Unido.

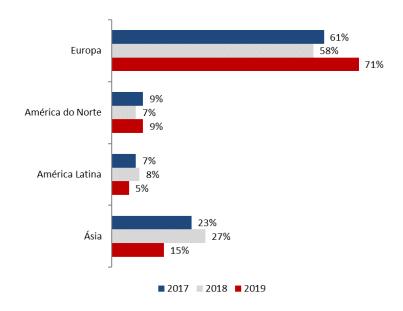
Já para a Unidade de Negócio Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), empresa mundialmente reconhecida pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, onde destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Essa operação oferece máquinas premium produzidas na Alemanha para seus clientes na América do Sul e do Norte, produtos esses vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China e EUA, por meio de subsidiárias exclusivas.

Em 2019, as receitas oriundas do mercado externo representaram 44% (US\$ 87 milhões) da Receita Operacional Líquida, em comparação com 43% (US\$ 89 milhões) em 2018. Neste período, a Europa representou 71% (58% em 2018), a América do Norte representou 9% (7% em 2018), a América Latina 5% (8% em 2018) e a Ásia 15% (27% em 2018).

Receita Mercado Externo - USD Mil



As principais regiões onde a Romi vende seus produtos estão representadas no gráfico a seguir.



Processo Competitivo:

O setor de Máquinas Romi é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essa unidade de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

A Companhia dispõe de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados a Romi também está inserida em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Os maiores competidores no setor de Máquinas Romi são os produtos importados. No setor de fundidos e usinados, os maiores concorrentes são Companhias nacionais.

Dentre os principais concorrentes nacionais no setor de Máquinas Romi, na categoria de máquinas-ferramenta pode-se citar a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda., Heller Máquinas Operatrizes Ltda e a B Grob Brasil S/A. Dentre os principais concorrentes estrangeiros no setor de Máquinas Romi na categoria de máquinas-ferramenta, pode-se citar as japonesas Yamazak Mazak Corporation, DMG-Mori, Okuma Corporation.. Além destas, pode-se citar as Coreanas Hyundai - WIA Machine Corporation e Doosan Infracore Machine Tools (Coréia) e a Haas Automation, Inc (EUA).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas injetoras de plástico, pode-se citar: Haitian do Brasil Itda., Engel do Brasil Itda., Arburg Itda., Sumitomo-Demag do Brasil, Battenfeld do Brasil Itda., Simco (Log). Dentre os principais concorrentes estrangeiros, no setor de máquinas injetoras de plástico, pode-se citar: Haitian, Yzumi, Engel, Arburg, Chen Hsong, Demag-Sumitomo, Battenfeld, Krauss Maffei, BMB, Log Machine e Borche.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de Máquinas Romi na categoria de máquinas sopradoras, pode-se citar Uniplas Indústria Comércio Importação e Exportação de Máquinas e Plásticos Ltda, J.B. Lemanski & Cia Ltda (JBL PET), Multipet Sopradoras, Pavan & Zanetti, Pintarelli e Multipack. Dentre os principais concorrentes estrangeiros, no setor de Máquinas Romi na categoria de sopradoras, pode-se citar Pavan & Zanetti, Sidel, Techne, Magic e vários representantes com máquinas chinesas.

Fundidos e Usinados: A Romi é também um importante fabricante brasileiro de peças fundidas e usinadas, detendo uma participação de aproximadamente 4% do mercado nacional, nos segmentos onde atua, exceto no segmento Eólico, onde a Companhia detém aproximadamente 50% do mercado. As peças fundidas e usinadas são destinadas principalmente à indústria automotiva pesada e leve, agrícola, construção e mineração,

de energia eólica e de bens de capital. Dentre os principais concorrentes nacionais no setor de fundidos e usinados, pode-se citar a BR Metals, Fundimisa, Castertech, Fundimig, Fundituba, Hubner, Intercast, Lepe, Schultz, Tupy, Moreno, Wetzel, Teksid, Farina, L. Alberti e WHB.

(d) Eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas:

Não há.

Sazonalidade de Produtos:

A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, pois suas vendas dependem dos investimentos, que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico.

O primeiro trimestre, na comparação com os demais trimestres, historicamente reflete um desempenho menor, decorrente de férias coletivas e feriados, bem como, de expectativas de realizações das feiras mecânicas no início de abril. Portanto a retomada dos negócios no segundo trimestre é natural.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.

O fornecimento de matérias-primas e insumos é de grande importância para as atividades da Companhia e é responsável por aproximadamente 69% do custo de produção. Atualmente o fornecimento regular de insumos é realizado por mais de 2.000 fornecedores. Cerca de 48% das matérias-primas e insumos comprados são importados, principalmente dos EUA, Alemanha e Taiwan, os demais 52% dos itens comprados são adquiridos no mercado doméstico. Não há dependência de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de matéria-prima ou de insumos. Os custos são continuamente analisados e os preços de insumos utilizados na fabricação de nossos produtos, tais como itens eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, ferramentas, resinas, ferro gusa entre outros frequentemente monitorados.

Segue abaixo tabela com os principais fornecedores:

Fornecedor	Localização	Produto fornecido
FANUC FA AMERICA CORP.	Estados Unidos	CNC e Servo-Motores
SIEMENS AG	Alemanha	CNC e Servo-Motores
ST METALS TECNOLOGIA EM U	Jaguariuna - SP	Usinagem de peças eólicas
MALCON METALURGICA LTDA	Americana - SP	Itens de chaparia
CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A	João Neiva - ES	Ferro gusa para Fundição
BOSCH REXROTH LTDA	Atibaia - SP e Pomerode - SC	Componentes Hidráulicos e Mecânicos
SI GROUP CRIOS RESINAS S.	Rio Claro - SP	Resinas e Insumos para Fundição
DUPLOMATIC AUTOMATION SRL	Itália	Torres e Suportes de Ferramentas
COM DE SUCATAS NARCISO LTDA	Santa Bárbara d´Oeste - SP	Sucatas para Fundição
RFR COM E REC DE RESIDUOS	Guarulhos - SP	Sucatas para Fundição
FOSECO INDUSTRIAL E COMER	São Paulo - SP	Insumos para Fundição
PHASE MOTION CONTROL S.p.	Itália	Rotor e estator de motores
J C F METALURGICA LTDA EP	Santa Bárbara d´Oeste - SP	Rebarbação de peças da Fundição
IRON & STEEL ACABAMENTO D	Nova Odessa - SP	Rebarbação de peças da Fundição

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, que, no Brasil, é composta por vendedores próprios, através de filiais, ou através de representantes comerciais. A rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil é realizada através de filiais de vendas e vendedores, distribuídos pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

Atualmente a Companhia conta com aproximadamente 2.000 clientes ativos na unidade de negócio de Máquinas Romi, aproximadamente 12.000 clientes ativos consumidores de peças de reposição e mais de 70 clientes ativos na unidade de negócio de fundidos e usinados. São considerados clientes ativos aqueles que compraram algum produto nos últimos 5 anos.

O quadro a seguir demonstra a participação da carteira de clientes na receita operacional líquida da Companhia:

Carteira de Clientes	% sobre a receita operacional líquida da Companhia em 2019
10 maiores	22%
20 maiores	33%
50 maiores	46%
100 maiores	53%
200 maiores	61%
500 maiores	75%

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita operacional líquida total.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

N/A

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Todas as unidades produtivas são inspecionadas pelas autoridades competentes, para a expedição das autorizações aplicáveis.

Na data deste Formulário de Referência, todos os estabelecimentos da Companhia estavam devidamente regularizados perante os órgãos competentes aos quais estavam sujeitos. São mantidos responsáveis técnicos junto aos conselhos regionais correspondentes, bem como todos os registros e/ou cadastros dos produtos em vigor.

(b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os Administradores como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas como multas a serem aplicadas conforme legislação vigente, suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

A Romi procura executar todas as atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

O Sistema de Gestão Ambiental é submetido à auditoria da ABS Quality Evaluation, para a certificação pela ISO 14001 versão 2015, tendo sido certificado pela primeira vez em 12 de agosto de 2005 e recertificada em 9 de junho de 2017, para as unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP, Brasil.

A certificação obtida pela Companhia vem comprovar o compromisso com o Meio Ambiente, inserindo princípios ambientais aplicáveis a todos os seus processos, fortalecendo a consciência ambiental dos seus colaboradores, buscando conscientemente o atendimento à legislação, prevenindo a poluição e melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

Os gastos totais com meio ambiente no ano de 2019, 2018 e 2017 foram respectivamente R\$ 1.304, R\$ 957 mil e R\$ 833 mil.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia tem como filosofia a melhoria contínua de seus processos, para tanto se compromete com a qualidade de seus produtos e serviços, tendo como objetivo principal assegurar a satisfação de seus clientes, razão pela qual mantêm sua competitividade e crescimento.

Os Departamentos de Engenharia de Produtos e suas respectivas unidades de negócios - máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos são responsáveis pelo processo de desenvolvimento tecnológico, o que permitiu melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Tais departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico, baseada nos Departamentos de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio da Companhia, voltado a produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de mais de 60 patentes em diversos países da América, Europa e Ásia.

Além do desenvolvimento próprio, a Companhia possui em seu acervo tecnológico acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global.

Atualmente, a Companhia possui 9 patentes em vigor, sendo 2 no Brasil e 7 no exterior, além de uma patente requerida no Reino Unido; e o registro de 19 marcas no Brasil e de 36 no exterior.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados no Brasil para os anos de 2019, 2018 e 2017 estão evidenciadas no quadro a seguir.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados em países estrangeiros para os anos de 2019, 2018 e 2017 estão evidenciadas no quadro a seguir:

Mercado	2019	2018	2017
Mercado Interno	423.045	416.841	401.095
% participação na ROL	56%	57%	59%
Mercado Externo	342.261	326.621	271.778
% participação na ROL	44%	43%	41%
Receita Operacional Líquida	765.506	743.462	672.873

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

	2019	2018	2017
Europa	25%	25%	25%
América do Norte	3%	3%	4%
América Latina	4%	3%	3%
Ásia	12%	12%	9%
Mercado Externo	44%	43%	41%

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

A Companhia obedece a regulação pertinente aos produtos que ela comercializa em diferentes países.

Movimentos atípicos, como medidas protecionistas ou quedas de mercado podem de algum modo afetar as vendas de seus produtos. Contudo, a concentração de vendas, seja por país destinatário, ou cliente específico não é relevante no montante total de vendas do emissor.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Em relação a políticas socioambientais, indicar:

(a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia se preocupa e toma as ações necessárias para minimizar os possíveis impactos de suas operações sobre o meio ambiente, economia e sociedade civil. Porém, não possui um Relatório Anual de Sustentabilidade de acordo com as metodologias existentes atualmente, sendo as informações controladas e divulgadas conforme necessidade e definição em procedimentos internos.

(b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável.

(c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável.

(d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Nos exercícios apresentados não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante alheio a operação normal nos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alteração na condução de negócios para os exercícios apresentados.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não há contratos considerados relevantes nos exercícios apresentados.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev	Negócios extraord.
---	--------------------

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Com base nas perspectivas de expansão das suas atividades, a Administração da Companhia classificou parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedades para investimento são como seguem:

Exercício	Controladora	Consolidado
2019	13.500	18.181
2018	13.500	18.398
2017	13.500	18.602

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, nos montantes abaixo:

Exercício	Controladora	Consolidado
2019	44.982	126.420
2018	44.982	139.764
2017	51.357	147.194

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Máquinarios e equipamentos industriais BW	Alemanha			Própria
Terrenos com edificações, plantas industriais BW	Alemanha			Própria
Terrenos com edificações, plantas industriais Romi Brasil	Brasil	SP	Santa Barbara d'Oeste	Própria
Máquinarios e equipamentos industriais	Brasil	SP	Santa Barbara d'Oeste	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os itens referentes a este formulário estão representados integralmente no item 9.2 Outras inf. – relev. – Ativos Relev.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.		-	Controlada	México			Comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia	100,000000
				Valor mercado)			
31/12/2019	-125,321101	0,000000	0,00	Valor contábi	I 31/12/2019	-1.228.000,00		
31/12/2018	-180,860534	0,000000	0,00	1 1 1				
31/12/2017	-39,875112	0,000000	0,00	1 1 1				
Razões para aquisição	e manutenção de tal partici	pação						
Comercialização e pres	tação de serviços relacionados	s aos produtos fabrica	dos pela Companhia no México.					
Romi A.L. S.A.		-	Controlada	Uruguai			Representação comercial para a América latina.	100,000000
				Valor mercado)			
31/12/2019	7,703171	0,000000	0,00	Valor contábi	I 31/12/2019	8.389.000,00		
31/12/2018	26,918690	0,000000	0,00	I I				
31/12/2017	6,786149	0,000000	0,00	1 1 1				
Razões para aquisição	e manutenção de tal partici	pação						
Representação comerci	al para a América latina.							
Romi Europa GmbH		-	Controlada	Alemanha			Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania e participação em empresas.	100,000000
				Valor mercado)			
31/12/2019	-2,671975	0,000000	0,00	Valor contábi	I 31/12/2019	105.124.000,00		
31/12/2018	6,234816	0,000000	0,00	1 1 1				
31/12/2017	19,577771	0,000000	0,00	! !				

Exercício social	Valor contábil	- variação %	Valor mercado - variação %	Montante de d recebidos (Re			Data	Valor (Reais Unidade)		
Razões para aquisiçã	io e manutenção	de tal partici	oação							
É estratégico para a C	ompanhia manter	uma assistênc	ia técnica permanent	e para seus clie	ntes nos continer	ites referenciado:	3.			
Romi Itália S.R.L.			-	Controlada		Itália			Empresa dona das subisidiárias da França, UK e Espanha que são responsáveis por distribuição de máquinas para plástico e máquinas- ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.	100,000000
						Valor mercado				
31/12/2019		-57,563358	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2019	3.215.000,00		
31/12/2018		20,752311	0,000000		0,00					
31/12/2017		12,720086	0,000000		0,00					
Razões para aquisiçã	io e manutenção	de tal particip	oação							
Comercialização de m	áquinas-ferrament	ta, peças de re	posição e assistência	técnica.						
Romi Machine Tools, Ltd.			-	Controlada		Estados Unidos			Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.	100,000000
						Valor mercado				
31/12/2019		-50,664137	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2019	-3.176.000,00		
31/12/2018		-217,469880	0,000000		0,00					
31/12/2017		-143,398693	0,000000		0,00					
Razões para aquisiçã	io e manutenção									
Comercialização de m	águinas-ferrament	ta. pecas de re	posicão. assistência	técnica e fundid	os e usinados par	a a América do N	lorte.			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/000		-	Controlada	•	Brasil	SP	Santa Bárbara d Oeste	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.	93,070000
						Valor mercado				
31/12/2019		-1,739528	0,000000		3.688.000,00	Valor contábil	31/12/2019	21.465.000,00		
31/12/2018		6,219002	0,000000		2.060.000,00					
31/12/2017		-2,498459	0,000000		4.442.000,00					
Razões para aquisiçã	io e manutenção	de tal particip	oação							
Atividade imobiliária, ir	nclusive compra e	venda, locaçã	o de imóveis próprios	, exploração de	direitos imobiliári	os, intermediação	de negócios im	nobiliários e prestação de fianças	e avais.	
Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	62.091.038/000	01-74	-	Controlada		Brasil	SP	Santa Bárbara d Oeste	Participação em empreendimentos imobiliários.	100,000000

			Valor mercado				
31/12/2019	2,980808	0,000000	0,00 Valor contábil 31/12/2019 2.522.000,00				
31/12/2018	1,829522	0,000000	0,00				
31/12/2017	-0,742881	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação							

Participação em empreendimentos imobiliários.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

A Companhia tem registrado em sua subsidiária indireta, Burkhardt+Weber, os Intangíveis conforme seguem, não registrados no item 9.1.b.

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Tecnologia	Entre 15 e 20 anos	Alienação	Não se aplica
Relacionamento com o cliente	20 anos	Alienação	Não se aplica
Marca	Indeterminado	Alienação	Não se aplica

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2019 iniciou com a continuidade da recuperação econômica e, principalmente, com um bom nível de otimismo na indústria. Alguns dados macroeconômicos também continuam demonstrando sinais de uma recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança e a melhora da utilização da capacidade instalada quando comparados com os três últimos anos. O volume de oportunidades de negócios também apresentou uma recuperação ao longo dos meses, principalmente a partir do segundo semestre, onde pode-se notar uma maior consistência dessa recuperação. Essa melhora nos dados macroeconômicos e no ambiente geral da economia começa a se materializar, principalmente, na unidade de negócio Máquinas Romi, que diante de um cenário mais estável encoraja os clientes a retomar os seus investimentos. Nessa Unidade de Negócio, a entrada de pedidos do ano de 2019, quando comparada a 2018, apresentou um crescimento de 14.4%.

A Romi continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Ao longo dos últimos anos efetuamos diversas otimizações, principalmente nas estruturas indiretas. Reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade com foco no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde 2017. Estrategicamente, definimos como prioridade o lançamento de novas gerações de produtos, e as primeiras linhas já estão fazendo muito sucesso no mercado doméstico e internacional. Isso nos dá muita confiança de que estamos muito bem preparados para a retomada da economia doméstica.

A receita operacional líquida auferida em 2019 foi de R\$765,5 milhões, 3,0% superior à registrada em 2018, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018 e 2019, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento.

Em 2019, o mercado doméstico foi responsável por 56% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (IRSA México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Espanha), foi de US\$86,0 milhões, montante 0,2% superior ao alcançado em 2018.

Em 2019, embora um ano bastante desafiador, a Companhia continuou demonstrando bastante consistência na geração de resultados, sendo EBITDA ajustado (*) e o Lucro Líquido ajustado (*) do ano R\$63.720 e R\$28.520, respectivamente.

(*) Conforme informações constantes nas demonstrações financeiras padronizadas de 2019, Nota 14 — Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, o EBITDA e o Lucro Líquido

ajustados estão reduzidos em R\$74,3 milhões e R\$101,4 milhões, respectivamente, oriundos de Êxito em processos fiscais.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Hipóteses de resgate

Não aplicável à Companhia.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável à Companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia, por meio do planejamento e do controle constantes dos seus ativos e passivos financeiros, acredita não haver sinalização em relação à capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As captações da Companhia referem-se a linhas de financiamento voltadas à Pesquisa e Desenvolvimento e inovação e à exportação (Adiantamento de Contratos de Câmbio), com taxas e prazos em linha com aqueles praticados pelo mercado, conforme informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, disponíveis a partir de 11 de fevereiro de 2020, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (http://www.b3.com.br) e da Companhia (www.romi.com).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$148.490 e dívidas financeiras de R\$114.515, sendo que R\$91.649 possuem vencimentos em 2020. Essa posição financeira resulta em um caixa líquido no montante de R\$33.975.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente, as principais fontes de captação de recursos da Companhia são linhas de crédito oferecidas pelo BNDES e linhas de crédito voltadas à exportação e ao financiamento de componentes importados, oferecidas pela maioria dos bancos comerciais.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem utilizado as linhas de financiamento mencionadas nos itens acima para financiar as suas operações.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia, em 31 de dezembro de 2019, possuía os seguintes níveis de endividamento:

	2019
Caixa e equivalentes de caixa	147.807
Aplicações financeiras	683
Financiamentos (parcelas do circulante)	(91.649)
Financiamentos (parcelas do não circulante)	(22.866)
Caixa líquido (valor de caixa, equivalentes de caixa e aplicações	
financeiras deduzido dos financiamentos)	33.975
Total disponibilidade	148.490
Total financiamento	(114.515)
Patrimônio líquido	757.284
Nível de endividamento financeiro (caixa líquido / patrimônio líquido)	-4,49%
Total da dívida (circulante + não circulante)	(114.515)
Variação do caixa líquido - R\$ ano anterior	67.043

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

		Circulante		Circulante		Amortização	Encargos	
-	2019	2018	2019	2018	Vencimento	do principal	financeiros	Garantia
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	13.571	46.771	-	-	01/10/2020	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 1,34% a 1,55% a.a. + variação cambial	Aval Rominor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inova-	5.564	5.570	11.534	17.071	16/01/2023	Trimestral/Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	1.120	1.534	1.934	3.047	15/01/2024	Trimestral/Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	26.871	34.413	-	-	16/12/2020	Parcela única	Juros de 1,09% a.a. a 1,80% a.a.	Clean / Aval Rominor
Financiamento à Exportação (NCE)	31.597	-	-	-	16/06/2020	Parcela única	Juros de 0,86% a.a.	Clean / Aval Rominor
Finep URTJ-01	-	2.131	-	-	15/05/2019	Mensal	TJLP + 5,00% a.a Deduzido 6,00%	Fiança Bancária
Controladora	78.723	90.419	13.468	20.118				
B+W - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (c) Outros - capital de giro	12.926	12.128	9.398	11.320	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio) N/A
Consolidado	91.649	102.547	22.866	31.438				•

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui uma linha de financiamento oferecida pelo BNDES, denominada Finame Fabricante, que é contratada através dos agentes financeiros (bancos comerciais credenciados), cujos prazos podem ser de até 60 meses.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existia um contrato na Companhia, assinado em dezembro de 2014, com a finalidade de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos 2015 e 2016. É obrigação contratual a constituição dos seguintes covenants:

- (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (patrimônio líquido/ativo total) maior ou igual a 0,40.
- (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / Passivo Total) menor ou igual a 0,25

Em virtude de contratos de financiamentos com o BNDES para investimentos em imobilizado, o montante de R\$67.531 em 31 de dezembro de 2019 (R\$68.195 em 31 de dezembro de 2018) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, instalações, máquinas e equipamentos.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos de financiamento já contratado e com recursos ainda não liberados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo:		
Circulante (a)	760.182	697.357
Não circulante (b)	<u>607.059</u>	<u>544.730</u>
Total do ativo	<u>1.367.241</u>	<u>1.242.087</u>
Passivo:		
Circulante (c)	395.429	362.752
Não circulante (d)	212.930	181.732
Patrimônio líquido	757.284	695.977
Participação dos não controladores	<u>1.598</u>	<u>1.626</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.367.241</u>	<u>1.242.087</u>

- (a) As variações mais significativas entre as linhas do ativo circulante foram nas seguintes rubricas:
- (i) "Duplicadas a receber" (R\$140.395 em 2019 e R\$168.213 em 2018). A queda está relacionada por uma maior opção pela modalidade "Finame fabricante".
- (ii) "Estoques" (R\$344.878 em 2019 e R\$300.547 em 2018). Crescimento dos estoques em virtude do maior volume de compras para que haja disponibilidade adequada de produtos para os clientes e atendimento à carteira de pedidos, que apresentou crescimento importante em relação a dezembro de 2018.
- (b) A variação mais significativa entre as linhas do ativo não circulante foi na seguinte rubrica:
- (i) "Valores a receber repasse Finame Fabricante" (R\$166.959 em 2019 e R\$128.584 em 2018), devido ao incremento do volume de vendas de máquinas no mercado doméstico, que utiliza essa linha de financiamento.
- (ii) "Impostos e contribuições a recuperar" (R\$54.401 em 2019 e R\$18.998 em 2018). O incremento dessa rubrica é reflexo dos créditos de oriundos do sucesso no processo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme descritos nas demonstrações financeiras de 2019.
- (c) As variações mais significativas entre as linhas do passivo circulante foram nas seguintes rubricas:
- (i) "Financiamentos FINAME Fabricante" (R\$82.877 em 2019 e R\$63.326 em 2018). O aumento desse saldo é reflexo do incremento do volume de vendas de máquinas no mercado doméstico, que utiliza essa linha de financiamento.

- (ii) "Financiamentos" (R\$91.649 em 2019 e R\$102.547 em 2018). Os valores de financiamento da Companhia estão em linha com as atividades de investimento, mantendo os níveis de endividamento em patamares adequados.
- (iii) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (R\$40.728 em 2019 e R\$23.785 em) Em 29 de março de 2019, a Companhia realizou pagamento dos juros sobre o capital próprio declarados em 17 de abril de 2018. Ao total, no ano de 2019, referente aos resultados do próprio exercício, foram declarados juros sobre o capital próprio, no montante líquido de R\$61.307, dos quais R\$21.877 foram liquidados em 29 de novembro de 2019 e R\$13.689 foram pagos em 10 de janeiro de 2020, o restante desta distribuição será pago em 31 de março de 2020.
- (d) As variações mais significativas entre as linhas do passivo não circulante foram nas seguintes rubricas:
- (i) "Financiamentos FINAME Fabricante" (R\$152.786 em 2019 e R\$116.278 em), devido aos fatores mencionados no item (c) (i) anterior.
- (ii) "Financiamentos" (R\$22.866 em 2019 e R\$31.348 em 2018), devido aos fatores mencionados no item (c) (ii) anterior.
- (e) Como já comentado anteriormente, a receita operacional líquida auferida em 2019 foi de R\$765,5 milhões, 3,0% superior à registrada em 2018, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018 e 2019, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos e também pelas exportações, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento.
- (f) Em 2019, a margem bruta foi de 27,3%, mantendo-se estável em relação à obtida em 2018. Nesse período, observa-se um incremento na margem da unidade de Máquinas Burkhardt+Weber, refletindo os projetos de aumento de rentabilidade e um decréscimo na unidade de Fundidos e Usinados, consequência da redução do volume de itens extrapesados.
- (g) A margem operacional ajustada registrada em 2019 foi positiva em 3,9%, o que representou uma queda de 2,5 p.p. quando comparado com 2018, devido a queda no volume de faturamento da unidade de Fundidos e Usinados. A manutenção das margens operacionais em níveis similares aquelas alcançadas em 2018 demonstram consistência nas operações.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de máquinas-ferramenta e máquinas para processamento de plásticos, novas e seminovas, peças de reposição, pela reforma de máquinas e de peças fundidas e/ou usinadas e pela prestação de serviços de assistência técnica, entre outros serviços.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram os resultados operacionais da Companhia já foram descritos no item 10.1.(g) desta proposta.

 Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

As principais variações da receita já foram descritas no item 10.1.(e) desta proposta.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Atualmente, aproximadamente 30% do custo da Companhia está vinculado ao câmbio (entre materiais importados e materiais nacionais sensíveis ao câmbio). Apesar do incremento no custo dos produtos oriundo da alta do câmbio, tendo em vista que grande parte dos competidores da Romi, principalmente no segmento de máquinas Romi, possui sua produção em outros países, seus patamares de preço possuem influência do dólar norte-americano (US\$) e/ou do euro (€), situação que, em uma desvalorização do real (R\$) perante essas moedas, deixa os produtos Romi mais competitivos local e internacionalmente.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2019.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em 2019.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve nenhum evento ou operação não usual que merecesse destaque.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2019, tivemos a introdução do O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, sendo seus efeitos e explicações melhores evidenciados no item 2.19 – Arrendamentos, das demonstrações financeiras da Indústrias Romi S.A. que se encontram disponíveis nos sites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") http://www.b3.com.br e da Companhia (www.romi.com) a partir do dia 11 de fevereiro de 2020.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme descrito no item 10.4.a., seguem os efeitos evidenciados no item 2.19 — Arrendamentos, das demonstrações financeiras:

	Consolidado
Reconhecimento inicial, em 1º de janeiro de 2019	6.283
Aquisições	2.878
Depreciação	(1.877)
Variação cambial	195
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2019, líquido	7.479

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer dos auditores independentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a auditoria independente ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. ("EY") emitiu seu "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas" indicando uma opinião com ressalva. O trecho "Base para opinião com ressalva" do relatório mencionado está transcrito abaixo:

"Base para opinião com ressalva

Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS

Conforme divulgado na nota explicativa 14, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em consequência do trânsito em julgado favorável em sua ação judicial, a Companhia reverteu a provisão referente ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos de novembro de 2006 a março de 2019, mas foram depositados judicialmente. Considerando a manifestação do o Supremo Tribunal Federal (STF) de 15 de março de 2017, apreciando o tema da repercussão geral, que decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS e com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, entendemos que já não era provável que seria necessário uma saída de recursos para liquidar a obrigação anteriormente registrada e, sendo assim, a referida provisão deveria ter sido revertida naquele exercício. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido individual e consolidado do exercício findo naquela data está apresentado a maior em R\$56.302 mil, assim como o

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

valor do ativo não circulante e total do ativo e do patrimônio líquido, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2018 e o resultado do exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, estão apresentados a menor respectivamente em R\$85.306 mil, R\$56.302 mil e R\$ 2.613 mil, liquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) e, adicionalmente, os esclarecimentos e orientações sobre o tema trazidas pela Comissão de Valores Mobiliários, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019, datado de 11 de janeiro de 2019, apenas seria possível o reconhecimento dos ganhos referentes ao ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS no momento em que houvesse o trânsito em julgado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da análise dos Embargos de Declaração apresentados pela União ou ainda na situação de obtenção do trânsito em julgado da sua ação ordinária específica.

Tal fato, ou seja, a obtenção do trânsito em julgado ocorreu em 13 de março de 2019, data em que a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável proferida na sua ação ordinária individual sobre o tema. Como consequência do trânsito em julgado da sua ação individual, a então obrigação presente oriunda de um evento passado deixou de ser considerada uma obrigação e, portanto, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 1º Trimestre de 2019, os efeitos do êxito nesse processo judicial, que totalizaram R\$138.008, antes dos impostos, sendo R\$74.321 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" e R\$63.686 na rubrica de "Receitas financeiras". O impacto no lucro líquido do período foi de R\$105.564, já considerando os efeitos de imposto de renda e da contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, declarados em março de 2019, conforme Aviso aos Acionistas datado de 26 de março de 2019. Em 20 de setembro de 2019, os depósitos judiciais no montante de R\$88.456 foram liberados e integrados às disponibilidades (caixa) da Companhia.

As informações relevantes sobre o assunto foram divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são conforme segue:

1 Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.18.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

(a) Controladora:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta especifica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

(b) Consolidado

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 – Investimento em controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

1.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até três meses ou menos com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

1.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.16 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber – rapasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a

reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

vi. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

independentemente do momento da inadimplência.

A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição,

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 4.

Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(d) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas 12 e 13.

(e) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

1.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

1.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

1.8 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

1.9 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.10).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

1.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendêlo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

1.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

1.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

1.13 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de servicos passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17).

1.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

1.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

1.16 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

(i) Contraprestação variável:

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produtividade.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo.

(vi) Contraprestação não monetária

A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

1.17 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão

PÁGINA: 100 de 271

é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

1.18 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.
- b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10).
- c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6.
- (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (f).
- (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.17).
- (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável.
- A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

1.19 Arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 — Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários — arrendamentos de ativos de "baixo

PÁGINA: 101 de 271

valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os impactos foram analisados e os efeitos encontram-se demonstrados no quadro a seguir:

	Consolidado
Reconhecimento inicial, em 1º de janeiro de 2019	6.283
Aquisições	2.878
Depreciação	(1.877)
Variação cambial	195_
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2019, líquido	7.479

1.20 Normas com adoção inicial em 2019 não descritas nos itens anteriores

CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações deveriam ser aplicadas retrospectivamente e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não impactaram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados.

Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia nos períodos apresentados.

Alterações no CPC 18 (R2): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados.

<u>Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda</u>

A Interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se

PÁGINA: 102 de 271

considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, exceto aos já apresentados na Nota 14 — Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, nos períodos apresentados.

Alterações no CPC 36 (R3) equivalente à norma internacional IFRS 10: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle sobre uma controlada que é vendida ou contribuída para uma coligada ou joint venture. As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados.

1.21 Normas emitidas mais ainda não vigentes

CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplicase a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- i. Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- ii. Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigorará para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia não optou pela adoção antecipada. A Companhia ainda estuda os impactos da adoção da nova norma.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para definir uma combinação de negócios, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a

PÁGINA: 103 de 271

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para esclarecer a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas. A nova definição estabelece que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras". Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

1.22 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 20).

PÁGINA: 104 de 271

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

Atualmente, a Companhia possui um contrato de futura compra de energia elétrica.

Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Em 30 de maio de 2019, a Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica com a Engie Brasil Energia Comercializadora LTDA - Engie, para os períodos que sucedem o contrato em curso com a CDSA. O período de fornecimento da energia elétrica contratado foi estendido por mais três anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 e passou a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

Ano de fornecimento	Valor
2020	11.987
2021	15.396
2022	14.743
2023	14.528
Total	56.654

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2019, não possui ativos e/ou passivos que não estejam registrados nas suas demonstrações financeiras, tampouco divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

PÁGINA: 105 de 271

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável à Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável à Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia.

PÁGINA: 106 de 271

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2020, a Companhia pretende destinar seus investimentos à manutenção regular do seu parque fabril e a projetos de automação, ganho de eficiência e competitividade.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano 2020 por meio de capital próprio ou por meio de financiamentos para os casos em que o custo do capital seja atrativo.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável à Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável à Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Anualmente, a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Historicamente, a Romi investe aproximadamente 4% da sua receita operacional líquida da Controladora em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2019, o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$20.470 (R\$17.379 em 2018).

PÁGINA: 107 de 271

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

PÁGINA: 108 de 271

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

(a) Objeto da projeção (guidance)

Não divulgamos guidance, pois entendemos que nos últimos anos, dada a conjuntura macroeconômica instável pela qual o mundo e especialmente o Brasil está passando, nossas previsões, que são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor, e dos mercados internacionais, tiveram que passar por revisões, o que pode prejudicar a interpretação dos investidores.

Em acordo com o fato relevante divulgado pela Companhia em 23 de março de 2020, a Companhia informa ser impraticável, neste momento, mensurar de maneira confiável todos os possíveis impactos relacionados ao COVID-19 e reafirma que manterá a constante avaliação de seus impactos sobre as operações da Companhia, tomando as medidas cabíveis quando necessário.

Até a data de publicação deste formulário, em acordo com a nota de evento subsequente referente às demonstrações financeiras intermediárias do 1T20, a Companhia não possuía impactos relevantes provocados pela pandemia do COVID-19.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável.

PÁGINA: 109 de 271

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Quando divulgamos *guidance*, o Conselho de Administração analisa trimestralmente os números apresentados ao mercado em suas reuniões.

No período atual, considerando que não estamos divulgando *guidance* para 2019, esse acompanhamento se torna "não aplicável".

PÁGINA: 110 de 271

(a) Estrutura Administrativa

• Atribuições do Conselho de Administração:

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

As atribuições do Conselho de Administração são aquelas definidas na legislação em vigor, no Estatuto Social, no seu Regimento Interno e no Regulamento do Novo Mercado da B3. O Regimento Interno, o qual é divulgado no site da Companhia, teve a aprovação da sua última alteração em 10 de dezembro de 2019, pelo Conselho de Administração.

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia estabelece como competência exclusiva do Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas no Estatuto Social e na forma da lei:

- i. Definir a missão, as políticas e os objetivos gerais e estratégicos da Companhia, supervisionar a gestão, e atuar diligentemente em prol dos interesses da Companhia e de todos os acionistas, visando à criação de valor no longo prazo, dispondo sobre:
 - a) A estratégia de negócios da Companhia;
 - b) O planejamento das atividades da Companhia;
 - c) Os programas de expansão dos setores existentes ou início de novas atividades;
 - d) A adoção de novas linhas de produtos e alteração das já existentes;
 - e) A abertura e encerramento de subsidiárias, filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, ou alteração nos já existentes; no país e/ou no exterior;
 - f) Participação e desinvestimento em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista;
 - g) Aplicação, em empresas coligadas ou não, de investimentos derivados de incentivos fiscais; e
 - h) Negociação de ações da própria Companhia.
- ii. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando, por ocasião da eleição, as respectivas atribuições;
- iii. Fiscalizar a gestão dos Diretores;

- iv. Deliberar sobre a convocação de Assembleias Gerais;
- v. Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e das contas da Diretoria, propondo à Assembleia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos;
- vi. Deliberar sobre: a) levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembleia Geral Ordinária;

vii. Autorizar:

- a) A aquisição, a alienação e a constituição de ônus reais de bens imóveis ou ativos intangíveis da Companhia;
- b) a alienação ou a constituição de ônus reais de bens móveis que façam parte do ativo permanente da Companhia;
- c) a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e
- d) a emissão de Notas Promissórias para distribuição pública.
- viii. Propor à Assembleia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;
- ix. Escolher e destituir auditores independentes;
- x. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a participação de cada membro do Conselho de Administração, de cada membro do Conselho Consultivo e de cada Diretor, na participação de que trata o artigo 44 deste Estatuto;
- xi. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a remuneração individual dos administradores e do Conselho Consultivo;
- xii. Deliberar sobre a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembleia Geral, dentro do limite do capital autorizado, e com a faculdade prevista no artigo 10 deste Estatuto Social.
- xiii. Aprovar o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, imputando-os ou não à conta de dividendos.
- xiv. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a

PÁGINA: 112 de 271

conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos impactos para a liquidez das ações; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública disponíveis no mercado; e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

O Conselho de Administração possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2019:

https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-conselho-de-administracao/

• Atribuições dos Comitês:

i. Comitê de Auditoria e Riscos

Constituído em 17 de março de 2020, pelo Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, não estatutário, possuindo Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2019, o qual regulamenta o seu funcionamento, composição e atividades.

https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-comite-de-auditoria-e-riscos/).

Objeto:

Supervisionar os trabalhos da Auditoria Interna, examinar os trabalhos da Auditoria Independente, incluindo Demonstrações Financeiras, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos.

Além do Comitê de Auditoria e Riscos, a Companhia possui os seguintes Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, os quais tem suas atribuições regidas pelo Regimento Interno dos Comitês.

https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-dos-comites/

PÁGINA: 113 de 271

Comitê de Acompanhamento Econômico

Constituído em 17 de março de 2020 pelo Conselho de Administração

Objeto:

Orçamentos de Receitas, Custos e Despesas; Investimentos; Custo Padrão; Preços de Transferência; Preços de Venda; Margens; Inflação Romi; Programa de Produção; Níveis de Estoque; Capital de Giro; PDD; Projeções de Resultados.

Comitê de Recursos Humanos

Constituído em 17 de março de 2020 pelo Conselho de Administração

Objeto:

Recrutamento, preparação e planos de sucessão de Diretores e funcionários estratégicos; Avaliação do Conselho de Administração ("CA") e Diretoria; Remuneração do CA, Diretoria e Conselho Fiscal.

Comitê Imobiliário

Constituído em 17 de março de 2020 pelo Conselho de Administração

Objeto:

Desinvestimento de imóveis não estratégicos.

Membros:

Paulo Romi (Coordenador), Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho, Luiz Cassiano Rando Rosolen e Fábio Barbanti Taiar.

Comitê de Máquinas-Ferramenta

Constituído em 17 de março de 2020 pelo Conselho de Administração

Objeto:

Análise operacional, comercial, financeira e estratégica da Unidade de Negócios Máquinas e Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), incluindo "novos negócios".

Comitê de Máquinas para Plásticos

Constituído em 17 de março de 2020 pelo Conselho de Administração

PÁGINA: 114 de 271

Objeto:

Análise operacional, comercial, financeira e estratégica da Unidade de Negócios Máquinas para Plásticos.

Comitê de Fundidos e Usinados

Constituído em 17 de março de 2020 pelo Conselho de Administração

Objeto:

Análise operacional, comercial, financeira e estratégica da Unidade de Negócios Fundidos e Usinados.

- (b) Em relação aos membros da diretoria, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, suas atribuições e poderes individuais são:
 - a) Luiz Cassiano Rando Rosolen (Diretor-Presidente): (i) Coordenar e supervisionar a implementação das diretrizes emanadas do Conselho de Administração, objetivando sua fiel execução; (ii) Supervisionar a atividade operacional, corporativa e societária da Companhia e as decorrentes da sua participação em empresas controladas e coligadas; (iii) Substituir provisoriamente o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos; (iv) Coordenar a atuação dos diretores e servir de elo entre a diretoria e o Conselho de Administração, ao qual deve prestar contas; (v) Supervisionar todas as atividades das subsidiárias da Companhia no exterior;
 - b) Fernando Marcos Cassoni (Vice-Presidente): (i) Substituir provisoriamente o Diretor-Presidente nas suas ausências e impedimentos; (ii) Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia; (iii) Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 01, 03, 11, 14, 15, 16 e 19 da Companhia; (iv) Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao Planejamento da Cadeia de Suprimentos; (v) Supervisionar o Departamento de Melhoria Contínua, Métodos, Processos e Qualidade da Companhia; e (vi) Supervisionar todas as atividades da Companhia relacionadas a Compras;
 - c) Fábio Barbanti Taiar (Diretor de Relações com Investidores): (i) A prestação de informações e a representação da Companhia junto aos investidores, aos acionistas, à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e às bolsas de valores onde seus valores mobiliários sejam negociados; (ii) Manter atualizadas as informações prestadas pela Companhia à CVM; (iii) Supervisionar as atividades de Finanças, Controladoria, Recursos Humanos, Jurídicas e Tecnologia da Informação da Companhia e suas subsidiárias, e (iv) Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;
 - d) **Francisco Vita Junior** (Diretor): **(i)** Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de peças fundidas e/ou usinadas,

PÁGINA: 115 de 271

no país e no exterior; (ii) Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 10, 81, 82 e 83 da Companhia; (iii) Supervisionar as atividades do Departamento de Engenharia Industrial e Manutenção, e (iv) Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;

- e) Douglas Pedro de Alcântara (Diretor): (i) Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas Romi; (ii) Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas ao desenvolvimento de novos modelos de negócio; e (iii) Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;
- f) Maurício Lanzellotti Lopes (Diretor): (i) Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas Romi, no mercado interno; (ii) Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à assistência técnica e venda de peças de reposição de máquinas Romi, no país e no exterior; e (iii) Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia.

A Diretoria possui regimento interno próprio o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2019:

https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-da-diretoria-executiva/

(c) Data de instalação do Conselho Fiscal e estrutura de funcionamento:

O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes e funcionará, nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, a partir da Assembleia que eleger os seus membros, no exercício social em que for instalado, terminando o seu mandato na primeira Assembleia Geral Ordinária efetuada após a instalação.

O Conselho Fiscal da Companhia foi eleito com 3 (três) membros titulares e suplentes em 17 de março de 2020, em caráter não permanente, com mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social de 2021.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, cujos termos de posse deverão contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Art. 51, comunicar à Companhia a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

PÁGINA: 116 de 271

O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2019:

https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/regimento-interno-conselho-fiscal/

(d) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

Conselho de Administração:

Em conformidade com o Regimento Interno do Conselho de Administração, visando assegurar a efetiva contribuição à criação de valor e ao aprimoramento da governança da empresa, é realizada a Avaliação Anual do Conselho de Administração.

A Avaliação abrange o colegiado do Conselho como um todo, é organizada e executada pelo Coordenador do Comitê de Recursos Humanos, com o suporte da Secretaria do Conselho, através de questões para resposta dos membros do Conselho no Portal de Governança (portal de acesso restrito a membros do Conselho de Administração).

A Avaliação é anônima, cujos resultados consolidados são posteriormente discutidos no âmbito do Conselho.

Comitês:

Em conformidade com o Regimento Interno dos Comitês, visando assegurar a efetiva contribuição à criação de valor e ao aprimoramento da governança da empresa, é realizada a Avaliação Anual de cada Comitê.

A Avaliação tem abrangência do colegiado do Comitê como um todo, é organizada e executada pelo Coordenador do Comitê em questão, com o suporte da Secretaria do Conselho, através de questões para resposta dos membros do Comitê no Portal de Governança.

A Avaliação é anônima, cujos resultados consolidados são posteriormente discutidos no âmbito do Comitê.

Diretoria:

Em conformidade com o Regimento Interno do Conselho de Administração, visando assegurar a efetiva contribuição à criação de valor e ao aprimoramento da governança da empresa, é realizada a Avaliação Anual da Diretoria, com periodicidade anual, sendo o Diretor Presidente avaliado pelo Conselho de Administração e os demais Diretores, avaliados pelo Diretor-Presidente e pelo Conselho de Administração.

PÁGINA: 117 de 271

a. Prazos de convocação

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, ainda, nas hipóteses previstas no Estatuto Social e no § único do artigo 123 da Lei n° 6.404/76.

A convocação será feita mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 30 dias corridos de antecedência em primeira e com 8 dias corridos em segunda convocação.

A Assembleia Geral pode também ser convocada:

- a) pelo Conselho Fiscal, nos casos previstos no número V, do artigo 163 da Lei no 6.404/76;
- b) por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação nos casos previstos em lei ou no estatuto;
- c) por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação que apresentarem, devidamente fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas;

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. Competências

A Assembleia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132, da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem e a ela competirá:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, quando for o caso;
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho Consultivo, quando for o caso;
- (f) aprovar a correção da expressão monetária do capital social (artigo 167).

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos:

(a) qualquer aumento no capital social da Companhia (exceto por capitalização de reservas, ou dentro do limite do capital autorizado, ou conforme exigido por lei), desdobramento ou grupamento de ações, resgate de ações para cancelamento

PÁGINA: 118 de 271

ou manutenção em tesouraria, emissão de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, debêntures, opções de compra ou ainda bônus ou opção de subscrição de ações;

- (b) a definição da remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão, cabendo ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual de seus membros e dos Diretores, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, se instalado;
- (c) a alteração do Estatuto Social;
- (d) atribuição de bonificações em ações;
- (e) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle;
- (f) a redução do número de membros do Conselho de Administração ou a redução das atribuições do Conselho de Administração;
- (g) a fusão, cisão, incorporação, reorganização com ou da Companhia com outra, conversão em novo tipo societário ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia;
- (h) a autorização para os administradores da Companhia requererem falência voluntária ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- (i) a liquidação ou dissolução da Companhia, assim como, estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação;
- (j) a celebração de qualquer cessão em benefício de quaisquer credores da Companhia em situação de insolvência;
- (k) qualquer alteração do objeto social da Companhia;
- (I) qualquer alteração da política de dividendos da Companhia;
- m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- (n) deliberar sobre a instalação e funcionamento do Conselho Consultivo e Fiscal, mediante proposta do Conselho de Administração.
 - c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereços eletrônicos:

- www.romi.com/investidores
- www.cvm.gov.br

PÁGINA: 119 de 271

www.b3.com.br

Endereço físico:

Distrito Industrial da Companhia, localizado na Rodovia SP-304, km 141,5, CEP 13459-057, Santa Bárbara d'Oeste
 SP.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

Respeitado os termos da lei, a identificação e administração de conflitos de interesse também são reguladas pelo Código de Ética e Conduta Empresarial, pela Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, pela Política de Negociação de Ações, Títulos e Valores Mobiliários e seus Derivativos de emissão da Companhia e pela Política de Transações com Partes Relacionadas, disponíveis na página na rede mundial de computadores da Companhia (www.romi.com/investidores).

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria constante da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este estará impedido de proferir o seu voto na assembleia geral. Ainda, é vedado aos administradores, na qualidade de acionistas ou procuradores, votarem acerca dos documentos da administração (art. 133 da Lei das Sociedades Anônimas) e do Parecer do Conselho Fiscal, se houver.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Respeitados os termos da lei, a Companhia admite o exercício do direito de voto por procuração aos administradores constituídos há menos de um ano e que a procuração contenha o voto a ser proferido. Entretanto, a Companhia não possui um sistema de solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procuração outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Poderão participar da Assembleia Geral, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações no momento da realização da Assembleia Geral estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme disposto no artigo 126, da Lei de Sociedades Anônimas.

O acionista poderá comprovar a sua posição acionária, mediante a apresentação do extrato atualizado da conta de depósito das ações, emitido pelo custodiante, em até 03 (três) dias que antecederem a Assembleia Geral, observando-se que a posição acionária poderá ser verificada pela Companhia, em sua base de acionistas, no momento da realização da Assembleia Geral.

Os acionistas que se fizerem representar por procurador, poderão apresentar a via original do instrumento de procuração, na sede da Companhia, nas 48 horas que antecederem a Assembleia Geral, caso não tenham atendido a esta recomendação, poderão participar do ato desde que se apresentem munidos desta documentação no momento da realização da Assembleia Geral.

Segue abaixo a documentação detalhada que deve ser apresentada para comprovar a qualidade de acionistas (ou representantes de acionistas) e participar da Assembleia Geral:

PÁGINA: 120 de 271

- (i) Documento hábil à comprovação de identidade do acionista ou do seu representante: a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o passaporte e carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas, desde que contenham foto de seu titular;
- (ii) Extrato atualizado de conta depósito de ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária; e
- (iii) Documentos comprobatórios de representação:

1. Pessoa Física Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

2. Pessoa Jurídica Nacional

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Ato de Eleição ou Procuração do acionista/quotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

3. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente;
- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial;
- Ato de Eleição ou Procuração do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

4. Pessoa Jurídica Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

PÁGINA: 121 de 271

Nota: A Companhia não exigirá tradução juramentada, nem tão pouco notarização e consularização das procurações outorgadas em Inglês e Espanhol.

Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral munidos dos documentos respectivos, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

Os originais ou cópias autenticadas dos documentos acima indicados deverão ser entregues na sede social da Companhia, até o início da Assembleia Geral.

Para dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, a Companhia receberá os documentos acima referidos, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização:

O Boletim de Voto poderá ser enviado diretamente à Companhia acompanhado dos documentos de identificação exigidos pela Companhia conforme abaixo:

5. Pessoa Física Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

6. Pessoa Jurídica Nacional

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Ato de Eleição ou Procuração do acionista/quotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

7. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial:
- Ato de Eleição ou Procuração do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

8. Pessoa Jurídica Estrangeira

PÁGINA: 122 de 271

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

A Companhia exige o Reconhecimento de Firma do (s) signatário (s) do Boletim de Voto a Distância, bem como notarização e consularização de documentos estrangeiros, e tradução juramentada dos documentos que estejam em idioma diverso de português, inglês ou espanhol.

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do Boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia disponibiliza junto com a publicação do Boletim de Voto a Distância o endereço eletrônico assembleia@romi.com para envio de cópias digitais dos Boletins de Votos e documentos comprobatórios dos poderes dos acionistas.

i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

Em conformidade com o artigo 21-L, I da Instrução CVM 481/2009, o acionista titular de, no mínimo, 1,5 % das ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidos pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de candidatos ao conselho de administração e fiscal da Companhia no Boletim de Voto à Distância.

Adicionalmente, em consonância com o inciso II do referido artigo, o acionista titular de, no mínimo, 3,0% das ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidas pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de propostas de deliberação no Boletim de Voto à Distância disponibilizado por ocasião de Assembleia Geral da Companhia.

Caso o acionista que cumpra os requisitos expostos nos parágrafos anteriores queira incluir propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no Boletim de Voto à Distância, deverá apresentar tais propostas por meio do endereço eletrônico assembleia@romi.com , juntamente com os documentos pertinentes à proposta nos termos do artigo 21-M da Instrução CVM 481/2009, nos prazos e demais condições estabelecidas pela regulamentação vigente.

j. Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

PÁGINA: 123 de 271

A Companhia adotará, na íntegra, o procedimento que instituiu o mecanismo de participação à distância, Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009 e demais alterações introduzidas pela Instrução CVM 561 de 07 de abril de 2015 e suas alterações, se houver.

PÁGINA: 124 de 271

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

- a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas 19 (dezenove) reuniões do Conselho de Administração. A Companhia não faz distinção entre reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias para as reuniões do Conselho de Administração.
- b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho: Não há.
- c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia possui Política para Transações com Partes Relacionadas, cuja adoção foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de abril de 2014, disponível no site da Companhia através do link https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-para-transacao-com-partes-relacionadas/

A mencionada política tem como principal objetivo estabelecer regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potencias conflitos de interesses provenientes de trais transações.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo: A Companhia possui Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Executiva, cuja aprovação ocorreu pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, disponível no site da Companhia através do link https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-indicacao/

PÁGINA: 125 de 271

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

O Estatuto Social da Companhia, em seu Art. 51, estabelece que a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser instituída e processada pela Câmara de Arbitragem do Mercado de acordo com as regras do seu Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da existência, aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento de Sanções.

PÁGINA: 126 de 271

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no e	emissor	Descrição de outro cargo / função			
Francisco Vita Junior	14/01/1971	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	5
205.351.108-71	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	17/03/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Fundidos e Usinados		Diretor de Funidos e Usinados			
Luiz Cassiano Rando Rosolen	19/04/1974	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	12
171.588.618-64	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	17/03/2020	Sim	0%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Imobiliário, Recursos Humanos, Máquinas- Ferramenta, Fundidos e Usinados e Máquinas para Plásticos.					
Douglas Pedro de Alcântara	08/09/1975	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	0
183.123.778-40	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	17/03/2020	Sim	0%
Membro dos seguintes Comitês: Máquinas-Ferramenta e Máquinas para Plástico.		Diretor de Tecnologia e Novos Negócios			
Mauricio Lanzellotti Lopes	04/05/1961	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	0
067.549.468-06	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	17/03/2020	Sim	0%
Membro dos seguintes Comitês: Máquinas para Plástico e Máquinas- Ferramenta.		Diretor de Comercialização			
Fábio Barbanti Taiar	11/08/1978	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	9
275.907.618-00	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	17/03/2020	Sim	0%
Responsável pelas áreas de Finanças, Controladoria, Recursos Humanos, Jurídico e Tecnologia da Informação. Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Imobiliário e Recursos Humanos.					
Fernando Marcos Cassoni	26/09/1972	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	5
140.542.968-23	Bacharel em Ciências da Computação	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	17/03/2020	Sim	0%

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no e	emissor	Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Acompanhamento Econômico.					
Carlos Guimarães Chiti	30/09/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	25
048.669.548-41	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	17/03/2020	Sim	100%
Não aplicável.					
Monica Romi Zanatta	04/02/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	11
274.117.138-64	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/03/2020	Sim	100%
Membro dos seguintes Comitês: Recursos Humanos, Máquinas-Ferramenta e Máquinas para Plásticos. Coordenadora do Comitê de Acompanhamento Econômico					
José Carlos Romi	20/03/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	13
056.637.218-51	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/03/2020	Sim	100%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Imobiliário e Fundidos e Usinados. Coordenador dos Comitês de Máquinas-Ferramenta e de Máquinas para Plásticos.					
Francisco José Levy	13/08/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	0
118.982.398-51	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/03/2020	Não	0%
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos.					
Paulo Romi	28/10/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	19
082.401.568-19	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/03/2020	Sim	100%

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no e	emissor	Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Acompanhamento Econômico. Coordenador dos Comitês de Fundidos e Usinados e Imobiliário.					
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	03/03/1938	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	10
011.095.968-04	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/03/2020	Sim	100%
Membro dos seguintes Comitês: Imobiliário e Auditoria e Riscos.					
Marcio Guedes Pereira Junior	25/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	3
050.958.058-04	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/03/2020	Não	100%
Membro do Comitê: Recursos Humanos e Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos.					
Américo Emilio Romi Neto	22/01/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	25
016.334.888-02	Engenheiro Mecânico	20 - Presidente do Conselho de Administração	17/03/2020	Sim	100%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Imobiliário e Máquinas para Plásticos. Coordenador do Comitê de Recursos Humanos.					
Paolo Guglielmo Bellotti	03/04/1937	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/03/2019	Até a AGO de 2020	15
416.654.578-72	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/03/2019	Sim	88.88%
Não aplicável.					
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias	11/08/1958	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	0
492.846.497-49	Contadora	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	17/03/2020	Não	0%
Não aplicável.					
Alfredo Ferreira Marques Filho	18/07/1961	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	11

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas r	no emissor	Descrição de outro cargo / função	Descrição de outro cargo / função		
028.236.498-67	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	17/03/2020	Sim	100%
Não aplicável					
Roberto de Carvalho Bandiera	04/11/1937	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	4
014.567.848-20	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	17/03/2020	Sim	100%
Não aplicável.					
JULIA HOLLAND REID FERRETTI	14/03/1964	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	2
749.549.977-04	Administradora de empresas	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	17/03/2020	Não	100%
Não aplicável.					
Clóvis Ailton Madeira	17/12/1949	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	6
253.599.328-72	Consultor Contábil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	17/03/2020	Sim	100%
Não aplicável.					
Artemio Bertholini	01/04/1947	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	5
095.365.318-87	Economista e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	17/03/2020	Sim	100%
Não aplicável.					
WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI	29/09/1968	Conselho Fiscal	19/03/2019	Até a AGO de 2020	2
147.427.468-48	Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	19/03/2019	Não	100%
Não aplicável.					

ivao apiicavei.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Francisco Vita Junior - 205.351.108-71

Formado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Mauá de Tecnologia, com especialização em Comércio Exterior pela Universidade da Califórnia Los Angeles - USLA. Sua experiência profissional inclui mais de 18 anos de experiência em cargos de gestão, com vivência internacional nas áreas comercial e de engenharia de produtos em empresas do ramo automotivo, mineiração/construção e eólico. Ingressou na Companhia em fevereiro de 2015 e é atualmente responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia e operações da unidade de fundidos e usinados.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e Pós-Graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Cassiano concluiu em 2013 o General Management Program – Executive Education da Harvard Business School. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Ingressou na Companhia em 2006, sendo Diretor-Presidente desde março de 2015.

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40

formado em engenharia mecânica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com MBA em administração de empresas pela FGV-SP e mestrado em engenharia de produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. É responsável pelas áreas de desenvolvimento da tecnologia de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) e de novos modelos de negócios.

Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06

Formado em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP e Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. É responsável pelas áreas de comercialização e venda de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) no mercado interno e a assistência técnica e venda de peças para reposição de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico).

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em Gestão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Foi contratado pela Companhia em janeiro de 2009. Desde março de 2011 atuava como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, e, desde 13 de março de 2012, atua como Diretor.

Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23

Formado em Ciências da Computação pelo Inst. Mun. de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, pós-graduado em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, MBA em Gestão Empresarial e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Ingressou em 1996 na Companhia, ocupando diversos cargos e é atualmente responsável pelas atividades industriais das unidades fabris, Supply Chain, Suprimentos, Compras, Melhoria Contínua, Métodos e Qualidade. Desde março de 2015 atua como Diretor.

Carlos Guimarães Chiti - 048.669.548-41

Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP – São Paulo. Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação e suprimentos e pela área financeira. É membro do Conselho de Administração desde 1987.

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com MBA Internacional em Gestão de Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pelo Babson College – EUA. Ingressou na Companhia em 2001, tendo atuado na área de Vendas para o Mercado Externo e de Melhoria Contínua. É membro do Conselho de Administração desde 2008.

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Exerceu também as funções de Diretor Industrial e de Tecnologia . É membro do Conselho de Administração desde 2013.

Francisco José Levy - 118.982.398-51

Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Análise de Sistemas pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Economia empresarial pela Universidade de São Paulo-USP, Mestre em Administração de Empresas pela Boston School (Bank Boston Internal Program) e cursou o Programa de Gestão pela Harvard Business School. Foi Diretor Diretor Executivo e Diretor Estatutário responsável junto a CVM e Banco Central (UBS Advm e UBS Corretora) (ii) Sócio e responsável administrativo e regulatório (CVM) da empresa UBS ADM de Valores e atualmente é sócio e responsável administração em 2020.

Paulo Romi - 082,401,568-19

Formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados. É membro do Conselho de Administração desde 2009.

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

Formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie – SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU – SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Em 2006, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia. É membro do Conselho de Administração desde 2012.

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getulio Vargas, após ter estudado na University´s Stern School of Business em Nova York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. É membro do Conselho de Administração das empresas Cia Hering, Brasil Insurance Corretora de Seguros S.A., Pomifrutas S.A.

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e desde 2003 é Presidente do Conselho de Administração.

Paolo Guglielmo Bellotti - 416.654.578-72

Sócio da empresa de consultoria S&V – Consultores Associados S/C Ltda

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias - 492.846.497-49

Contadora formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com MBA em Finanças pelo IBMEC. Foi membro do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) da Fibria e do Conselho Fiscal (CF) da MILLS. Atualmente é membro do CF da NEOENERGIA e do COAUD da Casa da Moeda do Brasil. É Coordenadora do Instituito de Governança Corporativa - IBGC no RJ e Diretora na Associação Nacional do Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade no RJ. Atuou até 2013 como Gerente de Controladoria na Vale S.A., egressa da PricewaterhouseCoopers onde exerceu atividades nas áreas de auditoria e impostos. É conselheira certificada pelo IBGC e pelo ICSS - Instituto de Certificação Institucional dos Profissionais de Seguridade Social.

Alfredo Ferreira Margues Filho - 028.236.498-67

Formado em Administração, pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas "Santana", Pós-Graduado em Finanças Corporativas pela FGV e Mestre em Ciências Contábeis pela – PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou na Roberto Dreyfuss/KPMG entre 1981 e 1989. É sócio da Horwath Tufani & Reis Soares Auditores Independentes desde 1990. Em 2015, foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal.

Roberto de Carvalho Bandiera - 014.567.848-20

Bandiera Advogados, desempenhando o papel de sócio.

JULIA HOLLAND REID FERRETTI - 749.549.977-04

Formada em Economia pela State College of New Jersey (Ramapo) e MBA pela Fordham University em Nova York. Foi Diretora de Relações com Investidores (RI) no Unibanco e atuou também no Banco Fibra até 2013. Vasta experiência em RI, Mercado de Capitais, Sustentabilidade e Governança Corporativa (GC). Muito atuante junto ao IBRI (como conselheira) e IBGC.

Clóvis Ailton Madeira - 253,599,328-72

Formado em Contabilidade e Administração de Empresas, Mestrado em Contabilidade pela FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (São Paulo) e Doutorado em Administração pela Florida Christian University (USA). É funcionário da Grant Thornton Auditores Independentes desde janeiro de 2014 e atua em auditoria desde 1973 (Arthur Andersen e Directa Auditores). Desde 2015, membro efetivo do Conselho Fiscal.

Artemio Bertholini - 095.365.318-87

Habilitação profissional como Contador, Economista, Administrador de Empresas, Auditor Independente e Professor Universitário. Sócio Diretor das empresas Directa Auditores, Directa Consultoria Fiscal e Societária LTDA, Directa Services LTDA e Directa Avaliação LTDA.

WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI - 147,427,468-48

Sócio do escritório Albertoni Sociedade de Advogados

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

Francisco Vita Junior - 205.351.108-71

N/A

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

N/A

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40

Clóvis Ailton Madeira - 253.599.328-72

N/A Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06 N/A Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00 N/A Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23 N/A Carlos Guimarães Chiti - 048.669.548-41 N/A Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64 José Carlos Romi - 056.637.218-51 Francisco José Levy - 118.982.398-51 Paulo Romi - 082.401.568-19 N/A Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04 N/A Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04 N/A Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02 Paolo Guglielmo Bellotti - 416.654.578-72 Vera Lucia de Almeida Pereira Elias - 492.846.497-49 N/A Alfredo Ferreira Marques Filho - 028.236.498-67 N/A Roberto de Carvalho Bandiera - 014.567.848-20 N/A JULIA HOLLAND REID FERRETTI - 749.549.977-04 N/A

N/A

Artemio Bertholini - 095.365.318-87

N/A

WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI - 147.427.468-48

N/A

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no en	nissor					
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/1956	17/03/2020	Até a AGO de 2021
016.334.888-02	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Presidente do Conselho de Administração	, Coordenador do Comitê de Recurso	s Humanos, membro dos Con	nitês de Acompanhamento Econôn	nico, Imobiliário e d	e Máquinas para Plás	stico.
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	22/01/1956	17/03/2020	Até a AGO de 2021
016.334.888-02	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Presidente do Conselho de Administração	, membro do Comitê de Acompanhan	nento Econômico, membro do	Comitê Imobiliário e membro do C	omitê de Máquinas	para Plástico.	
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/1956	17/03/2020	Até a AGO de 2021
016.334.888-02	Comitê de Acompanhamento Econômico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Presidente do Conselho de Administração	, Coordenador do Comitê de Recurso	s Humanos, membro do Com	itê Imobiliário e membro do Comitê	de Máquinas para	Plástico.	
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/1956	17/03/2020	Até a AGO de 2021
016.334.888-02	Comitê Imobiliário	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Presidente do Conselho de Administração	, Coordenador do Comitê de Recurso	s Humanos, membro do Com	itê de Acomapanhamento Econôm	co e membro do C	omitê de Máquinas pa	ara Plástico.
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/03/1938	17/03/2020	Até a AGO de 2021
011.095.968-04	Comitê de Auditoria e Riscos	Advogado		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administração e	membro do Comitê Imobiliário					
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/03/1938	17/03/2020	Até a AGO de 2021
011.095.968-04	Comitê Imobiliário	Advogado		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administração e	membro do Comitê de Auditoria e Ris	cos				
Antônio Carlos Bonini Santos Pinto	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/1957	17/03/2020	Até a AGO de 2021
026.230.088-50	Comitê de Auditoria e Riscos	Contador		17/03/2020	1	100%
Douglas Pedro de Alcântara	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/08/1975	17/03/2020	Até a AGO de 2021
183.123.778-40	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Membro da Diretoria e membro do Comitê	de Máquinas para Plástico					

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no el	missor					
Douglas Pedro de Alcântara	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/08/1975	17/03/2020	Até a AGO de 2021
183.123.778-40	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Membro da Diretoria e membro do Comito	ê de Máquinas-Ferramenta.					
Fábio Barbanti Taiar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1978	17/03/2020	Até a AGO de 2021
275.907.618-00	Comitê de Acompanhamento Econômico	Administrador de Empresas		17/03/2020	1	100%
Diretor Financeiro, Administrativo e de Re	elações com Investidores, membro do	Comitê Imobiliário e membro do	o Comitê de Recursos Humanos.			
Fábio Barbanti Taiar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1978	17/03/2020	Até a AGO de 2021
275.907.618-00	Comitê Imobiliário	Administrador de Empresas		17/03/2020	1	100%
Diretor Financeiro, Administrativo e de Re	elações com Investidores, membro do	Comitê de Acompanhamento E	conômico e membro do Comitê d	e Recursos Human	os.	
Fábio Barbanti Taiar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1978	17/03/2020	Até a AGO de 2021
275.907.618-00	Comitê de Recursos Humanos	Administrador de Empresas		17/03/2020	1	100%
Diretor Financeiro, Administrativo e de Re	elações com Investidores, membro do	Comitê de Acompanhamento E	conômico e membro do Comitê Ir	nobiliário.		
Fernando Marcos Cassoni	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/09/1972	17/03/2020	Até a AGO de 2021
140.542.968-23	Comitê de Acompanhamento Econômico	Bacharel em Ciências da Computação		17/03/2020	1	100%
Diretor Vice-Presidente e de operações						
Francisco José Levy	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	13/08/1968	17/03/2020	Até a AGO de 2021
118.982.398-51	Comitê de Auditoria e Riscos	Engenheiro		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administração						
Francisco Vita Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/1971	17/03/2020	Até a AGO de 2021
205.351.108-71	Comitê de Fundidos e Usinados	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Diretor de Fundidos e Usinados						
José Carlos Romi	Outros Comitês		Presidente do Comitê	20/03/1959	17/03/2020	Até a AGO de 2021
056.637.218-51	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%

Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Máquinas para Plástico, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê limbiliário e membro do Comitê de Recursos Humandos.

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no	o emissor					
José Carlos Romi	Outros Comitês		Presidente do Comitê	20/03/1959	17/03/2020	Até a AGO de 2021
056.637.218-51	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administraçã Imobiliário e membro do Comitê de Re	o, Coordenador do Comitê de Máquinas cursos Humandos.	-Ferramenta, membro do Cor	mitê de Acompanhamento Econômic	co, membro do Com	itê de Fundidos e Us	sinados, membro do Comi
José Carlos Romi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/03/1959	17/03/2020	Até a AGO de 2021
056.637.218-51	Comitê de Acompanhamento Econômico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administraçã Imobiliário e membro do Comitê de Re	o, Coordenador do Comitê de Máquinas cursos Humandos.	para Plástico, Coordenador o	do Comitê de Máquinas-Ferramenta	, membro do Comito	ê de Fundidos e Usir	nados, membro do Comité
José Carlos Romi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/03/1959	17/03/2020	Até a AGO de 2021
056.637.218-51	Comitê de Fundidos e Usinados	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
	o, Coordenador do Comitê de Máquinas	para Plástico, Coordenador o	do Comitê de Máquinas-Ferramenta	, membro do Comite	ê de Acompanhameı	nto Econômico, membro d
Comitê Imobiliário e membro do Comit	ê de Recursos Humandos.					
	ê de Recursos Humandos. Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/03/1959	17/03/2020	Até a AGO de 2021
José Carlos Romi		Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)	20/03/1959 17/03/2020	17/03/2020 1	Até a AGO de 2021 100%
José Carlos Romi 056.637.218-51 Membro do Conselho de Administraçã	Outros Comitês Comitê Imobiliário o, Coordenador do Comitê de Máquinas	9	,	17/03/2020	1	100%
José Carlos Romi 056.637.218-51 Membro do Conselho de Administraçã Comitê Fundidos e Usinados e membr	Outros Comitês Comitê Imobiliário o, Coordenador do Comitê de Máquinas	9	,	17/03/2020	1	100%
José Carlos Romi 056.637.218-51 Membro do Conselho de Administraçã Comitê Fundidos e Usinados e membr Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês Comitê Imobiliário o, Coordenador do Comitê de Máquinas o do Comitê de Recursos Humandos.	9	do Comitê de Máquinas-Ferramenta Membro do Comitê (Efetivo)	17/03/2020 , membro do Comité	1 ê de Acompanhamei	100% nto Econômico, membro d
José Carlos Romi 056.637.218-51 Membro do Conselho de Administraçã Comitê Fundidos e Usinados e membr Luiz Cassiano Rando Rosolen 171.588.618-64 Diretor-Presidente, membro do Comitê	Outros Comitês Comitê Imobiliário o, Coordenador do Comitê de Máquinas o do Comitê de Recursos Humandos. Outros Comitês	para Plástico, Coordenador o	do Comitê de Máquinas-Ferramenta Membro do Comitê (Efetivo) as	17/03/2020 , membro do Comite 19/04/1974 17/03/2020	1 ê de Acompanhamer 17/03/2020 1	100% nto Econômico, membro o Até a AGO de 2021 100%
José Carlos Romi 056.637.218-51 Membro do Conselho de Administraçã Comitê Fundidos e Usinados e membr Luiz Cassiano Rando Rosolen 171.588.618-64 Diretor-Presidente, membro do Comitê Comitê de Máquinas para Plástico.	Outros Comitês Comitê Imobiliário o, Coordenador do Comitê de Máquinas o do Comitê de Recursos Humandos. Outros Comitês Comitê de Recursos Humanos	para Plástico, Coordenador o	do Comitê de Máquinas-Ferramenta Membro do Comitê (Efetivo) as	17/03/2020 , membro do Comite 19/04/1974 17/03/2020	1 ê de Acompanhamer 17/03/2020 1	100% nto Econômico, membro o Até a AGO de 2021 100%
Comitê Fundidos e Usinados e membr Luiz Cassiano Rando Rosolen 171.588.618-64	Outros Comitês Comitê Imobiliário o, Coordenador do Comitê de Máquinas o do Comitê de Recursos Humandos. Outros Comitês Comitê de Recursos Humanos e de Acompanhamento Econômico, mem	para Plástico, Coordenador o	do Comitê de Máquinas-Ferramenta. Membro do Comitê (Efetivo) as e Usinados, membro do Comitê Imob Membro do Comitê (Efetivo)	17/03/2020 , membro do Comité 19/04/1974 17/03/2020 oiliário, membro do 0	1 ê de Acompanhamei 17/03/2020 1 Comitê de Máquinas	100% nto Econômico, membro d Até a AGO de 2021 100% -Ferramenta e membro d
José Carlos Romi 056.637.218-51 Membro do Conselho de Administraçã Comitê Fundidos e Usinados e membr Luiz Cassiano Rando Rosolen 171.588.618-64 Diretor-Presidente, membro do Comitê Comitê de Máquinas para Plástico. Luiz Cassiano Rando Rosolen 171.588.618-64 Diretor-Presidente, membro do Comitê	Outros Comitês Comitê Imobiliário o, Coordenador do Comitê de Máquinas o do Comitê de Recursos Humandos. Outros Comitês Comitê de Recursos Humanos e de Acompanhamento Econômico, mem	para Plástico, Coordenador o Administrador de Empresa bro do Comitê de Fundidos e Administrador de Empresa	do Comitê de Máquinas-Ferramenta. Membro do Comitê (Efetivo) as Usinados, membro do Comitê Imob Membro do Comitê (Efetivo) as	17/03/2020 , membro do Comité 19/04/1974 17/03/2020 oiliário, membro do 6 19/04/1974 17/03/2020	1 ê de Acompanhamer 17/03/2020 1 Comitê de Máquinas 17/03/2020 1	100% nto Econômico, membro de Até a AGO de 2021 100% -Ferramenta e membro de Até a AGO de 2021 100%
José Carlos Romi 056.637.218-51 Membro do Conselho de Administraçã Comitê Fundidos e Usinados e membr Luiz Cassiano Rando Rosolen 171.588.618-64 Diretor-Presidente, membro do Comitê Comitê de Máquinas para Plástico. Luiz Cassiano Rando Rosolen 171.588.618-64	Outros Comitês Comitê Imobiliário o, Coordenador do Comitê de Máquinas o do Comitê de Recursos Humandos. Outros Comitês Comitê de Recursos Humanos e de Acompanhamento Econômico, mem Outros Comitês Comitê de Máquinas para Plástico	para Plástico, Coordenador o Administrador de Empresa bro do Comitê de Fundidos e Administrador de Empresa	do Comitê de Máquinas-Ferramenta. Membro do Comitê (Efetivo) as Usinados, membro do Comitê Imob Membro do Comitê (Efetivo) as	17/03/2020 , membro do Comité 19/04/1974 17/03/2020 oiliário, membro do 6 19/04/1974 17/03/2020	1 ê de Acompanhamer 17/03/2020 1 Comitê de Máquinas 17/03/2020 1	100% nto Econômico, membro de Até a AGO de 2021 100% -Ferramenta e membro de Até a AGO de 2021 100%

PÁGINA: 137 de 271

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no	emissor					
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	17/03/2020	Até a AGO de 2021
171.588.618-64	Comitê de Fundidos e Usinados	Administrador de Empresas		17/03/2020	1	100%
Diretor-Presidente, membro do Comitê Comitê de Máquinas para Plástico.	de Acompanhamento Econômico, memb	ro do Comitê Imobiliário, meml	oro do Comitê de Máquinas-Ferra	menta, membro do	Comitê de Recursos	Humanos e membro do
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	17/03/2020	Até a AGO de 2021
171.588.618-64	Comitê Imobiliário	Administrador de Empresas		17/03/2020	1	100%
Diretor-Presidente, membro do Comitê membro do Comitê de Máquinas para l	de Acompanhamento Econômico, memb Plástico.	ro do Comitê de Fundidos e Us	sinados, membro do Comitê de M	áquinas-Ferrament	a, membro do Comité	è de Recursos Humanos e
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	17/03/2020	Até a AGO de 2021
171.588.618-64	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Administrador de Empresas		17/03/2020	1	100%
Diretor-Presidente, membro do Comitê Comitê de Máquinas para Plástico.	de Acompanhamento Econômico, memb	ro do Comitê de Fundidos e Us	sinados, membro do Comitê Imob	iliário, membro do (Comitê de Recursos I	Humanos e membro do
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	25/10/1961	17/03/2020	Até a AGO de 2021
050.958.058-04	Comitê de Auditoria e Riscos	Administrador de Empresas		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administração	o e membro do Comitê de Recursos Hum	anos				
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1961	17/03/2020	Até a AGO de 2021
050.958.058-04	Comitê de Recursos Humanos	Administrador de Empresas		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administração	e Coordenador do Comitê de Auditoria	Pieces				
		E KISCUS				
Mauricio Lanzellotti Lopes	Outros Comitês	E KISCOS	Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/1961	17/03/2020	Até a AGO de 2021
·		Engenheiro Mecânico	Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/1961 17/03/2020	17/03/2020 1	Até a AGO de 2021 100%
067.549.468-06	Outros Comitês Comitê de Máquinas-Ferramenta		Membro do Comitê (Efetivo)			
067.549.468-06 Diretor de Comercialização e membro o	Outros Comitês Comitê de Máquinas-Ferramenta		Membro do Comitê (Efetivo) Membro do Comitê (Efetivo)			
067.549.468-06 Diretor de Comercialização e membro o Mauricio Lanzellotti Lopes	Outros Comitês Comitê de Máquinas-Ferramenta do Comitê de Máquinas para Plástico			17/03/2020	1	100%
Mauricio Lanzellotti Lopes 067.549.468-06 Diretor de Comercialização e membro of Mauricio Lanzellotti Lopes 067.549.468-06 Diretor de Comercialização e membro of	Outros Comitês Comitê de Máquinas-Ferramenta do Comitê de Máquinas para Plástico Outros Comitês Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020 04/05/1961	17/03/2020	100% Até a AGO de 2021
067.549.468-06 Diretor de Comercialização e membro o Mauricio Lanzellotti Lopes 067.549.468-06	Outros Comitês Comitê de Máquinas-Ferramenta do Comitê de Máquinas para Plástico Outros Comitês Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020 04/05/1961	17/03/2020	100% Até a AGO de 2021

Membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no	o emissor					
Monica Romi Zanatta	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/02/1981	17/03/2020	Até a AGO de 2021
274.117.138-64	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Administradora de Empresas		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administraçã	io, Coordenadora do Comitê de Acompanl	hamento Econômico, memb	ro do Comitê de Recursos Humanos	s e membro do Com	nitê de Máquinas par	a Plástico.
Monica Romi Zanatta	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/02/1981	17/03/2020	Até a AGO de 2021
274.117.138-64	Comitê de Recursos Humanos	Administradora de Empresas		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administraçã	io, Coordenadora do Comitê de Acompant	hamento Econômico, memb	ro do Comitê de Máquinas-Ferrame	nta e membro do C	omitê de Máquinas p	oara Plástico.
Monica Romi Zanatta	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/02/1981	17/03/2020	Até a AGO de 2021
274.117.138-64	Comitê de Máquinas para Plástico	Administradora de Empresas		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administraçã	io, Coordenadora do Comitê de Acompant	namento Econômico, memb	ro do Comitê de Máquinas-Ferrame	nta e membro do C	omitê de Recursos H	łumanos.
Olaf Furtmeier	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/06/1972	17/03/2020	Até a AGO de 2021
000.000.000-00	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Paulo Romi	Outros Comitês		Presidente do Comitê	28/10/1963	17/03/2020	Até a AGO de 2021
082.401.568-19	Comitê de Fundidos e Usinados	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administraçã	io, Coordenador do Comitê Imobiliário e m	nembro do Comitê de Acomp	panhamento Econômico			
Paulo Romi	Outros Comitês		Presidente do Comitê	28/10/1963	17/03/2020	Até a AGO de 2021
082.401.568-19	Comitê Imobiliário	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administraçã	io, Coordenador do Comitê de Fundidos e	Usinados e membro do Co	mitê de Acompanhamento Econômio	00		
Paulo Romi	Outros Comitês	'	Membro do Comitê (Efetivo)	28/10/1963	17/03/2020	Até a AGO de 2021
082.401.568-19	Comitê de Acompanhamento Econômico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
Membro do Conselho de Administraçã	io, Coordenador do Comitê de Fundidos e	Usinados e Coordenador d	o Comitê de Imobiliário.			
William dos Reis	Outros Comitês	1	Membro do Comitê (Efetivo)	09/07/1955	17/03/2020	Até a AGO de 2021
017.456.838-01	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100%
N/A						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas –SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e desde 2003 é Presidente do Conselho de Administração.

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

Formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie – SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU – SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Em 2006, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia. É membro do Conselho de Administração desde 2012.

Antônio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50

Bacharel em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP, Bacharel em Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP. Foi Auditor da empresa BDO Directa Auditores S/C e atualmente é Conselheiro Fiscal em Companhias Abertas e empresas de capital fechado ou limitadas e entidades sociais, dentre elas: Cambuci S/A, Aeroportos Brasil Viracopos S/A, Guerra S/A Implementos Rodoviários, TEKA – Tecelagem Kuering S/A, Schlosser S/A, APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte eConselheiro de Administração na UTC Participações S/A. Atua no Comitê de Auditoria e Riscos na qualidade de especialista contábil nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40

formado em engenharia mecânica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com MBA em administração de empresas pela FGV-SP e mestrado em engenharia de produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. É responsável pelas áreas de desenvolvimento da tecnologia de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) e de novos modelos de negócios.

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em Gestão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Foi contratado pela Companhia em janeiro de 2009. Desde março de 2011 atuava como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, e, desde 13 de março de 2012, atua como Diretor.

Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23

Formado em Ciências da Computação pelo Inst. Mun. de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, pós-graduado em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, MBA em

Gestão Empresarial e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Francisco José Levy - 118.982.398-51

Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Análise de Sistemas pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Economia empresarial pela Universidade de São Paulo-USP, Mestre em Administração de Empresas pela Boston School (Bank Boston Internal Program) e cursou o Programa de Gestão pela Harvard Business School. Foi Diretor Diretor Executivo e Diretor Estatutário responsável junto a CVM e Banco Central (UBS Advm e UBS Corretora) (ii) Sócio e responsável administrativo e regulatório (CVM) da empresa UBS ADM de Valores e atualmente é sócio e responsável administração em 2020.

Francisco Vita Junior - 205.351.108-71

Formado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Mauá de Tecnologia, com especialização em Comércio Exterior pela Universidade da Califórnia Los Angeles - USLA. Sua experiência profissional inclui mais de 18 anos de experiência em cargos de gestão, com vivência internacional nas áreas comercial e de engenharia de produtos em empresas do ramo automotivo, mineiração/construção e eólico. Ingressou na Companhia em fevereiro de 2015 e é atualmente responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia e operações da unidade de fundidos e usinados.

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Exerceu também as funções de Diretor Industrial e de Tecnologia . É membro do Conselho de Administração desde 2013.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e Pós-Graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Cassiano concluiu em 2013 o General Management Program – Executive Education da Harvard Business School. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Ingressou na Companhia em 2006, sendo Diretor-Presidente desde março de 2015.

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getulio Vargas, após ter estudado na University´s Stern School of Business em Nova York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. É membro do Conselho de Administração das empresas Cia Hering, Brasil Insurance Corretora de Seguros S.A., Pomifrutas S.A.

Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06

Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06

Formado em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP e Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. É responsável pelas áreas de comercialização e venda de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) no mercado interno e a assistência técnica e venda de peças para reposição de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico).

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com MBA Internacional em Gestão de Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pelo Babson College – EUA. Ingressou na Companhia em 2001, tendo atuado na área de Vendas para o Mercado Externo e de Melhoria Contínua. É membro do Conselho de Administração desde 2008.

Olaf Furtmeier - 000.000.000-00

É CEO da empresa alemã BURKHARDT+WEBER.

Paulo Romi - 082.401.568-19

Paulo Romi - 082.401.568-19

Paulo Romi - 082.401.568-19

Formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados. É membro do Conselho de Administração desde 2009.

William dos Reis - 017.456.838-01

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez, Diretor da Companhia, em 2007, permaneceu como Diretor até 2020. Foi responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia de produtos e operações da unidade de máquinas para processamento de plásticos. Atualmente é membro do Comitê de Máquinas para Plástico.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02	
N/A	
Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02	
Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02	
Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02	
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04	
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04	
Antônio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50	
Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40	
Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40	
Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00	
Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00	
Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00	
Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23	
Francisco José Levy - 118.982.398-51	
Francisco Vita Junior - 205.351.108-71	
José Carlos Romi - 056.637.218-51	

William dos Reis - 017.456.838-01

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64
Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64
Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04
Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04
Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06
Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06
Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64
Olaf Furtmeier - 000.000.000-00
Paulo Romi - 082.401.568-19
Paulo Romi - 082.401.568-19
Paulo Romi - 082.401.568-19

PÁGINA: 143 de 271

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Suzana Guimarães Chiti	265.639.118-03	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Eugênio Guimarães Chiti	057.324.018-30	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Suzana Guimarães Chiti	265.639.118-03	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Juliana Guimarães Chiti	016.341.138-70	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				
Suzana Guimarães Chiti	265.639.118-03	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração				

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Eugênio Guimarães Chiti	057.324.018-30	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Monica Romi Zanatta	274.117.138-64	Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				
Ana Regina Romi Zanatta	030.178.208-31	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
José Carlos Romi	056.637.218-51	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Maria Pia Romi Campos	057.324.458-89	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
José Carlos Romi	056.637.218-51	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administralçai				
Pessoa relacionada				
André Luis Romi	089.555.168-35	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				

Cargo Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarãos Chiti 048.669.548-41 Indústrias Romi S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Membro do Conselho de Administração. Passas relacionada Carlos Guimarãos Chiti 048.669.548-41 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Vice-Presidente do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarãos Chiti 016.341.138-70 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Eugênio Guimarãos Chiti 057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Presidente do Conselho de Administração. Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração. Sessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.	Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarãos Chiti 016.341.138-70 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Carlos Guimarãos Chiti 048.669.548-41 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Vice-Presidente do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarãos Chiti 016.341.138-70 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Lugênio Guimarãos Chiti 057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.	Cargo				
Juliana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou centrolada Juliana Guimarães Chiti 057.324.018-30 Descoa relacionada Eugênio Guimarães Chiti 068.334.888-02 Descoa relacionada Américo Emilio Romi Neto Presidente do Administração. Observação Administrador do emissor ou centrolada Juliana Guimarães Chiti 077.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. Discorpação Fenix Empreendimentos S.A. S1.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)					
Juliana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti 057.324.018-30 Penix Empreendimentos S.A. Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti 057.324.018-30 Penix Empreendimentos S.A. Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti 057.324.018-30 Penix Empreendimentos S.A. Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti 057.324.018-30 Penix Empreendimentos S.A. Administrador do emissor ou controlada Fuçênio Guimarães Chiti 057.324.018-30 Penix Empreendimentos S.A. Administrador do emissor ou controlada Penix Empreendimentos S.A. Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos Penix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Penix Empreendimentos S.A. 56.720.428/0001-63 Penix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12					
Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada 048.669.548-41 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Carlos Guimarães Chiti 048.669.548-41 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Observação Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Juliana Guimarães Chiti 057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Pessoa relacionada 1057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração. 1057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Administrador do emissor ou controlada 1057.324.018-30 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Administrador do emissor ou controlada 1057.324.458-89 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Pessoa relacionada 1057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12		0.40.0.44.400.770	- · - · · · · · · · · · · · · · · · · ·	= 4 0 4 0 0 = 0 / 0 0 0 4 4 0	
Pessoa relacionada Carlos Guimarães Chiti 048.669.548-41 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Vice-Presidente do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti 057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Imão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Pessoa relacionada Eugênio Guimarães Chiti 057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Imão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Pessoa relacionada Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 56.720.428/0001-63 Imão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.		016.341.138-70	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	? Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Eugênio Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Eugênio Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos Membro do Conselho de Administração. O57.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 56.720.428/0001-63 51.319.358/0001-12 55.720.428/0001-63 55.7	·				
Vice-Presidente do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Julian Guirnarães Chiti O16.341.138-70 Pessoa relacionada Eugênio Guimarães Chiti O57.324.018-30 Penix Empreendimentos S.A. Administrador do emissor ou controlada Administração. O58-24.018-30 Penix Empreendimentos S.A. Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) 51.319.358/0001-12 Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos O57.324.458-89 Penix Empreendimentos S.A. Fenix Empreendimentos S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 55.319.358/0001-12					
Observação Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti 016.341.138-70 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Membro do Conselho de Administração. Pessaa relacionada Eugênio Guimarães Chiti 057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.		048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	3
Administrador do emissor ou controlada Juliana Guimarães Chiti 016.341.138-70 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Eugênio Guimarães Chiti 057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.	Vice-Presidente do Conselho de Administração.				
Juliana Guimarães Chití Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Eugênio Guimarães Chití Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Eugênio Guimarães Chití Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos Membro do Conselho de Administração. O57.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)	<u>Observação</u>				
Membro do Conselho de Administração. Pessoa relacionada Eugênio Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos Membro do Conselho de Administração. 51.319.358/0001-12 51.319.358/0001-12 51.319.358/0001-12 51.319.358/0001-12 51.319.358/0001-12 51.319.358/0001-12	Administrador do emissor ou controlada				
Pessoa relacionadaEugênio Guimarães Chiti057.324.018-30Fenix Empreendimentos S.A.51.319.358/0001-12Membro do Conselho de Administração.ObservaçãoFenix Empreendimentos S.A.51.319.358/0001-12Administrador do emissor ou controladaAmérico Emilio Romi Neto016.334.888-02Indústrias Romi S.A.56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)Presidente do Conselho de AdministraçãoPresidente do Conselho de AdministraçãoFenix Empreendimentos S.A.51.319.358/0001-12Maria Pia Romi Campos057.324.458-89Fenix Empreendimentos S.A.51.319.358/0001-12Membro do Conselho de Administração.	Juliana Guimarães Chiti	016.341.138-70	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	lrmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Eugênio Guimarães Chiti 057.324.018-30 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.	Membro do Conselho de Administração.				
Membro do Conselho de Administração. Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.	Pessoa relacionada				
Observação Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos Membro do Conselho de Administração. Fenix Empreendimentos S.A. S6.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) 51.319.358/0001-12	Eugênio Guimarães Chiti	057.324.018-30	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	1
Administrador do emissor ou controlada Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.	Membro do Conselho de Administração.				
Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos Membro do Conselho de Administração. O16.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 51.319.358/0001-12	<u>Observação</u>				
Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.	Administrador do emissor ou controlada				
Presidente do Conselho de Administração Pessoa relacionada Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.	Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionadaMaria Pia Romi Campos057.324.458-89Fenix Empreendimentos S.A.51.319.358/0001-12Membro do Conselho de Administração.	Presidente do Conselho de Administração				, ,
Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12 Membro do Conselho de Administração.					
Membro do Conselho de Administração.		057.324.458-89	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	1
	•		·		
	Administrador do emissor ou controlada				

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				
André Luis Romi	089.555.168-35	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Maria Pia Romi Campos	057.324.458-89	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				
André Luis Romi	089.555.168-35	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Patrícia Romi Cervone	067.630.358-70	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora-Presidente da Diretoria.				
Pessoa relacionada				
Paulo Romi	082.401.568-19	Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.		
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Patrícia Romi Cervone	067.630.358-70	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora-Presidente da Diretoria.				
Pessoa relacionada				

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Romeu Romi	014.770.568-15	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Diretor-Presidente do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Patrícia Romi Cervone	067.630.358-70	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora-Presidente da Diretoria.				
Pessoa relacionada				
Adriana Romi	067.631.108-39	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Romi	082.401.568-19	Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				
Adriana Romi	067.631.108-39	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
José Carlos Romi	056.637.218-51	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Romeu Romi	014.770.568-15	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				
Adriana Romi	067.631.108-39	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração.				
<u>Observação</u>				

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
Administrador do Emissor			
Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Vice Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Vice Presidente da Diretoria			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Administrator to Emissor			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
José Carlos Romi	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro da Diretoria			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Paulo Romi	082.401.568-19	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Luiz Cassiano Rando Rosolen	171.588.618-64	Controle	Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor-Presidente da Diretoria			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
William dos Reis	017.456.838-01	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente da Diretoria			
Pessoa Relacionada			

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor Vice Presidente da Diretoria			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Fábio Barbanti Taiar	275.907.618-00	Controle	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor			
<u>Observação</u>			
Exercício Social 31/12/2018 Administrador do Emissor Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Presidente do Conselho de Administração Observação	016.334.888-02 84.696.814/0001-00	Controle	Controlada Direta

Cargo/Função Vice Presidente do Conselho de Administração Observação Administrador do Emissor Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada	048.669.548-41 51.319.358/0001-12		Tipo de pessoa relacionada Controlador Direto
Vice Presidente do Conselho de Administração Observação Administrador do Emissor Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Vice-Presidente da Diretoria		Subordinação	Controlador Direto
Administrador do Emissor Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Vice-Presidente da Diretoria		Subordinação	Controlador Direto
Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Vice-Presidente da Diretoria		Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Vice-Presidente da Diretoria		Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Vice-Presidente da Diretoria	51.319.358/0001-12		
Fenix Empreendimentos S.A. Vice-Presidente da Diretoria	51.319.358/0001-12		
Vice-Presidente da Diretoria	51.319.358/0001-12		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
José Carlos Romi	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro da Diretoria			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Paulo Romi	082.401.568-19	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	·		
Administrador do Emissor			
Luiz Cassiano Rando Rosolen	171.588.618-64	Controle	Controlada Direta
Diretor-Presidente da Diretoria.			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor-Presidente da Diretoria.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
William dos Reis	017.456.838-01	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente da Diretoria.			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor Vice-Presidente da Diretoria.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Fábio Barbanti Taiar	275.907.618-00	Controle	Controlada Direta
Diretor.			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Eugênio Guimarães Chiti	057.324.018-30	Controle	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	·		
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Membro do Conselho de Administração.			
<u>Observação</u>			
Exercício Social 31/12/2017			
Administrador do Emissor			
Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração.			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Presidente do Conselho de Administração.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração.			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Vice-Presidente do Conselho de Administração.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração.			
Pessoa Relacionada			

	pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
51.319.358/0001-12		
056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
51.319.358/0001-12		
082.401.568-19	Controle	Controlada Direta
84.696.814/0001-00		
171.588.618-64	Controle	Controlada Direta
84.696.814/0001-00		
	056.637.218-51 51.319.358/0001-12 082.401.568-19 84.696.814/0001-00 171.588.618-64	056.637.218-51 Subordinação 51.319.358/0001-12 082.401.568-19 Controle 84.696.814/0001-00 171.588.618-64 Controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função		'	
Administrador do Emissor			
William dos Reis	017.456.838-01	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente da Diretoria.			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor Vice-Presidente da Diretoria.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Fábio Barbanti Taiar	275.907.618-00	Controle	Controlada Direta
Diretor.			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Diretor.			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor	057 224 040 20	Control	Controlada Indireta
Eugênio Guimarães Chiti Mambro de Canacilho de Administração	057.324.018-30	Controle	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração.			
Pessoa Relacionada Peminer Comércio Empreendimentos a Portiginaçãos C.A.	94 606 944/0004 00		
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Mombro do Consolho do Administração	84.696.814/0001-00		
Membro do Conselho de Administração.			
<u>Observação</u>			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Companhia mantém para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, Vigência 15/02/2020 a 15/02/2021, Seguradora Chubb Seguros Brasil S.A., cobrindo indenizações e custos de defesa, com limite máximo de cobertura no valor R\$ 25.000.000,00.

PÁGINA: 158 de 271

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 159 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O objetivo da prática de remuneração é a retenção dos melhores profissionais para buscar alinhamento com os interesses da Companhia, por meio da maximização dos índices de rentabilidade aliada aos níveis requeridos de governança corporativa.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários (fixos e aprovados anualmente), participação nos resultados, previdência privada (contribuição definida), assistência médica (parte paga pela Companhia) e participação em Reuniões do Conselho de Administração - RCA e de Comitês (estas aplicáveis somente ao Conselho de Administração).

Quanto aos objetivos, destaca-se:

Elemento da Remuneração	Objetivos
Honorários, previdência privada, assistência médica e participação em Reuniões do Conselho de Administração - RCA e de Comitês (estas aplicáveis somente ao Conselho de Administração)	Retenção e retribuição pelos serviços prestados levando-se em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado
Participação nos resultados (exceto Conselho Fiscal)	Remuneração adicional que visa ao reconhecimento pelos resultados atingidos

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2019	2018	2017
Honorários e encargos	65,5%	69,7%	86,4%
Participação nos resultados	24,4%	19,3%	0,0%
Participação em RCA e comitês	4,5%	5,3%	7,4%
Previdência privada	2,9%	2,9%	3,3%
Assistência médica	2,8%	2,8%	2,9%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários são discutidos e aprovados anualmente, em conformidade com as regras da Assembleia Geral Ordinária.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração oferecida aos administradores pela Companhia é baseada nas melhores práticas de mercado e possui harmonização com os seus objetivos.

v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão desse fato

PÁGINA: 160 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Não aplicável à Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a participação nos resultados, que é influenciada pelo lucro líquido auferido em cada exercício social.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado no item anterior, há um elemento (participação nos resultados) que reflete a evolução dos indicadores de desempenho (lucro líquido).

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazos

A política da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado e está alinhada com os interesses dos acionistas e investidores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Duas controladas da Companhia remuneraram nos últimos três exercícios a sua Diretoria Estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

(a) Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. - os valores a seguir incluem os encargos sociais (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS):

2017 R\$94

2018 R\$93

2019 R\$93

(b) Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. - os valores a seguir, por serem baixos, não incluem encargos sociais:

2017 R\$3

2018 R\$2

2019 R\$2

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da Administração nos exercícios apresentados.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável à Companhia.

PÁGINA: 161 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,83	3,00	16,8
Nº de membros remunerados	8,00	5,83	3,00	16,8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.572.180,00	4.385.247,00	300.000,00	6.257.427,00
Benefícios direto e indireto	204.619,49	352.953,60	0,00	557.573,09
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	280.086,00	546.165,00	13.080,00	839.331,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 280.086,00 - Encargos Sociais	Outros - R\$ 546.165,00 Encargos Sociais	Outros - R\$ 13.080,00 Encargos Sociais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	485.000,00	0,00	0,00	485.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.541.885,49	5.284.365,60	313.080,00	8.139.331,0

PÁGINA: 162 de 271

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.141.440,00	3.182.960,00	221.400,00	4.545.800,00
Benefícios direto e indireto	188.866,49	319.057,48	0,00	507.923,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	438.847,59	891.228,76	18.489,54	1.348.565,89
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 438.847,59 - Encargos sociais	Outros R\$ 891.228,76 - Encargos Sociais	Outros R\$ 18.489,54 - Encargos Sociais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	548.840,00	1.646.518,00	0,00	2.195.358,00
Participação em reuniões	401.600,00	0,00	0,00	401.600,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.719.594,08	6.039.764,24	239.889,54	8.999.247,86

PÁGINA: 163 de 271

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.083.200,00	3.037.800,00	210.600,00	4.331.600,00
Benefícios direto e indireto	164.871,31	292.850,96	0,00	457.722,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	416.456,13	850.583,99	8.815,20	1.275.855,32
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 416.456,13 - Encargos Sociais	Outros - R\$ 850.583,99	Outros - R\$ 8.815,20 Encargos Sociais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	232.650,00	1.318.350,00	0,00	1.551.000,00
Participação em reuniões	423.900,00	0,00	0,00	423.900,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.321.077,44	5.499.584,95	219.415,20	8.040.077,59

PÁGINA: 164 de 271

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00	
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00	
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	1.056.011,00	2.923.097,00	201.605,00	4.180.713,00	
Benefícios direto e indireto	132.019,00	259.266,00	0,00	391.285,00	
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	406.003,00	818.467,00	6.256,00	1.230.726,00	
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 406.003,00 - Encargos Sociais	Outros R\$ 818.467,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 6.256 - Encargos sociais		
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participação em reuniões	461.100,00	0,00	0,00	461.100,00	
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Descrição de outras remunerações variáveis					
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Observação					
Total da remuneração	2.055.133,00	4.000.830,00	207.861,00	6.263.824,00	

PÁGINA: 165 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Remuneração Variável dos Administradores e do Conselho Fiscal	2019	2018	2017
Conselho de Administração	548.840	233	-
Diretoria	1.646.518	1.318.350	-
Conselho Fiscal	-	-	_
Total	2.195.358	1.551.000	-

PÁGINA: 166 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável para os exercícios apresentados.

PÁGINA: 167 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Não aplicável à Companhia.

PÁGINA: 168 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 169 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos exercícios apresentados.

PÁGINA: 170 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos exercícios apresentados.

PÁGINA: 171 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

	Quantidade de	Quantidade de
<u>Órgão</u>	Ações do	Ações em
	Emissor (*)	<u>Controladas (**)</u>
Conselho de Administração	8.982.236	616.780
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	253.500	23.238

^(*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

Posição atualizada para 29 de maio de 2020

PÁGINA: 172 de 271

^(**) Refere-se a quantidade de ações da controlada Rominor Comércio, detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

							2019
а	Órgao	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária	Total	
b	Número de membros (*)		8,00		5,00		13,00
С	Número de membros remunerados (*)		8,00		5,00		
d	Nome do plano	Romiprev	,	Romipr	ev		
е	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0		1			1
f	Condições para se aposentar antecipadamente	O plano não prevê aposentadoria antecipada.		O plano não prevê aposentadoria antecipada.			
g	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$	1.642.148,69	R\$	4.368.934,09	R\$	6.011.082,78
h	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuções feitas diretamente pelos administradores	R\$	49.654,08	R\$	209.377,82	R\$	259.031,90
i	Possibilidade de resgate	•		•	•		

O participante poderá solicitar o resgate antecipado sob as seguintes circunstâncias:

(iv) O saldo das contribuições da Companhia a ser disponibilizado ao participante em razão do disposto nos itens (i) e (ii), corresponderá ao valor das despesas médico-hospitalares e/ou com a aquisição de medicamentos para fins de tratamento devidamente comprovadas.

PÁGINA: 173 de 271

No caso de falecimento do participante, o resgate poderá ser feito imediatamente pelo beneficiário indicado no plano;

ii) No caso do participante que for acometido por doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloque em risco sua vida, assim caracterizado e diagnosticado por médico legalmente habilitado, identificado por seu registro profissional e emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, fará jus, adicionalmente aos saldos das contas constituídas pelas contribuições realizadas à suas expensas, ao resgate de parte ou da totalidade dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia;

iii) No caso do participante cujo beneficiário ou pessoas que mantém com o participante vínculo de dependência seja acometido de doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloquem em risco a sua vida, também farão jus ao resgate total ou parcial dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia.

^(*) O número de membros e o número de membros remunerado foi calculado na forma do disposto do Ofício Circular CVM/SEP № 01/2014 que corresponde á média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	8,00	8,00	8.00	3,00	3,00	3,00	
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	8,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00	
Valor da maior remuneração	1.663.428,94	1.455.427,86	997.418,04	373.531,83	330.262,88	295.221,79	79.963,18	73.138,40	69.286,96	
Valor da menor remuneração	1.044.815,58	867.526,12	643.640,71	304.060,95	251.237,40	51.844,34	79.963,18	73.138,40	69.286,96	
Valor médio da remuneração	1.207.952,85	1.099.916,99	800.165,98	339.949,26	290.134,68	256.891,54	79.963,18	73.138,40	69.286,96	

Observação



13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não aplicável.

PÁGINA: 175 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Ano	Órgão	%
		1
2017	Conselho de Administração	55,4%
2017	Diretoria estatutária	0,0%
2018	Conselho de Administração	55,4%
2018	Diretoria estatutária	0,0%
2019	Conselho de Administração	56,0%
2019	Diretoria estatutária	0,0%

PÁGINA: 176 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Não aplicável.

PÁGINA: 177 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Duas controladas da Companhia remuneraram nos últimos três exercícios a sua Diretoria Estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

(a) Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. - os valores a seguir incluem os encargos sociais (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS):

2017 R\$72,0 2018 R\$72,0 2019 R\$72,0

(b) Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. - os valores a seguir, por serem baixos, não incluem encargos sociais:

2017 R\$1,8 2018 R\$1,8 2019 R\$1,8

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da Administração nos exercícios apresentados.

PÁGINA: 178 de 271

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações relevantes estão divulgadas ao longo deste relatório.

PÁGINA: 179 de 271

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

	Quantidade de funcionários por país					
	2019	2018	2017			
Brasil	1.528	1.519	1.453			
México	2	2	1			
Itália	6	6	3			
França	12	12	15			
Inglaterra	15	15	17			
Espanha	7	7	12			
Alemanha	243	243	216			
China	7	7	5			
EUA	11	11	11			
Total	1.831	1.822	1.733			

Quantidade de funcionários por função desempenhada						
	2019	2018	2017			
Administração	253	251	237			
Comercialização	245	244	239			
Diretoria	20	20	20			
Produção	1.182	1.178	1.115			
Tecnologia	131	129	122			
Total	1.831	1.822	1.733			

Índice de rotatividade*			
	2019	2018	2017
Total do grupo	12,4%	14,5%	11,3%

Total de funcionários terceirizados				
	2019 2018 201			
Total do grupo	289	285	295	

^(*) O Turnover (indice de rotatividade) da Companhia é calculado pela divisão da média de admissões e desligamentos pelo número total de funcionários do inicío do exercício

PÁGINA: 180 de 271

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Não aplicável para os exercícios apresentados. A Companhia se mantém adequada aos patamares de demanda de mercado.

PÁGINA: 181 de 271

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável:

Tem como objetivo assegurar que todos os funcionários sejam remunerados de uma forma internamente justa e externamente competitiva, de acordo com nossas necessidades, objetivos e recursos financeiros, de forma a atrair, reter e motivar pessoal e recompensar o bom desempenho.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS (PLR):

Tem como objetivo a maximização de lucros para a empresa e, consequentemente, gerar mais recompensa aos funcionários.

A distribuição da PLR é feita em múltiplo de Salário Nominal e múltiplo do Piso Salarial e, seu cálculo é fundamentado no conceito de Margem Calculada obtida no ano. São utilizadas 3 (três) tabelas para apuração da Margem Calculada, sendo 1(uma) representando o Geral da Empresa e as outras 2 (duas) representando cada uma das Unidades de Negócio (Máquinas e Fundidos/Usinados). A quantidade de Salário Nominal e Piso Salarial a ser pago como PLR final, já acrescida dos percentuais referentes às metas de produtividade, é calculada sobre o salário nominal do mês de dezembro, apurando-se, assim, o valor da PLR a ser paga a cada funcionário. O montante da PLR a ser paga pela ROMI é limitada a 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido do Exercício, observado o valor individual máximo de 3 (três) salários nominais. Trimestralmente, após a publicação oficial das demonstrações financeiras do período, é divulgado aos funcionários os resultados até a data, para fins de acompanhamento.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL:

Tem como objetivo manter um Sistema de Remuneração Variável Anual para os cargos de confiança (Assessor, Chefe e Gerente), visando estimular e premiar pelo atingimento dos objetivos e metas (quantitativas e qualitativas), definidos pela Direção da empresa. O montante a ser pago é um valor determinado pela empresa, com base no orçamento anual. Sua distribuição é feita conforme desempenho de cada Assessor, Chefe e Gerente.

SISTEMA DE INCENTIVO DE VENDAS (SIV):

Tem como objetivo manter um Sistema de Incentivo de Vendas (SIV) para os profissionais que atuam na força de comercialização (Vendedores Técnicos, Gerentes de Filial de Vendas e Gerentes de Venda) em complementação ao salário nominal, visando estimulálos no atingimento dos objetivos da Divisão de comercialização, de forma a atrair e reter bons profissionais. O valor do SIV leva em consideração o pacote de vendas de máquinas e/ou equipamentos e tabela regressiva de percentuais sobre o valor de vendas.

b. Política de benefícios

RESTAURANTE INTERNO:

Tem por objetivo oferecer serviços de restaurante, de maneira mais econômica, higiênica e saudável possível. O valor de cada refeição cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

ASSISTÊNCIA MÉDICA:

Tem por objetivo proporcionar um adequado atendimento nos casos de tratamento de saúde dos funcionários e seus dependentes. Os planos oferecidos são: Plano A (com internação em quarto coletivo e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços), Plano B (com internação em quarto privativo, com direito a acompanhante e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços) e Seguro Saúde (oferece os mesmos serviços que o plano com internação em quarto coletivo e proporciona aos usuários a opção por clínicas, médicos, hospitais e serviços fora da rede credenciadas).

PREVIDÊNCIA PRIVADA (ROMIPREV):

Tem por objetivo proporcionar uma importante contribuição adicional à renda da previdência social e ampliar os recursos do funcionário por ocasião da aposentadoria. As coberturas oferecidas são Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge em 60% e Múltiplo de Salários.

CESTA BÁSICA:

Tem por objetivo premiar os funcionários que não se ausentam, e que dessa forma contribuem fortemente para o aumento da produtividade e eficiência. Elevar o bem-estar dos funcionários e seus familiares, concedendo itens de alimentação importantes para a

PÁGINA: 182 de 271

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

saúde e qualidade de vida. Proporcionar economia nos gastos mensais dos funcionários e familiares. Todo funcionário pode optar pela Cesta Básica, assinando o termo de adesão (ou não adesão). O valor de cada cesta básica cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

MATERIAL ESCOLAR:

Tem por objetivo incentivar o estudo e desenvolvimento dos filhos de funcionários da empresa, e proporcionar economia nos gastos anuais dos materiais escolares utilizados. E oferecido aos funcionários que possuem filhos na faixa etária de 6 a 14 anos.

TRANSPORTE DE PESSOAL:

Tem por objetivo o transporte aos funcionários que trabalham em Santa Bárbara d'Oeste, visando contribuir para uma boa pontualidade e assiduidade, bem como motivar e facilitar a locomoção.

OUTROS SERVIÇOS:

Além dos benefícios acima, a empresa contrata, a expensas dos funcionários, serviços de Assistência Odontológica e Plano de Seguro de Vida em Grupo.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

Não aplicável à Companhia nos exercícios apresentados.

OBSERVAÇÃO: Informações aplicáveis aos funcionários do Brasil. Para as subsidiárias, aplica-se legislação e condições locais.

PÁGINA: 183 de 271

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A Companhia mantém relações baseadas na transparência e diálogo constante junto aos sindicatos dos trabalhadores.

É garantido a todos os funcionários o direito à livre associação ao sindicato, inclusive com convênio que permite o desconto da mensalidade em folha de pagamento.

Temos diversas comissões internas de empregados, como por exemplo CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), Comissão de empregados para discussão e aprovação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), dentre outras.

Há funcionários da Companhia, que por convite do sindicato, atualmente exercem cargos de direção sindical.

Nos exercícios apresentados não houve qualquer paralisação ou greve.

PÁGINA: 184 de 271

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 185 de 271

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	\	·		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da	última alteração:				
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Adriana Romi					
067.631.108-39	Brasileira-SP	Sim	Não	27/11/2020	
1.089.088	1,485	0	0,000	1.089.088	1,485
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
OTAL	0	0.000			
Américo Emilio Romi Neto					
016.334.888-02	Brasileiro-SP	Sim	Não	27/11/2020	
1.785.479	2,435	0	0,000	1.785.479	2,435
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
André Luis Romi					
089.555.168-35		Sim	Não	27/11/2020	
1.785.480	2,435	0	0,000	1.785.480	2,435
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou l	Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	`		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Anna Maria de Toledo Romi					
262.179.248-03		Sim	Não	27/11/2020	
185.964	0,254	0	0,000	185.964	0,254
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Carlos Guimarães Chiti					
048.669.548-41	Brasileiro-SP	Sim	Não	27/11/2020	
2.260.420	3,082	0	0,000	2.260.420	3,082
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Eugênio Guimarães Chiti					
057.324.018-30	Brasileiro-SP	Sim	Não	27/11/2020	
2.260.421	3,082	0	0,000	2.260.421	3,082
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou	Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	`	`		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.					
51.319.358/0001-12	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/11/2020	
13.027.235	17,764	0	0,000	13.027.235	17,764
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Frederico Romi					
052.111.018-12	Brasileiro-SP	Sim	Não	27/11/2020	
1.089.089	1,485	0	0,000	1.089.089	1,485
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fundação Petrobrás de Seguridade	Social				
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	26/11/2020	
3.649.654	4,977	0	0,000	3.649.654	4,977
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	landatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	`			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
José Carlos Romi					
056.637.218-51		Sim	Não	27/11/2020	
1.785.480	2,435	0	0,000	1.785.480	2,435
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Juliana Guimarães Chiti					
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Não	27/11/2020	
2.260.421	3,082	0	0,000	2.260.421	3,082
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Pia Romi Campos					
057.324.458-89		Sim	Não	27/11/2020	
1.785.480	2,435	0	0,000	1.785.480	2,435
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	andatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		.(.		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Outros					
		Sim	Sim		
35.617.707	48,569	0	0,000	35.617.707	48,569
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTDOC					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Patrícia Romi Cervone					
067.630.358-70	Brasileira-SP	Sim	Não	27/11/2020	
4 000 000	4.405		0.000	4 000 000	4 405
1.089.089	1,485 Qtde. de ações	O Ações %	0,000	1.089.089	1,485
Classa Asãa	wide, de acoes	ACUES %			
Classe Ação	·	•			
Classe Ação TOTAL	0	0.000			
TOTAL	·	•			
TOTAL	·	•	Não	27/11/2020	
Paulo Romi 082.401.568-19	0 Brasileiro-SP	0.000	Não	27/11/2020	
TOTAL Paulo Romi	0	0.000	Não 0,000	27/11/2020 1.089.089	1,485

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Ma	ndatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Romeu Romi					
014.770.568-15	Brasileiro-SP	Sim	Não	27/11/2020	
1.484.737	2,025	0	0,000	1.484.737	2,025
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sandra Maria Romi Cheida					
045.954.068-86	Brasileira-SP	Sim	Não	27/11/2020	
1.089.089	1,485	0	0,000	1.089.089	1,485
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
73.333.922	100,000	0	0,000	73.333.922	100,000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	`	,	`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Adriana Romi					
067.631.108-39	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.726	5,118	0	0,000	1.544.726	5,118
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Américo Emilio Romi Neto					
016.334.888-02	Brasileiro-SP	Sim	Sim	29/07/2015	
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ana Regina Romi Zanatta					
030.178.208-31	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.010	6,428	0	0,000	1.940.010	6,428
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	*	(·	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
André Luis Romi					
089.555.168-35		Sim	Sim	29/07/2015	
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Anna Maria de Toledo Romi					
262.179.248-03		Sim	Sim	03/01/2013	
70.949	0,235	0	0,000	70.949	0,235
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Carlos Guimarães Chiti					
048.669.548-41	Brasileiro-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	`		`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Claudia Miriam Romi					
693.710.916-49	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.000	6,428	0	0,000	1.940.000	6,428
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Daniel Furlan Romi					
175.718.228-40	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
73	0,001	0	0,000	73	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Eugênio Guimarães Chiti					
057.324.018-30	Brasileiro-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	landatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	`	,	`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Fernando Romi Zanatta					
225.651.668-77	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
63	0,001	0	0,000	63	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Frederico Romi					
052.111.018-12	Brasileiro-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118	0	0,000	1.544.727	5,118
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Giordano Romi - Espólio					
014.766.888-34	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
269.507	0,893	0	0,000	269.507	0,893
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	Mandatório (Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	,		`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Giordano Romi Junior					
030.367.578-05	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.073	6,428	0	0,000	1.940.073	6,428
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
José Carlos Romi					
056.637.218-51		Sim	Sim	29/07/2015	
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Juliana Guimarães Chiti					
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou M	<i>l</i> landatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	,	(CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Maria Pia Romi Campos					
057.324.458-89		Sim	Sim	29/07/2015	
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Patrícia Romi Cervone					
067.630.358-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118	0	0,000	1.544.727	5,118
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Paulo Romi					
082.401.568-19	Brasileiro-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118	0	0,000	1.544.727	5,118
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou N	landatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		\\		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Romeu Romi					
014.770.568-15	Brasileiro-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
235.645	0,781	0	0,000	235.645	0,781
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sandra Maria Romi Cheida					
045.954.068-86	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118	0	0,000	1.544.727	5,118
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Suzana Guimarães Chiti					
265.639.118-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
226.496	0,750	0	0,000	226.496	0,750
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
30.180.410	100,000	0	0,000	30.180.410	100,000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mand	latório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Petrobrás de Seguridade So	ocial			34.053.942/0001-50	
OUTROS					
3.649.654	100,000	0	0,000	3.649.654	100,000
TOTAL					
3.649.654	100,000	0	0,000	3.649.654	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/11/2020
Quantidade acionistas pessoa física	27.042
Quantidade acionistas pessoa jurídica	97
Quantidade investidores institucionais	184

Ações em Circulação

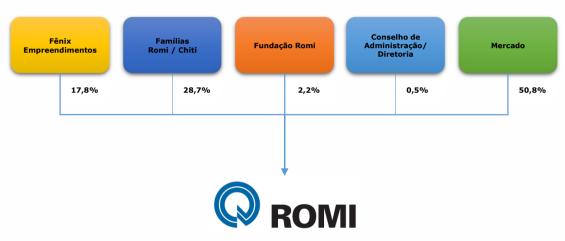
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	37.272.660	50,800%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	37.272.660	50,800%

PÁGINA: 200 de 271

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO





Nota: Fênix Empreendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti. As ações atribuídas ao Conselho de Administração e Diretoria não incluem a participação dos Administradores que são membros das famílias Romi e Chiti.

PÁGINA: 201 de 271

ACORDO DE VOTOS ENTRE OS ACIONISTAS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

CELEBRADO ENTRE

JULIANA GUIMARÃES CHITI, CARLOS GUIMARÃES CHITI, EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, FLORA SANS ROMI, AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, JOSÉ CARLOS ROMI, MARIA PIA ROMI CAMPOS, ANDRÉ LUÍS ROMI, ROMEU ROMI, ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, FREDERICO ROMI, PAULO ROMI, PATRICIA ROMI CERVONE, ADRIANA ROMI E FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

COMO ACIONISTAS CONTRATANTES E

INDÚSTRIAS ROMI S.A.,

COMO INTERVENIENTE ANUENTE

Datado de 5 de novembro de 2012

ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

ACORDO DE VOTOS ENTRE OS ACIONISTAS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em Direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG n° 9.784.445-7, CPF/MF n° 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

FLORA SANS ROMI, brasileira, viúva, do lar, Carteira de Identidade RG nº 5.342.918, CPF/MF nº 160.758.058-69;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39;

todos domiciliados na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rua Riachuelo, n° 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("<u>Fênix</u>");

denominados, conjuntamente, ACIONISTAS CONTRATANTES; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na Cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("<u>Romi</u>", "<u>Companhia</u>" ou "<u>Sociedade</u>"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO QUE os Acionistas Contratantes manifestaram seu interesse em, através do presente Acordo de Votos ("<u>Acordo</u>"), regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares.

Os Acionistas Contratantes firmam o presente Acordo, o que fazem de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Acionistas Contratantes firmam o presente Acordo, com a finalidade de regular o exercício de seus direitos de voto inerentes à propriedade das Ações (conforme definido na Cláusula Segunda abaixo).

CLÁUSULA SEGUNDA

Os Acionistas Contratantes declaram-se proprietários, nesta data, de ações ordinárias constitutivas do capital de Romi, emitidas na forma escritural e mantidas em conta de depósito no Banco Bradesco S.A., nas quantidades constantes do <u>Anexo I ("Ações")</u>.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente Acordo vincula os Acionistas Contratantes, de modo a englobar a totalidade das Ações relacionadas no Anexo I deste Acordo, assim como todas as ações resultantes de subscrições, do exercício do direito de preferência relativo às Ações ou, ainda, da conversão ou permuta em Ações, bem como de desdobramentos, grupamentos, fusões, cisões, incorporações, bonificações, dividendos, capitalização de lucros ou de correção monetária, ou, ainda, valores mobiliários com direito à subscrição ou que sejam conversíveis em ações, decorrentes de qualquer modo das Ações, bem como decorrentes das situações previstas na Cláusula Terceira, devendo o Anexo I também ser atualizado por ocasião de quaisquer destas movimentações.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os Acionistas Contratantes acordam que o presente Acordo abrangerá, também: (i) as Ações de titularidade da Fênix que venham a ser transferidas pela Fênix a qualquer um de seus acionistas em virtude de deliberação societária que objetive a retirada ou a redução da participação deste acionista no capital social da Fênix por meio do recebimento de Ações Romi; ou (ii) as Ações que venham a ser transferidas por quaisquer dos Acionistas Contratantes (a) a ascendentes, descendentes ou cônjuge, ou mesmo em caso de sucessão "causa mortis"; ou (b) aos próprios Acionistas Contratantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso o acionista de Fênix (hipótese 'i' da Cláusula Terceira acima), ou o ascendente, descendente, cônjuge ou herdeiro de qualquer dos Acionistas Contratantes (hipótese 'ii' da Cláusula Terceira acima) que receba as Ações não seja um dos Acionistas Contratantes, eles estarão obrigados a aderir ao presente Acordo por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Votos na forma constante no Anexo II, cabendo ao Acionista Contratante que ceder as Ações a obrigação de dar ciência ao acionista que receberá as Ações quanto à necessidade de adesão ao presente Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que ocorrer alguma transferência no âmbito da Cláusula Terceira deste Acordo, deverá ser providenciado pelo Secretário do Acordo, conforme eleito nos termos do Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta, o aditamento da quantidade de Ações constantes do <u>Anexo I</u>, de modo a evidenciar a vinculação, também, das ações transferidas, bem como a sua titularidade.

CLÁUSULA QUARTA

Os Acionistas Contratantes reconhecem expressamente as vantagens de criar mecanismos destinados a assegurar sua posição homogênea no capital social da Romi, em especial no relacionamento uníssono com os demais acionistas da Romi, visando manter íntegro o bloco de Ações que assegure aos Acionistas Contratantes o exercício conjunto do poder político detido na Romi.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Acionistas Contratantes concordam, nessas condições, que, a partir desta data e durante a vigência do presente Acordo, os Acionistas Contratantes regularão o modo pelo qual se dará a aprovação das matérias de competência da assembleia geral de acionistas da Romi.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para assegurar a implementação do disposto no Parágrafo Primeiro, acima, fica expressamente estipulado que, sendo convocada assembleia geral de acionistas da Romi, os Acionistas Contratantes deverão se reunir em reunião prévia, no município de Santa Bárbara d'Oeste-SP, ou em outro local escolhido de comum acordo por todos os Acionistas Contratantes, para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia, mediante convocação a ser enviada por qualquer dos Acionistas Contratantes ou pelo Secretário do Acordo, na forma prevista no Parágrafo Décimo, abaixo ("Reunião Prévia").

PARÁGRAFO TERCEIRO - A primeira convocação da Reunião Prévia deverá ser feita até o primeiro dia útil imediatamente seguinte à data da primeira convocação da assembléia geral da Romi, e a Reunião Prévia deverá ser realizada com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência da data da referida assembleia.

PARÁGRAFO QUARTO - A Reunião Prévia em primeira convocação será instalada com a presença de Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações. Caso o quórum mínimo de instalação de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações não seja alcançado em primeira convocação, uma nova Reunião Prévia será automaticamente convocada para se realizar no dia seguinte àquela em que a Reunião Prévia deveria ter sido realizada, sendo neste caso instalada a Reunião Prévia com qualquer quórum de presença.

PARÁGRAFO QUINTO - As deliberações dos Acionistas Contratantes serão tomadas por maioria de votos dos presentes à Reunião Prévia, considerada a quantidade de Ações detida pelos presentes, ficando, no entanto, entendido que, uma vez aprovada, a posição majoritária será vinculativa para todos os Acionistas Contratantes, ainda que qualquer deles tenha estado ausente à citada Reunião Prévia, e independentemente do voto específico que, naquela reunião, tenha proferido.

PARÁGRAFO SEXTO - Admite-se a representação nas Reuniões Prévias por procurador, com poderes especiais expressamente previstos para tal fim, desde que a pessoa nomeada seja um dos outros Acionistas Contratantes signatários deste Acordo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Para os efeitos do presente Acordo, os Acionistas Contratantes se comprometem e se obrigam a comparecer em todas as assembleias gerais da Romi, exercendo o direito de voto tão somente na forma que tiver sido deliberada na Reunião Prévia especialmente convocada com a finalidade de decidir o modo como os Acionistas Contratantes exercerão seu direito de voto na respectiva assembleia geral da Romi.

PARÁGRAFO OITAVO – Os Acionistas Contratantes, pelo presente instrumento, conferem poderes ao Secretário do Acordo para, em seus nomes, ao término de cada Reunião Prévia, substabelecer poderes para um ou mais procuradores, para que, agindo de modo isolado, estes compareçam às assembleias gerais da Romi e votem em nome de cada Acionista Contratante, conforme acordado na Reunião Prévia. Tal procurador deverá necessariamente ser um dos demais Acionistas Contratantes, um dos administradores da Romi ou advogado, e o instrumento de procuração deverá conter a orientação de voto e ser específico para cada ato a ser praticado, em conformidade com o quanto disposto no parágrafo primeiro do artigo 126 da lei 6.404/76.

PARÁGRAFO NONO - As obrigações contraídas no presente Acordo não poderão ser invocadas pelos Acionistas Contratantes para eximir qualquer dos Acionistas Contratantes de sua responsabilidade legal no exercício do direito de voto.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações deverão nomear, anualmente, um secretário para o Acordo ("Secretário do Acordo"), com a função específica de informar os Acionistas Contratantes a respeito das matérias a serem tratadas na ordem do dia das Reuniões Prévias, convocar tais Reuniões Prévias, registrar as deliberações, bem como zelar pelo cumprimento deste Acordo. O Ato de eleição do secretário do Acordo deverá estipular as atribuições e responsabilidades do secretário.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A qualquer tempo, os Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações poderão destituir o Secretário do Acordo, sendo que, ocorrendo esta hipótese, um novo Secretário do Acordo deverá ser imediatamente nomeado.

CLÁUSULA QUINTA

Obrigam-se os Acionistas Contratantes a cumprir, e a fazer cumprir, integralmente tudo o que é pactuado entre si no presente Acordo, pelo que reconhecem e afirmam ser nula e ineficaz, entre eles, perante a Romi e perante terceiros, qualquer atitude e/ou medida que tomarem em discordância com o ora pactuado e/ou que represente violação às obrigações assumidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as obrigações ora assumidas pelos Acionistas Contratantes o são em caráter irrevogável e irretratável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As obrigações assumidas neste Acordo serão objeto de execução específica por qualquer dos Acionistas Contratantes, nos termos do artigo 118, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades Anônimas. Os Acionistas Contratantes não renunciam a qualquer ação ou providência (inclusive a cobrança de perdas e danos) a que tenham direito a qualquer tempo. Os Acionistas Contratantes expressamente admitem e se obrigam ao cumprimento específico de suas obrigações e a aceitar ordens judiciais, quando aplicável, e decisões arbitrais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - De modo a preservar, promover e maximizar o valor das Ações, os Acionistas Contratantes se obrigam a zelar e fazer zelar pela boa imagem da Romi e da sua Administração, perante todas as partes relacionadas, em especial, mas não limitado a, acionistas, investidores, financiadores, clientes, fornecedores, funcionários, comunidade, autoridades constituídas, governo, imprensa, redes sociais, internet, dentre outras.

PARÁGRAFO QUARTO - Sem prejuízo da obrigação de reparar por perdas e danos, o Acionista Contratante que infringir o presente Acordo estará sujeito, enquanto perdurar a infração, a uma multa diária desde a data da infração, no valor equivalente a 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre a totalidade das suas Ações, pelo valor de mercado da Ação, conforme listado em bolsa, de acordo com a média, ponderada pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões em que tenha havido negócios com ações da Romi. De todo modo, o valor total de qualquer multa estará limitado, por evento, a 10% (dez por cento) de tal participação.

CLÁUSULA SEXTA

Este Acordo obriga igualmente os sucessores e cessionários dos Acionistas Contratantes, a qualquer tempo e título.

CLÁUSULA SÉTIMA

Excetuadas as hipóteses previstas na Cláusula Terceira, a Alienação de Ações para terceiros não enseja a adesão destes terceiros ao presente Acordo, devendo ser providenciado pelo Secretário do Acordo o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I, de modo a excluir tais Ações do Acordo. Para fins deste Acordo, o termo "Alienação" (assim como a palavra "Alienar") significa vender, permutar, doar (exceto aos seus ascendentes e/ou descendentes diretos e cônjuges), conferir ao capital, mutuar, ou por qualquer outra forma ceder (inclusive ceder o direito de preferência e o direito de subscrição), alienar ou transferir a posse ou titularidade das Ações, ou de direitos econômicos delas derivados, a qualquer título, de forma direta ou indireta, de forma voluntária ou involuntária, gratuita ou onerosa, ou, ainda, prometer praticar quaisquer uns dos referidos atos, ou dar em penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, ou usufruto (exceto se em benefício próprio ou de seu cônjuge), seja a que título for.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Acionista Contratante que, de qualquer forma, Alienar a totalidade das suas Ações, ficará automaticamente desvinculado deste Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não serão permitidas desvinculações ao presente Acordo nos 30 (trinta) dias anteriores ou nos 30 (trinta) dias seguintes à data de uma assembleia geral de acionistas da Romi.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Exceto quando a Alienação implicar transferência da titularidade das Ações, nos termos deste Acordo, os Acionistas Contratantes não poderão ceder ou transferir o direito de voto das Ações a terceiros não vinculados ao presente Acordo, sendo nulos os instrumentos celebrados em desacordo com o previsto neste parágrafo, devendo a Companhia abster-se de registrá-los. Desta maneira, os Acionistas Contratantes estipulam que, em caso de oneração das Ações, deverá o Acionista Contratante necessariamente preservar o direito de voto das Ações oneradas; e na hipótese de aluguel das Ações, o locatário destas Ações deverá aderir ao Acordo.

CLÁUSULA OITAVA

Obrigam-se os Acionistas Contratantes a providenciar o arquivamento do presente Acordo, bem como das suas eventuais alterações ou aditamentos, inclusive do seu <u>Anexo I</u>, na sede da Companhia, que se obriga a observá-lo, rigorosamente, em todos os termos e condições, razão pela qual o assina na qualidade de interveniente anuente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Cada um dos Acionistas Contratantes terá o direito de requerer ao Presidente da Assembleia Geral da Romi que declare a invalidade do voto proferido contra disposição expressa neste Acordo.

CLÁUSULA NONA

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de sua assinatura, somente podendo ser alterado mediante outro instrumento contendo a anuência de todos os Acionistas Contratantes, que igualmente não poderão firmar entre si documentos que conflitem sob qualquer forma com as obrigações contraídas através do presente Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA

Se qualquer disposição contida neste Acordo for considerada inválida, ilegal ou inexequível, sob qualquer aspecto, a validade, legalidade ou exeqüibilidade das outras disposições contidas neste Acordo não será afetada ou prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Este Acordo estabelece o acordo integral entre as partes em relação ao seu objeto, substituindo qualquer outro acordo, contrato, promessa, convenção, comunicação ou declaração, verbal ou por escrito, anteriormente havido por qualquer das partes em relação à matéria aqui tratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os Acionistas Contratantes deverão envidar os seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias e disputas que surgirem do presente Acordo, inclusive com relação à aplicação de penalidades e/ou indenizações. Ocorrendo qualquer controvérsia, qualquer dos Acionistas Contratantes nela envolvida deverá encaminhar ao outro Acionista Contratante ou aos outros Acionistas Contratantes envolvidos na controvérsia notificação escrita com o propósito de manter negociações amigáveis e de boa-fé a fim de resolvê-la no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação. Os Acionistas Contratantes concordam que em caso de insucesso da tentativa de resolver as controvérsias amigavelmente, as controvérsias deverão ser solucionadas exclusivamente por arbitragem, que será final, conclusiva e obrigará os Acionistas Contratantes, seus sucessores e cessionários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A arbitragem será conduzida no idioma português, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em local a ser definido pelo juízo arbitral, que decidirá de acordo com as leis do Brasil, em processo instaurado e conduzido de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado ("Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado") em vigor na data de assinatura do presente instrumento. Caso as regras procedimentais do Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao tribunal arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório e/ou declaratório, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, tendo cada um dos Acionistas Contratantes em disputa o direito de nomear 1 (um) árbitro cada um. Se houver mais de um requerente ou mais de um requerido, os requerentes ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. O terceiro árbitro, que será também o presidente do juízo arbitral, será escolhido em conjunto pelos árbitros nomeados pelos Acionistas Contratantes. Na hipótese de qualquer dos Acionistas Contratantes deixar de nomear seu árbitro, ou de os árbitros indicados pelos Acionistas Contratantes da controvérsia não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, o árbitro será designado segundo as regras do Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar aludido impasse.

PARÁGRAFO QUARTO - A decisão arbitral será dada por escrito e será devidamente fundamentada, com a descrição sumária dos fatos levados em consideração para a decisão e a indicação de sua base legal. A decisão arbitral será final e imediatamente exequível nos termos da lei em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - Cada Acionista Contratante será responsável, antes de proferida a decisão arbitral, por seus respectivos custos e despesas incorridos durante a arbitragem (o que inclui, sem limitação, honorários e despesas de advogados). Uma vez proferida a decisão arbitral, os custos deverão ser suportados pela parte vencida.

PARÁGRAFO SEXTO - O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, serão considerados confidenciais, não sendo admitida nenhuma publicidade, exceto na medida em que seja exigido pela lei em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A sentença arbitral a ser prolatada pelo tribunal arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva, obrigando as partes da controvérsia, as quais renunciam expressamente a qualquer recurso, com exceção do pedido de esclarecimento previsto no art. 30 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

PARÁGRAFO OITAVO - Não obstante as disposições contidas nesta cláusula, os Acionistas Contratantes não estão impedidos de recorrer ao Poder Judiciário para: (i) a obtenção de medidas cautelares (ou qualquer outro recurso que não possa ser obtido no âmbito da legislação de arbitragem brasileira), de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, as quais prevalecerão somente até que sejam reapreciadas pelo tribunal arbitral, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas partes da controvérsia; (ii) assegurar a instituição da arbitragem; (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive a sentença arbitral, e (iv) pleitear eventualmente a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em lei. Para as medidas aqui previstas, fica desde já eleito o foro da cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. A necessidade de interposição de qualquer medida cautelar ou qualquer outro recurso estabelecido nesta cláusula perante autoridade judicial não deverá ser considerada como incompatível com a eleição da arbitragem nem deverá representar uma renúncia por qualquer parte a quaisquer disposições desta cláusula. Quaisquer pedidos ou medidas

implementadas pela autoridade judicial deverão ser notificadas sem demora ao tribunal arbitral, se já constituído, pela parte requerente de tal medida.

E, assim justas e convencionadas, assinam o presente Acordo em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 5 de novembro de 2012

Carlos Guimarães Chiti Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti Flora Sans Romi

Américo Emílio Romi Neto José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos André Luís Romi

Romeu Romi Anna Maria de Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida Frederico Romi

Paulo Romi Patricia Romi Cervone

Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A

Patricia Romi Cervone Carlos Guimarães Chiti

Indústrias Romi S.A. Interveniente Anuente

Livaldo Aguiar dos Santos Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome: Maria José Cerchiaro Nome: Rosa Maria Bacchin dos Santos

RG n°: 9.410.237-5 RG n°: 15.614.392

ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Anexo I

Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A., celebrado em 5 de novembro de 2012

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS		
Carlos Guimarães Chiti	558.466		
Eugenio Guimarães Chiti	558.467		
Juliana Guimarães Chiti	558.467		
Flora Sans Romi	763.967		
Américo Emílio Romi Neto	275.124		
André Luis Romi	275.124		
José Carlos Romi	275.124		
Maria Pia Romi Campos	275.124		
Romeu Romi	1.147.707		
Anna Maria de Toledo Romi	121.786		
Sandra Maria Romi Cheida	114.576		
Frederico Romi	114.576		
Patrícia Romi Cervone	114.576		
Paulo Romi	114.576		
Adriana Romi	114.576		
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190		

Anexo II – Termo de Adesão ao Acordo de Votos de Indústrias Romi S.,	nex	xo II –	- Termo	de	Adesão	ao	Acordo	de '	Votos	de	Indústrias	Romi S	1.
--	-----	---------	---------	----	--------	----	--------	------	-------	----	------------	--------	----

Pelo presente instrumento, [inserir nome do terceiro aderente], [inserir qualificação], doravante denominado simplesmente "<u>Declarante</u>", vem, por meio deste Termo de Adesão ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A., firmado em 5 de novembro de 2012 ("<u>Acordo</u>"), aderir, integralmente e sem quaisquer ressalvas, ao Acordo e assumir expressa e pessoalmente responsabilidade pelo cumprimento das regras constantes do referido Acordo, cujos termos o Declarante declara conhecer em sua íntegra, obrigando-se a pautar suas ações na Companhia sempre em conformidade com tais regras, sujeitando-se, ainda, às multas e penalidades cabíveis nos termos do referido Acordo pelo seu descumprimento. O Declarante compromete-se tanto pelas obrigações a ele diretamente atribuíveis, como a fazer com que a Companhia cumpra os deveres estabelecidos no Acordo.

O Declarante firma o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[inserir local e data de assinatura]
[inserir nome do(s) Declarante(s)]

Testemunhas:

1. 2. Nome: Nome: RG: RG:

PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG n° 9.784.445-7, CPF/MF n° 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

FLORA SANS ROMI, brasileira, viúva, do lar, Carteira de Identidade RG nº 5.342.918, CPF/MF nº 160.758.058-69;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089-8, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ n° 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rua Riachuelo, n° 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, ACIONISTAS CONTRATANTES; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como INTERVENIENTE ANUENTE.

CONSIDERANDO que, em 5 de novembro de 2012, os ACIONISTAS CONTRATANTES firmaram o Acordo de Votos ("Acordo") para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares;

CONSIDERANDO que a acionista **FLORA SANS ROMI** doou a totalidade das 763.967 ações de emissão da Romi, de sua titularidade, para seus filhos Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos e André Luís Romi, nos termos do Instrumento Particular de Doação de Ações datado de 5 de maio de 2015;

CONSIDERANDO que tendo em vista a doação acima referida e o disposto na Cláusula Terceira – Parágrafo Segundo do Acordo, os ACIONISTAS CONTRATANTES pretendem atualizar o Anexo I do Acordo, para refletir a doação efetuada,

RESOLVEM, as Partes, firmar o presente Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em conformidade com os termos e condições a seguir:

Cláusula 1ª: Tendo em vista a doação efetuada por Flora Sans Romi da totalidade das 763.967 ações de emissão da Romi, de sua titularidade, aos seus filhos Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos e André Luís Romi, o quadro de ações do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

Cláusula 2ª: Em decorrência da mencionada doação, Flora Sans Romi retira-se do Acordo, sendo lhe dado plena e total quitação de suas obrigações perante o Acordo e os ACIONISTAS CONTRATANTES remanescentes.

Cláusula 3^a: O presente Aditivo retroage os seus efeitos à data de 5 de maio de 2015, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.

Cláusula 4ª: Os Acionistas Contratantes autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositárias das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros necessários referentes à doação efetuada.

Cláusula 5^a: Exceto quanto à alteração ora prevista, todas as demais disposições do Acordo de Votos permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 29 de junho de 2015

Carlos Guimarães Chiti Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti Flora Sans Romi

Américo Emílio Romi Neto José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos André Luís Romi

Romeu Romi Anna Maria Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida Frederico Romi

Paulo Romi Patricia Romi Cervone

PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A

José Carlos Romi

Carlos Guimarães Chiti

Indústrias Romi S.A. INTERVENIENTE ANUENTE

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Maria José Cerchiaro RG nº: 9.410.237-5 Rosa Maria Bacchin dos Santos

RG nº: 15.614.392

Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A., celebrado em 5 de novembro de 2012

Anexo I

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS		
Carlos Guimarães Chiti	558.466		
Eugenio Guimarães Chiti	558.467		
Juliana Guimarães Chiti	558.467		
Américo Emílio Romi Neto	466.115		
André Luís Romi	466.116		
José Carlos Romi	466.116		
Maria Pia Romi Campos	466.116		
Romeu Romi	1.147.707		
Anna Maria de Toledo Romi	121.786		
Sandra Maria Romi Cheida	114.576		
Frederico Romi	114.576		
Patrícia Romi Cervone	114.576		
Paulo Romi	114.576		
Adriana Romi	114.576		
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190		

SEGUNDO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG n° 9.784.445-7, CPF/MF n° 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089-8, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

SEGUNDO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luís de Queiroz (SP -304), km 141,5, sala 2, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, ACIONISTAS CONTRATANTES; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO que em 5 de novembro de 2012 os ACIONISTAS CONTRATANTES firmaram o Acordo de Votos, para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares, alterado em 29/06/2015 através do Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos (em conjunto, "Acordo");

CONSIDERANDO que em 20 de agosto de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária da Fênix aprovou a redução de seu capital social com restituição a seus acionistas de ações da Companhia ("Operação Societária Fênix"), considerada efetiva a partir de 22 de outubro de 2018, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), ações estas vinculadas ao Acordo e listadas em seu Anexo I ("Ações Transferidas");

CONSIDERANDO que os novos titulares das Ações Transferidas são ACIONISTAS CONTRATANTES e demais acionistas da Fênix não caracterizados como ACIONISTAS CONTRATANTES, sendo que estes últimos não possuem interesse em aderir ao presente Acordo, entendendo os ACIONISTAS CONTRATANTES, para esse fim, necessário ajustar a redação da Cláusula Terceira do Acordo, cujo teor não prevê tal possibilidade;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de atualização do Anexo I do Acordo, para refletir a Operação Societária Fênix, considerando as alterações referentes às Ações Transferidas, seja quanto à transferência a novos titulares, seja quanto à exclusão de ações cujos novos titulares não aderiram ao Acordo;

RESOLVEM, as Partes, firmar o presente Segundo Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei das S.A., em conformidade com os termos e condições a seguir:

1. Os ACIONISTAS CONTRATANTES decidem alterar o Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira, tornando facultativa a adesão ao Acordo por acionista que receba Ações, conceituadas na Cláusula Segunda do Acordo ("Ações"), ajustando, consequentemente e pelo mesmo motivo, a redação do Parágrafo Segundo, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA

Os Acionistas Contratantes acordam que o presente Acordo abrangerá, também: (i) as Ações de titularidade da Fênix que venham a ser transferidas pela Fênix a qualquer um de seus acionistas em virtude de deliberação societária que objetive a retirada ou a redução da participação deste acionista no capital social da Fênix por meio do recebimento de Ações Romi; ou (ii) as Ações que venham a ser transferidas por quaisquer dos Acionistas Contratantes (a) a ascendentes, descendentes ou cônjuge, ou mesmo em caso de sucessão "causa mortis"; ou (b) aos próprios Acionistas Contratantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso o acionista de Fênix (hipótese 'i' da Cláusula Terceira acima), ou o ascendente, descendente, cônjuge ou herdeiro de qualquer dos Acionistas Contratantes (hipótese 'ii' da Cláusula Terceira acima) que receba as Ações não seja um dos Acionistas Contratantes, poderão aderir ao presente Acordo por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Votos na forma constante no Anexo II.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que ocorrer alguma transferência no âmbito da Cláusula Terceira deste Acordo, deverá ser providenciado pelo Secretário do Acordo, conforme eleito nos termos do Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta, o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I."

- **2.** A Operação Societária Fênix resultou na transferência de 3.999.998 Ações de titularidade da Fênix, sendo:
- **2.1.** 3.162.870 para os ACIONISTAS CONTRATANTES (exceto Fênix), da seguinte forma: 344.760 a Carlos Guimarães Chiti, 344.760 a Juliana Guimarães Chiti, 344.760 a Eugenio Guimarães Chiti, 266.074 a Américo Emílio Romi Neto, 266.074 a José Carlos Romi, 266.074 a Maria Pia Romi Campos, 266.074 a André Luis Romi, 31.231 a Romeu Romi, 9.403 a Anna Maria de Toledo Romi, 204.732 a Sandra Maria Romi Cheida, 204.732 a Frederico Romi, 204.732 a Paulo Romi, 204.732 a Patrícia Romi Cervone e 204.732 a Adriana Romi; e
- **2.2.** 837.128 Ações de titularidade da Fênix para os demais acionistas da Fênix não caracterizados como ACIONISTAS CONTRATANTES, os quais não aderem ao Acordo, da seguinte forma: 30.019 a Suzana Guimarães Chiti, 35.719 a Giordano Romi (Espólio), 257.121 a Claudia Miriam Romi, 257.122 a Ana Regina Romi Zanatta, 257.130 a Giordano Romi Júnior, 9 a Daniel Romi Furlan e 8 a Fernando Romi Zanatta, passando, portanto, tais ações a serem desvinculadas do Acordo.

Desta forma, o quadro de ações constante do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

3. O presente instrumento retroage os seus efeitos à data de sua assinatura, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.

- **4.** Os ACIONISTAS CONTRATANTES autorizam o Banco Bradesco S.A. Instituição Financeira Depositárias das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros e transferências necessários referentes ao presente instrumento.
- **5.** Exceto quanto às alterações previstas neste instrumento, todas as demais disposições do Acordo permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 22 de outubro de 2018

Carlos Guimarães Chiti	Juliana Guimarães Chiti
Eugênio Guimarães Chiti	Américo Emílio Romi Neto
José Carlos Romi	Maria Pia Romi Campos
André Luís Romi	Romeu Romi
Anna Maria Toledo Romi	Sandra Maria Romi Cheida
Frederico Romi	Paulo Romi
Patricia Romi Cervone	Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A	Fênix	Emp	reendim	entos	S.A
---------------------------	-------	-----	---------	-------	-----

José Carlos Romi

Carlos Guimarães Chiti

Indústrias Romi S.A. INTERVENIENTE ANUENTE

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome: Nome: RG: CPF: CPF:

Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A., celebrado em 5 de novembro de 2012

Anexo I

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	903.226
Eugenio Guimarães Chiti	903.227
Juliana Guimarães Chiti	903.227
Américo Emílio Romi Neto	732.189
André Luís Romi	732.190
José Carlos Romi	732.190
Maria Pia Romi Campos	732.190
Romeu Romi	1.178.938
Anna Maria de Toledo Romi	131.189
Sandra Maria Romi Cheida	319.308
Frederico Romi	319.308
Patrícia Romi Cervone	319.308
Paulo Romi	319.308
Adriana Romi	319.308
Fênix Empreendimentos S.A.	23.166.192

TERCEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG n° 9.784.445-7, CPF/MF n° 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG n° 9.036.089-8, CPF/MF n° 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

TERCEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luís de Queiroz (SP -304), km 141,5, sala 2, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, ACIONISTAS CONTRATANTES; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO que em 5 de novembro de 2012 os ACIONISTAS CONTRATANTES firmaram o Acordo de Votos, para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares, alterado em 29/06/2015 e 22/10/2018, através do Primeiro e Segundo Aditivos ao Acordo de Votos, respectivamente (em conjunto, "Acordo");

CONSIDERANDO que em 15 de abril de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária da Fênix aprovou a redução de seu capital social com restituição a seus acionistas de ações de emissão da Romi ("Operação Societária Fênix"), considerada efetiva a partir de 17 de junho de 2019, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), ações estas vinculadas ao Acordo e listadas em seu Anexo I ("Ações Transferidas");

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de atualização do Anexo I do Acordo, para refletir a Operação Societária Fênix, seja quanto à transferência a novos titulares, seja quanto à exclusão de ações cujos novos titulares não aderiram ao Acordo;

RESOLVEM, as Partes, firmar o presente Terceiro Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei das S.A., em conformidade com os termos e condições a seguir:

- **1.** A Operação Societária Fênix resultou na transferência de 11.999.990 Ações de emissão da Romi, de titularidade da Fênix, sendo:
- **1.1.** 9.488.606 para os ACIONISTAS CONTRATANTES (exceto Fênix), da seguinte forma: 1.034.277 a Carlos Guimarães Chiti, 1.034.277 a Juliana Guimarães Chiti, 1.034.277 a Eugenio Guimarães Chiti, 798.222 a Américo Emílio Romi Neto, 798.222 a José Carlos Romi, 798.222 a Maria Pia Romi Campos, 798.222 a André Luis Romi, 93.694 a Romeu Romi, 28.209 a Anna Maria de Toledo Romi, 614.197 a Sandra Maria Romi Cheida, 614.197 a Frederico Romi, 614.197 a Paulo Romi, 614.197 a Patrícia Romi Cervone e 614.196 a Adriana Romi; e
- **1.2.** 2.511.384 Ações de titularidade da Fênix para os demais acionistas da Fênix não caracterizados como ACIONISTAS CONTRATANTES, os quais não aderem ao Acordo, da seguinte forma: 90.056 a Suzana Guimarães Chiti, 107.158 a Giordano Romi (Espólio), 771.361 a Claudia Miriam Romi, 771.365 a Ana Regina Romi Zanatta, 771.390

a Giordano Romi Júnior, 29 a Daniel Romi Furlan e 25 a Fernando Romi Zanatta, passando, portanto, tais ações a serem desvinculadas do Acordo.

Desta forma, o quadro de ações constante do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

- **2.** O presente instrumento retroage os seus efeitos à data de sua assinatura, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.
- **3.** Os ACIONISTAS CONTRATANTES autorizam o Banco Bradesco S.A. Instituição Financeira Depositárias das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros e transferências necessários referentes ao presente instrumento.
- **4.** Exceto quanto às alterações previstas neste instrumento, todas as demais disposições do Acordo permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 17 de junho de 2019

Carlos Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Romeu Romi

Anna Maria Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Frederico Romi

Paulo Romi

Patricia Romi Cervone

Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A

José Carlos Romi

Carlos Guimarães Chiti

Indústrias Romi S.A.
INTERVENIENTE ANUENTE

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome: Nome: RG: RG: CPF: CPF:

Terceiro Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A., celebrado em 5 de novembro de 2012

Anexo I

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	1.937.503
Eugenio Guimarães Chiti	1.937.504
Juliana Guimarães Chiti	1.937.504
Américo Emílio Romi Neto	1.530.411
André Luís Romi	1.530.412
José Carlos Romi	1.530.412
Maria Pia Romi Campos	1.530.412
Romeu Romi	1.272.632
Anna Maria de Toledo Romi	159.398
Sandra Maria Romi Cheida	933.505
Frederico Romi	933.505
Patrícia Romi Cervone	933.505
Paulo Romi	933.505
Adriana Romi	933.504
Fênix Empreendimentos S.A.	11.166.202

QUARTO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089-8, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luís de Queiroz (SP -304), km 141,5, sala 2, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix"):

denominados, conjuntamente, ACIONISTAS CONTRATANTES; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Rodovia Luís de Queiroz (SP 304), Km 141,5, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.720.428/0014-88 e filial na mesma cidade, na Avenida Pérola Byington, nº 56 56.720.428/0001-63, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como INTERVENIENTE ANUENTE.

CONSIDERANDO que em 5 de novembro de 2012 os ACIONISTAS CONTRATANTES firmaram o Acordo de Votos, para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares, alterado em 29/06/2015, 22/10/2018 e 17/06/2019, através do Primeiro, Segundo e Terceiro Aditivos ao Acordo de Votos, respectivamente (em conjunto, "Acordo");

CONSIDERANDO que em 23 de outubro de 2020 o Conselho de Administração da Romi, nos termos do artigo 7º de seu Estatuto Social, aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 145.731.384,70 (cento e quarenta e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil e trezentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos) com a emissão de 10.476.275 (dez milhões, quatrocentos e setenta e seis mil e duzentas e setenta e cinco) novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 6 (seis) ações existentes ("Bonificação");

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Segunda - Parágrafo Primeiro do Acordo, os ACIONISTAS CONTRATANTES pretendem atualizar o <u>Anexo I</u> do Acordo, a fim de refletir a Bonificação;

Resolvem, as Partes, firmar o presente Quarto Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei das S.A., em conformidade com os termos e condições a seguir:

- 1. A Bonificação resultou na emissão pela Romi de 4.866.647 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete) novas Ações, creditadas em 03/11/2020 na posição dos ACIONISTAS CONTRATANTES na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 6 (seis) ações por estes detidas, sendo:
- **1.1.** 1.861.033 a Fênix, 322.917 a Carlos Guimarães Chiti, 322.917 a Juliana Guimarães Chiti, 322.917 a Eugenio Guimarães Chiti, 255.068 a Américo Emílio Romi Neto, 255.068 a José Carlos Romi, 255.068 a Maria Pia Romi Campos, 255.068 a André Luis Romi, 212.105 a Romeu Romi, 26.566 a Anna Maria de Toledo Romi, 155.584 a Sandra Maria Romi Cheida, 155.584 a Frederico Romi, 155.584 a Paulo Romi, 155.584 a Patrícia Romi Cervone e 155.584 a Adriana Romi.

Desta forma, o quadro de ações constante do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

- **2.** O presente instrumento retroage os seus efeitos à data do crédito das novas ações oriundas da Bonificação, 03/11/2020, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.
- **3.** Os ACIONISTAS CONTRATANTES autorizam o Banco Bradesco S.A. Instituição Financeira Depositárias das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros e transferências necessários referentes ao presente instrumento.
- **4.** Exceto quanto às alterações previstas neste instrumento, todas as demais disposições do Acordo permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 27 de novembro de 2020

Carlos Guimarães Chiti	Juliana Guimarães Chiti
Eugênio Guimarães Chiti	Américo Emílio Romi Neto
José Carlos Romi	Maria Pia Romi Campos
André Luís Romi	Romeu Romi
Anna Maria Toledo Romi	Sandra Maria Romi Cheida
Frederico Romi	Paulo Romi

QUARTO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Adriana Romi

Patricia Romi Cervone

Fê	nix	Emp	reen	dim	entos	S.A
----	-----	------------	------	-----	-------	-----

José Carlos Romi

Carlos Guimarães Chiti

Indústrias Romi S.A. Interveniente Anuente

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome: Nome: RG: CPF: CPF:

Quarto Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A., celebrado em 5 de novembro de 2012

Anexo I

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	2.260.420
Eugenio Guimarães Chiti	2.260.421
Juliana Guimarães Chiti	2.260.421
Américo Emílio Romi Neto	1.785.479
André Luís Romi	1.785.480
José Carlos Romi	1.785.480
Maria Pia Romi Campos	1.785.480
Romeu Romi	1.484.737
Anna Maria de Toledo Romi	185.964
Sandra Maria Romi Cheida	1.089.089
Frederico Romi	1.089.089
Patrícia Romi Cervone	1.089.089
Paulo Romi	1.089.089
Adriana Romi	1.089.088
Fênix Empreendimentos S.A.	13.027.235

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Participação Acionária

Acionistas	31/12/2019	%	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Conselho de Administração	27.400	0,0%	30.952	0,0%	30.952	0,0%
Diretoria	265.000	0,4%	253.500	0,4%	247.200	0,4%
Controladores	30.606.174	48,7%	33.117.558	52,7%	33.954.686	54,0%
Total	30.898.574	49,2%	33.402.010	53,1%	34.232.838	54,5%
Em circulação	31.959.073	50,8%	29.455.637	46,9%	28.624.809	45,5%
Ações em tesouraria	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Geral	62.857.647	100,0%	62.857.647	100,0%	62.857.647	100,0%

Em 20 de agosto de 2018 houve a redução do capital social da acionista Fênix Empreendimentos S.A., a qual se deu mediante a entrega aos seus acionistas de 3.999.998 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão de Indústrias Romi S.A.

Em 15 de abril de 2019 houve a redução do capital social da acionista Fênix Empreendimentos S.A., a qual se deu mediante a entrega aos seus acionistas de 11.999.990 (onze milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão de Indústrias Romi S.A.

Salienta-se que as Operação Societárias não acarretam em alteração no controle acionário da Companhia.

PÁGINA: 236 de 271

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Não houve operações societárias significativas nos períodos apresentados.

PÁGINA: 237 de 271

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 238 de 271

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A Companhia possui Política para Transações com Partes Relacionadas, cuja adoção inicial foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de abril de 2014. Em 10 de dezembro de 2019, foi aprovada alteração da referida Política pelo Conselho de Administração e passou a vigorar a partir de 2 de março de 2020, disponível no site da Companhia através do link:

https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-para-transacao-com-partes-relacionadas/

A mencionada política tem como principal objetivo estabelecer regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da Administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potencias conflitos de interesses provenientes de trais transações.

PÁGINA: 239 de 271

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Fundação Romi	19/12/2000	861.717,69	R\$ 0,00	R\$ 861.717,69	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Mantenedora						
Objeto contrato	A Companhia	realiza doações à Fundaç	ão Romi em valores fix	ados pelo convênio chand	celado pela Promotoria de	Justiça.	
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fenix Empreendimentos S.A.	30/05/2011	165.918,71	R\$ 13.045,17	R\$ 165.918,71	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	A Companhia	presta serviços administra	ativos, principalmente co	ontábeis e jurídicos à Con	troladora "Fênix".		
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Todas as informações sobre as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse estão demonstrados no Item 16.1 deste formulário.

PÁGINA: 241 de 271

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Todos os itens relevantes foram apresentados nos itens anteriores.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações			
Tipo de capital	Capital Integralizado							
23/10/2020	650.719.416,73		73.333.922	0	73.333.922			
Tipo de capital	Capital Integralizado							
02/08/2016	504.988.032,03		62.857.647	0	62.857.647			
Tipo de capital	Capital Autorizado							
13/05/2015	0,00		75.000.000	0	75.000.000			

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/04/2007	RCA	17/04/2007	180,000,000.00	Subscrição pública	12,000,000	0	12,000,000	69.23000000	15.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do Oferta Pública de Alções preço de emissão										
Forma de inte	egralização	Oferta Pública de A	lções							
25/04/2007	RCA	25/04/2007	62,935,785.00	Subscrição pública	4,195,719	0	4,195,719	14.30000000	15.00	R\$ por Unidade
Critério para o preço de emis	determinação do ssão	Oferta Pública de A	ções							
Forma de inte	egralização	Oferta Pública de A	ções							
17/03/2015	AGE	17/03/2015	2,052,247.03	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
Critério para o preço de emis	determinação do ssão									
Forma de inte	egralização									
23/10/2020	RCA	23/10/2020	145,731,384.70	Subscrição pública	10,476,275	0	10,476,275	16.66666746	13.91	R\$ por Unidade
	Critério para determinação do Resultado do valor de aumento de Capital divido pelo o total de ações emitidas. preço de emissão									
Forma de inte	egralização		es à razão de 16,66666746%, Inhia em 28 de outubro de 202		detentores de ações, a tít	ulo de bonificação na pro	oporção de 1 (uma) nova	ação para cada 6 (seis) açõ	ées existentes, que es	stiverem inscritos nos

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação			
Data aprovação	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	
Bonificação							
23/10/2020	62,857,647	0	62,857,647	73,333,922	0	73,333,922	

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não efetuou redução de capital social durante os períodos apresentados.

PÁGINA: 246 de 271

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 247 de 271

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA Ordinária

Tag along 100,000000

Direito a dividendos Sim

Direito a voto Pleno

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Não

Restrição a circulação Não

Resgatável

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

- (i) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:
- (ii) Direito a participar da distribuição dos lucros;
- (iii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- (iv) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (v) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios
- (vi) Direito de votar nas assembleias gerais; e
- (vii) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Outras características relevantes

Não se aplica à Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

No Estatuto Social da Companhia é estabelecido regras para a realização de oferta pública em seus "CAPÍTULOS":

- i. VIII DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO
- ii. "IX DA OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO SUBSTANCIAL DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA"

Destacamos os seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia:

Art. 46 - Caso ocorra a alienação direta ou indireta do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Art. 47 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste artigo 47 ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado e os termos deste artigo. Caso aplicável, o Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 47, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 47. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

PÁGINA: 249 de 271

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Parágrafo Quarto - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3 dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável

Parágrafo Quinto - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM ou da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Sexto -O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Sétimo - Para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do capital total descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia, para fins exclusivos deste Artigo 47, é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Nono – Para fins deste artigo 47, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Adquirente" significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa:

- (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente;
- (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente;
- (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente;

PÁGINA: 250 de 271

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

- (iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social;
- (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; ou
- (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

PÁGINA: 251 de 271

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

PÁGINA: 252 de 271

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social	31/12/2019								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	121.475.924	11,65	10,31 R\$ por Unidade	10,13
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	74.632.259	11,74	9,93 R\$ por Unidade	10,07
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	235.953.947	17,34	12,35 R\$ por Unidade	14,07
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	123.453.992	16,78	13,96 R\$ por Unidade	14,16
Exercício social	31/12/2018								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	70.988.522	11,60	7,55 R\$ por Unidade	9,22
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	82.548.815	10,00	5,42 R\$ por Unidade	7,38
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.017.595	8,09	5,10 R\$ por Unidade	6,87
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	87.706.396	8,94	6,32 R\$ por Unidade	8,01
Exercício social	31/12/2017								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.686.631	4,20	1,31 R\$ por Unidade	3,54
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.212.369	4,23	3,43 R\$ por Unidade	3,78
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	69.388.871	6,40	3,58 R\$ por Unidade	5,15
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	64.273.919	7,83	5,70 R\$ por Unidade	7,20

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

PÁGINA: 254 de 271

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

PÁGINA: 255 de 271

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

A Companhia tem suas ações em negociação na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

PÁGINA: 256 de 271

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia nos exercícios reportados.

PÁGINA: 257 de 271

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

PÁGINA: 258 de 271

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Não aplicável à Companhia nos exercícios apresentados.

PÁGINA: 259 de 271

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

PÁGINA: 260 de 271

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

PÁGINA: 261 de 271

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

PÁGINA: 262 de 271

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia nos exercícios reportados.

PÁGINA: 263 de 271

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável para os exercícios apresentados.

PÁGINA: 264 de 271

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação 26/07/2011

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função Acionistas controladores, diretos ou indiretos e diretores

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Membros de órgãos estatutários de empresas na qual a Companhia seja única controladora Administradores que se afastarem da administração da companhia durante o prazo de seis meses, contados da data do afastamento.

Quaisquer pessoas que, em virtude de cargo ou função, tenha conhecimento de informação

relevante

Auditores Independes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição

Cônjuge ou companheiro e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda das pessoas impedidas de negociar

sociedades ou outros intituições ou entidades de que as pessosas impedidas de negociar

participem de modo que possam influenciar nas decisões da negociação.

qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas impedidas nde

negociar

qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por

intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar.

Principais características

Esta política tem como objetivo primordial o estabelecimento de elevados padrões de conduta, promovendo a transparência e a equidade nas negociações dos Valores Mobiliários e seus derivativos, de emissão da Companhia.

A Companhia manterá em sua sede a relação das pessoas que firmarem o Termo de Adesão, com as respectivas qualificações, cargo ou função, endereço e número de inscrição do CNPJ e CPF e os respectivos termos de adesão assinados. A política está disponível para consulta no site da Companhia através do seguinte link:

http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-de-negociacao/

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

DOS PERÍODOS DE VEDAÇÃO ÀS NEGOCIAÇÕES - "Períodos de Bloqueio": Nos termos desta Política de Negociação é terminantemente vedado, às Pessoas Vinculadas e a própria Companhia, efetuar Negociações nos seguintes períodos e situações ("Períodos de Bloqueio"): (i) no período de 30 (trinta) dias anteriores e 2 (dois) dias após a divulgação ou publicação das Informações Trimestrais (ITR) e Anuais (DFP) da Companhia; (ii) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar o capital social, de distribuir dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio), bonificação em ações ou seus derivativos ou desdobramento, e a publicação, pela Companhia, dos respectivos editais ou anúncios; (iii) quando existir pela Companhia a intenção de promover incorporação, cisão (total ou parcial), fusão, transformação ou reorganização societária; (iv) pelas Pessoas Vinculadas, durante o período em que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; (v) no período cuja situação e/ou negócio em curso configure Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado e em que as Pessoas Vinculadas (especialmente empregados, gestores, assessores e consultores externos da Companhia) estejam sujeitas ao dever de guardar sigilo em relação às informações que tiverem acesso de forma privilegiada, em razão do cargo ou posição que ocupam; (vi) durante todo e qualquer Período de Bloqueio declarado pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia não está obrigado a justificar a razão do bloqueio, que deverá ser mantido em absoluto sigilo pelas Pessoas Vinculadas.

PÁGINA: 266 de 271

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo (https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-divulgacao/), a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26/07/2011, cuja alteração foi aprovada na reunião realizada em 10 de dezembro de 2019.

PÁGINA: 268 de 271

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A política tem por objetivo estabelecer as regras e diretrizes que deverão ser observadas sobre a divulgação de fatos ocorridos no âmbito da Companhia, e que, por suas características, possam ser entendidos como relevante e pata o mercado de ações.

A política pode ser consultada na íntegra pelo link:

https://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/compliance/politica-de-divulgacao/

Os canais de comunicação utilizados pela Companhia são:

www.valor.com.br/fatosrelevantes

http://www.b3.com.br/pt_br/

PÁGINA: 269 de 271

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e à B3, imediatamente após a sua ciência e análise, qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido; divulgar à CVM e à B3 Comunicado ao Mercado, nas situações em que entenda necessário; zelar pela ampla e imediata disseminação do Ato ou Fato Relevante simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação; prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de Ato ou Fato Relevante ou Comunicado ao Mercado; fazer com que a divulgação de ato ou fato relevante, na forma prevista nesta Política de Divulgação, preceda ou seja feita de forma simultânea à veiculação da informação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

É responsabilidade das Pessoas Vinculadas manterem o Diretor de Relações com Investidores da Companhia totalmente informado acerca do desenvolvimento de negócios e acontecimentos significativos da Companhia, que possam vir a ser considerados Ato ou Fato Relevante.

PÁGINA: 270 de 271

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 271 de 271